

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Museu Nacional
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

“O Trabalho no Papel”: Uma Etnografia com Papeleiros

Indira Nahomi Viana Caballero

Rio de Janeiro

2008

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Museu Nacional

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

“O Trabalho no Papel”: Uma Etnografia com Papeleiros

Indira Nahomi Viana Caballero

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes

Rio de Janeiro

2008

Indira Nahomi Viana Caballero

“O Trabalho no Papel”: Uma Etnografia com Papeleiros

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Aprovada por

Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes (Orientador)

Prof. Dr. Fernando Rabossi (PPGAS/MN/UFRJ)

Prof. Dr. John Comerford (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. Moacir Palmeira (PPGAS/MN/UFRJ - suplente)

Profa. Dra. Beatriz Heredia (IFCS/UFRJ - suplente)

Rio de Janeiro

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Caballero, Indira Nahomi Viana.

O trabalho no papel: uma etnografia com papeleiros/Indira Nahomi Viana Caballero. Rio de Janeiro, PPGAS-MN/UFRJ, 2008.

145 pp., ix pp.

Antropologia. Trabalho. Lixo. Material Reciclável. Habitação.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGAS – Museu Nacional.

RESUMO

Esta dissertação foi elaborada com base nos dados coletados através de uma pesquisa etnográfica realizada entre fevereiro e junho de 2007 no Loteamento Santa Terezinha (Porto Alegre/RS), um conjunto habitacional onde a maior parte dos moradores trabalha com coleta e/ou triagem de materiais recicláveis. Por conta disso, tais pessoas se autodenominam “papeleiros”. Assim, o objetivo desta dissertação consiste em tratar, principalmente, de aspectos relativos ao trabalho dos papeleiros como as diferenciações entre eles, as formas de coleta e triagem do material reciclável, as relações desenvolvidas entre papeleiros e compradores do material reciclável. Também serão abordadas questões sobre as relações de vizinhança entre o Loteamento Santa Terezinha e um bairro próximo, as relações dos papeleiros com a Prefeitura Municipal, e outras acerca do lixo enquanto material reciclável.

ABSTRACT

This dissertation was conceived basing on data collected through some ethnographical research carried out between February and June 2007 in Loteamento Santa Terezinha (Porto Alegre/RS), a popular housing estate where the majority of residents depend on the recyclable materials collection and/or selection to survive. These people call themselves *papeleiros* (someone whose work is collecting recyclables, such as paper, glass, plastics, etc). Accordingly, this dissertation aims to address the main aspects relating to the *papeleiros'* work, such as the differentiations among them, the ways they collect and select the recyclables and the relations they develop with the buyers. We also approach the issues around the relations between the *papeleiros* and the Porto Alegre city council and the relations between Loteamento Santa Terezinha and the neighboring area, as well as the ones around the garbage as a recyclable material.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, inicialmente, a CAPES pela bolsa de mestrado e ao PPGAS pelo financiamento de pesquisa de campo, ambos muito importantes para a realização desta dissertação.

Também gostaria de agradecer a todas as pessoas que participaram, de alguma forma, do processo de elaboração deste trabalho:

A começar, por todos os professores com os quais tive aula, especialmente, Federico Neiburg pelas importantes considerações, das quais incorporei parte neste trabalho.

Ao José Sérgio pela imensa atenção e orientação.

À Tânia, Bete e Marina (secretaria do PPGAS), à Carla e Alessandra (biblioteca do PPGAS) e ao Fabiano e Carmen (xérox), por todos os serviços e favores prestados.

Ao Fernando Rabossi e Lenin Pires pela leitura atenta do meu trabalho na ABANNE/2007, por seus comentários e sugestões.

À minha turma de mestrado, aos companheiros de aula, de bar e a todos os amigos que fiz durante esse dois anos no Rio de Janeiro: Bia, Beti, Fernanda, Dullo, Vitor, Caco, Nina, Laura, Isabel, Bruno M., Nicolás, Rogério, Luana, Bernardo, Curau, João, Martinho, Mônica, Cláudia, Cecília, Consolação, Paula, Ana, Camila, Flávio, Chico, Salvador, Julieta, Virna, Lú, Felipe, Bia, Edgar, Leonor, Marina, Suiá, Antônio, Luciana, Gustavo, Isabel O., Felipe S., Felipe B., Fernanda F., Renake, Carla R., Zé Renato e Pedro. Ao pessoal do IFCS: Léo, Taís, Suzana, Marina, Paula, Elô e Olívia.

Ao Gabriel pelo “apoio técnico”, dicas, considerações e esclarecimentos.

Ao Carlos Alberto pelos esclarecimentos gramaticais e, principalmente, por seu apoio e de sua família.

À Antonia pela amizade e cumplicidade.

À Lú pela longa amizade, desde Porto Alegre até o Rio de Janeiro.

À Marta pela amizade, atenção e incentivo constante, tanto em Porto Alegre como no Rio de Janeiro.

Ao Bruno meu agradecimento especial pela dedicação incondicional e companheirismo em casa, no bar e no trabalho.

À minha mãe, Luzia, e ao meu irmão, Tainan, por todo o apoio e carinho.

Agradeço a todos os papeleiros e moradores do Loteamento Santa Terezinha, principalmente ao seu Antônio e sua família, sem os quais este trabalho não se realizaria.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1. Da Vila dos Papeleiros ao Loteamento Santa Terezinha	12
1. Na Vila dos Papeleiros	12
2. De vila a conjunto habitacional	15
3. No Loteamento Santa Terezinha	17
3.1 O depósito da Rua Paraíba e a Unidade de Triagem	18
3.2 A ambigüidade da urbanização	20
3.3 Os moradores	21
4. Consumo doméstico	30
5. Um comércio a partir de outro	34
6. Algumas semanas depois	38
Capítulo 2. Relações entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o Lixo e os Papeleiros	45
1. Breve história sobre a limpeza pública em Porto Alegre	46
2. Uma forma de gerenciar o lixo	52
3. O DMLU e a Vila dos Papeleiros	57
3.1 Na AREVIPA	58
4. Sobre a atual gestão do DMLU	62
Capítulo 3. Sobre as relações de vizinhança com o Bairro Floresta	72
1. Um relato sobre uma invasão	74
2. O exotismo dos invasores	80
3. Os problemas do Bairro	82
4. Desde o Loteamento	86
Capítulo 4. O Trabalho no Papel	92
1. Papeleiros: da coleta aos coletores	94
1.1 A coleta	95
1.2 A coleta como forma de independência	99

2. Dos saberes do ofício	108
3. Da dimensão moral do trabalho	110
4. Das diferenças entre os papeleiros	116
5. Comprando e vendendo	119
Capítulo 5. Lixo, mercado e meio ambiente	127
1. Desde uma justificação	127
2. Desde uma motivação econômica	130
3. Mercadorização, classificação e controle	132
4. Diferenciação e valorização	133
5. Uma categoria residual	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	140

INTRODUÇÃO

Da aproximação com o campo

Esta dissertação é fruto de uma série de reflexões sobre alguns temas que envolvem a questão do lixo e daqueles que trabalham com ele. Em Porto Alegre, encontramos denominações variadas para designar tais trabalhadores: como “catadores”, “carroceiros”, “carrinheiros”, “papeleiros” e, mais recentemente, “recicladores”¹. Essas podem, eventualmente, ser autodenominações utilizadas pelos próprios trabalhadores, mas também podem ser denominações atribuídas a eles, pois é bastante comum as pessoas, em geral, não distinguirem entre elas. “Catador” é uma forma mais genérica de se referir a quem busca, no lixo, materiais e objetos que possam ser aproveitados, vendidos e trocados. O “carroceiro” usa a carroça para a coleta e o “carrinheiro”, assim como o “papeleiro”, usa o “carrinho”. O nome “papeleiro” se originou pelo fato do papel ser o “fundador, o começo”, como disse dona Paraguaia, pois algumas décadas atrás o tipo de material mais coletado era o papel. Assim, quando os “papeleiros” usam a expressão “no papel”, é para fazer referência ao seu trabalho, o qual consiste na coleta e triagem de vários tipos de materiais, e não apenas de papel. Já o termo “reciclador” foi empregado com mais frequência nos últimos anos em virtude da grande visibilidade que o processo de reciclagem² foi ganhando, podendo ser usado pelos trabalhadores como sinônimo de qualquer um dos outros termos devido à venda do material que coletam e classificam ser destinada para reciclagem. O “carrinho” é a ferramenta de trabalho empregada no momento da coleta e, em Porto Alegre, os carrinhos possuem um modelo confeccionado por terceiros especificamente para o desempenho desse trabalho, com uma estrutura de ferro e dois pneus. O ato de coletar com auxílio do carrinho é chamado pelos próprios papeleiros de “puxar carrinho”. Entretanto, há também aqueles que usam carrinhos improvisados ou de supermercado.

¹ As aspas são utilizadas para as expressões surgidas em campo e também para aquelas usadas pelos autores. Essas últimas serão devidamente acompanhadas por referência (nome do autor, ano). O itálico é usado para palavras e expressões empregadas por mim, além daquelas em língua estrangeira.

² Cabe mencionar que embora o termo reciclagem tenha sido incorporado no vocabulário não apenas dos catadores, mas das pessoas em geral, sendo usado de forma corrente como sinônimo de separação ou triagem de materiais recicláveis, a reciclagem, segundo material de divulgação do DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana), é um processo através do qual se torna viável a recuperação da matéria-prima. De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), o termo reciclagem é definido como a “recuperação da parte reutilizável dos dejetos do sistema de produção ou de consumo, para reintroduzi-los no ciclo de produção de que provêm”.

A pesquisa etnográfica que originou esta dissertação teve como foco os papeleiros moradores da antiga Vila dos Papeleiros, localizada na região central de Porto Alegre, recentemente submetida a um processo de urbanização que resultou na construção de um conjunto habitacional popular chamado Loteamento Santa Terezinha. Dentre minhas primeiras incursões em campo durante a graduação, sucedidas ainda na Vila dos Papeleiros em meados de 2002, muitos questionamentos e interesses foram surgindo. No entanto, como era necessário escolher um direcionamento para o estudo, a questão do trabalho dos moradores, da subsistência material através do lixo, apresentou-se como a mais relevante naquele momento por tratar-se de uma atividade repleta de singularidades e complexidades que fui descobrindo através do contato com o próprio campo, muito pouco visíveis para mim até então.

Minha primeira ida à Vila dos Papeleiros foi a convite de seu Antônio, um papeleiro de cinquenta e cinco anos na época, que morava na vila havia aproximadamente cinco anos. Seu Antônio andava pela Rua da Praia, mais especificamente pela Praça da Alfândega, uma das principais referências do centro da cidade, quando nos conhecemos. Aos meus olhos, era mais um, assim como tantos outros papeleiros com quem já havia cruzado pela cidade, praticamente invisível. Ele “puxava carrinho” e carregava também sua filha menor de três anos. Justamente neste dia, mais especificamente no momento quando o vi, pensei na possibilidade de tentar um contato para me aproximar de um universo que desconhecia e sobre o qual um interesse de pesquisa já sondava meus pensamentos. Pouco antes disso, durante um breve exercício etnográfico com os camelôs do centro da cidade, cenário que concentra um grande fluxo de papeleiros, começou a surgir meu interesse sobre tais figuras que transitam pra lá e pra cá com seus carrinhos. Por isso, depois de um instante, decidi abordar seu Antônio. Apresentei-me e logo perguntei a ele qual seria o destino daquele lixo todo. Ele respondeu de forma receptiva, disse que era papeleiro, morador da Vila dos Papeleiros e que tudo aquilo seria vendido em um dos “galpões” ou “depósitos” localizados na própria Vila. Em seguida, falei brevemente sobre minha condição de estudante e do meu recente interesse de pesquisa sobre seu trabalho, e perguntei se poderia conhecer a Vila dos Papeleiros. Seu Antônio respondeu afirmativamente, deu-me o número de seu telefone celular e disse que o ideal seria entrar em contato quando quisesse realizar a visita para que ele me esperasse, e complementou: “Falou com a pessoa certa”. Nesse momento descobri que aquele senhor que acabara de conhecer era o presidente da Associação dos Recicladores Ecológicos da Vila dos Papeleiros (AREVIPA).

Dessa forma aconteceu nossa primeira interação, e depois dela não deixei mais de manter contato com seu Antônio. Com o passar do tempo fomos estreitando laços cada vez mais e ele acabou se convertendo na famosa figura do “informante chave”³. Ele sempre se mostrou receptivo dizendo que eu podia visitar “sua comunidade” sempre que quisesse. Fui uma vez, duas vezes, três vezes até que a sensação de não pertencimento àquele lugar, que predominava no início, foi se atenuando, e, em algumas situações, até inexistia. Ainda assim, mesmo com a convivência com seu Antônio e sua família, não era possível apagar inteiramente diferenças sociais, de escolaridade, trajetória profissional familiar e outras que existiam entre mim e a grande maioria dos moradores, o que também não se constitui em impeditivo para a construção de amizades, laços de afeto, manifestações de simpatia, breves conversas e longos bate-papos. Com alguma frequência, fui interpelada por moradores: “tu tem algum familiar aqui?”, “o que tu é do seu Antônio?”, “onde tu mora?”. Todas essas perguntas demonstravam um interesse, às vezes desconfiança, por parte dos moradores em saber mais sobre mim e compreender quais eram meus interesses em estar ali. Durante as primeiras conversas ficava explícito como *ser papeleiro, parente de papeleiro, morador do loteamento* ou não, era uma posição fortemente marcada, entretanto podendo mudar de acordo com as relações que se constituíssem⁴.

Percebi que uma certa noção de “grupo”, “dos papeleiros”, de “comunidade” era muito presente, por mais que não se tratasse de uma unidade homogênea, existindo diferenças entre os moradores, suas famílias e seus membros. No Loteamento Santa Terezinha, como na antiga Vila dos Papeleiros, as pessoas estavam ligadas pela questão do trabalho, pela migração de outras cidades, principalmente do interior do estado e, ainda, pela necessidade emergencial de conseguirem formas de prover seu sustento e da família. Nem

³ Em uma passagem de “Sociedade de Esquina” Foote Whyte afirma que assim como para a família Martini ele passara a ser mais do que um pensionista, também os Martini tornaram-se para ele mais importantes do que simples informantes através dos quais pôde fazer vários contatos úteis para sua pesquisa (Whyte, 2005).

⁴ Essa forma de abordagem dos moradores nos remete à questão da “familiarização” e “territórios de parentesco”, um dos motes através dos quais Comerford (2003) desenvolveu sua pesquisa realizada em localidades rurais na Zona da Mata de Minas Gerais. Conforme o autor, essa maneira de abordar um estranho, fazendo perguntas sobre “de quem é parente”, revela o seguinte pressuposto: “a princípio, quem circula nessas localidades ou é morador do lugar ou é parente de morador do lugar” (2003:30). O que não quer dizer que não haja outros tipos de pessoas que circulem por tais lugares sem serem interpeladas dessas formas, mas nesses casos, aquelas estão marcadas “por índices de seu caráter ‘oficial’ e/ou funcional, com finalidades definidas e permanência limitada”, como o caso dos vendedores, funcionários da prefeitura etc. (2003:30). Da mesma forma acontecia no Loteamento Santa Terezinha, onde os moradores, ao perguntarem se eu era parente de alguém, tentavam entender o motivo da minha presença já que eu não vendia nem comprava nada, não era assistente social da prefeitura nem familiar de nenhum morador. Eu sempre dizia a todos que estava fazendo uma pesquisa sobre o trabalho dos papeleiros, mesmo assim, às vezes, tinha que falar mais sobre em que consistia exatamente tal pesquisa, onde eu trabalhava, se pertencia a alguma ONG, etc.

todas as trajetórias coincidiam em todos esses aspectos, mas é importante ressaltar que se constituíam em um universo de possibilidades comum, onde sob a denominação “papeleiro” todos se reconheciam. O fato de não morar lá, mas de freqüentar a comunidade a convite de uma pessoa conhecida por todos, como é o caso de seu Antônio, que ocupa uma posição de importância política, aliás, não restrita à Vila como veremos mais adiante, foi muito importante para que se abrisse a possibilidade de uma pesquisa etnográfica no local. Portanto, foi a partir de um pequeno mergulho etnográfico nesse universo “do papel”, o qual me possibilitou enxergar uma gama de complexidades, que fui alimentando minha motivação para prosseguir e realizar incursões intermitentes neste campo durante a graduação e aprofundar o tema com esta dissertação de mestrado.

Apesar da Vila não se encontrar numa região periférica, mas numa região central, perto das principais vias de acesso à cidade, era difícil se ter uma idéia de como era lá dentro apenas passando pela frente. A fachada, composta de construções irregulares, encobria parte das ruínas e do resto das casas⁵. A estética do lugar e tudo aquilo que poderia se chamar de noções de higiene, limpeza e organização espacial compunham um conjunto de elementos mais estranhos do que familiares para mim. Na época, ainda na graduação, tudo isso me fazia lembrar de coisas que acabara de ler e escutar nas aulas de antropologia como, por exemplo, o que diz DaMatta (1978) em seu texto “O Ofício de Antropólogo ou como Ter *Anthropological Blues*”⁶ a respeito das fases pelas quais o antropólogo passa durante uma pesquisa etnográfica. Influenciada então por essas idéias, deparei-me com alguns eventos e situações que me proporcionaram reflexões e sensações das primeiras vezes que lá estive principalmente, e com isso concluí que havia me deparado com o tão falado “estranhamento”.

Posteriormente, com o ingresso no mestrado e a vontade de continuar pesquisando o tema, logo após esse momento inspirado por “transformar o exótico em familiar” (Velho, 1978) e pela “viagem vertical do xamã (para dentro ou para cima)” (DaMatta, 1978), voltei minha atenção para alguns cuidados que julguei serem importantes se tratando da possibilidade de dar seqüência a uma pesquisa no mesmo campo. Um deles era o cuidado de não cair numa fácil vitimização dos papeleiros ao realizar uma descrição, nada que soasse

⁵ Rocha e Eckert (2005:81) salientam a importância dos intelectuais da Escola de Chicago para a antropologia do mundo contemporâneo, pois foram eles “os primeiros a interessar-se pelo problema da desorganização, desestruturação e anomia acarretadas pela concentração das massas nas megalópoles contemporâneas”.

⁶ DaMatta (1978) fala sobre a fase “teórico-intelectual”, quando ainda não se tem noção de como as coisas funcionam de fato, ou quando os “índios são de papel”; o “período prático”, a fase seguinte, que é antevéspera da pesquisa ou o período de problematizações de questões; e por último, a fase “pessoal” ou “existencial”, quando finalmente se dá uma visão do todo, do conjunto, e não se tem mais a noção de divisões de etapas, onde tudo parece uma coisa só.

como *vítimas do sistema* ou “coitadinhos” (como alguns consideram que os papeleiros gostam de ser vistos); nem tampouco num estranhamento radical, transformados em pessoas que possuíssem quase que uma espécie de *animalidade* principalmente por sua condição de pobreza. Mesmo porque a *posição ou papel de vítima* assumiria uma forma muito reducionista de tratar e descrever aquelas pessoas e aquele lugar. De um lado, o que os papeleiros fazem é considerar as limitações que encontram no mundo do trabalho (como escolaridade, idade, qualificação profissional) e suas possibilidades de mudarem de atividade, e, ainda, as vantagens e desvantagens que estão em jogo no desempenho de outras formas de trabalho. Por outro lado, somam a isso uma forma de valorizar seu trabalho, um caráter *enobrecedor* da atividade, encontrando na idéia de limpeza da cidade e da importância em termos ecológicos e ambientais da reciclagem de lixo, um componente capaz de reforçar a imagem de “trabalhador” a qual fazem questão de enfatizar.

Notei que era igualmente necessário ter cuidado com familiarizações forçadas e, até mesmo, com uma espécie de encantamento que pudesse construir algo como um *mundo maravilhoso dos papeleiros* através da escrita. Então, minhas dúvidas passaram a convergir para uma forma de equilíbrio que tentasse não alcançar nenhum desses extremos, mas que lograsse encontrar o tom de uma descrição sobre o lugar onde vivem, sua rotina e seu trabalho.

Portanto, a tentativa é trabalhar entre essas duas perspectivas, tentando não contemplar exatamente nem uma nem outra, mas investindo numa descrição que tente trazer as noções surgidas em campo, onde as diferentes compreensões das pessoas são mais complexas do que uma ou outra perspectiva. Visando preservar tais complexidades também não está entre os objetivos deste trabalho construir generalizações que produzam efeitos de homogeneização. As contradições, inconsistências internas, diferenças entre opiniões e idéias, tensões e conflitos são sempre possíveis em campo e, por isso mesmo, não devem ser camufladas no momento da escrita, mas ao contrário, devem emergir através das diferentes vozes (Clifford,1986).

Refletindo acerca da compra e venda de materiais recicláveis, ou seja, de um mercado de materiais recicláveis, a rotina e as formas de trabalho dos papeleiros são realçadas. Eles mesmos se diferenciam de vendedores *ocasionais* de latinha, plástico, sucata, papel, salientando um lado mais *profissional* da atividade (tema que será tratado no capítulo 4). Partindo de uma dimensão como essa, onde se localiza a principal forma de trabalho dessas pessoas, é que se pode visualizar uma ponte entre a tarefa de coletar aquilo que pode ser

classificado como lixo⁷ inicialmente, com um mercado, uma movimentação comercial de *novas mercadorias*, como é o caso dos inúmeros tipos de materiais recicláveis encontrados em meio ao lixo. Afinal, a visibilidade da reciclagem, dos materiais recicláveis e de produtos feitos a partir desses ganhou grandes dimensões nos últimos anos, mas ainda segue sendo pouco conectada, segundo os próprios papeleiros, com o trabalho dos catadores em geral. Esse consiste em um dos aspectos centrais para os papeleiros, que fazem questão de explicitar tal conexão.

Em relação a esse aspecto, vale salientar que também não elaboramos este trabalho com a intenção de enquadrá-lo dentro daquilo que Rabossi (2004) chama de “retóricas de decepção” sobre dinâmicas “informais” e “ilegais”:

[...] onde toda ação positiva das pessoas é transformada em reações sem sujeito: antes que comerciando, sobrevivendo; antes que trabalhando, refugiando-se do desemprego; antes que tentando fazer dinheiro, agüentando a condena a qual o sistema os relega (ou resistindo a ele); antes que ganhando-se a vida, alienando-se nas ilusões de consumo e afogando-se nas contradições da modernização (Rabossi, 2004: 281-282).

Também não está entre os propósitos deste trabalho, analisar os papeleiros “a partir de referências negativas, daquilo que lhes falta”, como disse Sarti (2007:14) fazendo uma crítica a um tipo de pensamento sociológico que analisa as classes populares desde tal perspectiva.

Num caminho semelhante, Florence Weber (1989) em sua etnografia sobre o dia-a-dia de uma vila metalúrgica, cujo foco recai sobre as práticas sociais dos trabalhadores fora do seu período de trabalho conclui, ao descobrir a categoria nativa “*travail-à-cotê*”, que rótulos como “lazer” deveriam ser abandonados pois violentariam expressões e formas nativas. O emprego dessas seria mais apropriado por superar algumas dicotomias além de referir-se a um trabalho fora da usina, em um tempo e espaço diferentes. Com isso a autora sinaliza para um importante ensinamento metodológico que inspirou o presente trabalho: é escutando os nativos em campo, mais do que lançando mão de conceitos *a priori*, que podemos expandir nossas teorias sobre, nesse caso, o trabalho. Por esse motivo, nenhum dos conceitos usados por Weber (1989) é arbitrário, todos eles são determinados pelo campo. Como efeito, em sua pesquisa há uma expansão da teoria que possibilita uma compreensão do trabalho não restrita a tipificações como “assalariado” ou “informal”, nem tampouco associada necessariamente à subsistência material. Dessa forma, permitindo que o trabalho

⁷ A questão dos termos, de como denominar, se lixo ou não, será abordada mais adiante quando veremos como os papeleiros definem isso no seu dia-a-dia.

apareça mais como uma obrigação moral do que material, enfatizando os valores produzidos nessas atividades consideradas como trabalho, recusando-se a reduzir aquilo que as pessoas fazem a qualquer razão, prática, necessidade ou política. Sua crítica recai sobre o fato de se enxergar apenas ausência ao mirar para a existência de relações fora das macro-estruturas.

No campo

Minha pesquisa etnográfica teve início em meados de 2002 ainda na Vila dos Papeleiros, originando meu trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais) no final do ano de 2003. Após esse período, continuei realizando incursões mais esporádicas na Vila até me afastar durante o período de um ano, quando tive que fixar residência no Rio de Janeiro, início de 2006, para cursar o mestrado. Quando voltei a estabelecer contato com os moradores, no começo de 2007, o Loteamento Santa Terezinha encontrava-se na sua fase de finalização. Então, a pesquisa etnográfica realizada durante o curso de mestrado estendeu-se por, aproximadamente, três meses não consecutivos, sendo que a primeira etapa iniciou em fevereiro de 2007 estendendo-se até março, e a segunda compreendeu um período entre maio e junho do mesmo ano. Durante esse tempo de reaproximação e convívio com os moradores alguns fatores influenciaram mais os resultados da pesquisa do que outros como, por exemplo, a questão do seu horário de trabalho.

No Loteamento Santa Terezinha as pessoas tinham horários de trabalho bastante variados, mas o horário reservado para o almoço, entre meio-dia e duas da tarde, era a mais aconselhada para falar com os moradores, pois muitos que puxavam carrinho de manhã já estavam voltando para casa essa hora, e aqueles que puxavam na parte da tarde ainda estavam se preparando para sair. Os papeleiros que puxam e “escolhem” (“escolher” é sinônimo de “separar”, “reciclar”, “classificar”, “triar”, porém, “escolher” é o termo mais usado pelos papeleiros) destinam geralmente um turno para cada atividade, e aqueles que só escolhem executam a tarefa dois turnos por dia.

Às vezes era um pouco difícil marcar um horário para conversas e entrevistas com os moradores devido à sua rotina de trabalho. Também por isso era praticamente impossível negociar fins de semana para entrevistas, principalmente domingos. Esses eram considerados como tempo destinado ao descanso, o que significava que nesse período não queriam falar sobre trabalho ou simplesmente não queriam ter compromissos.

Durante a execução da triagem, a maioria dos trabalhadores preferia se concentrar naquilo que estava fazendo, não eram de muita conversa. Toda vez que começava a conversar com alguém nessa situação a pessoa logo parava, sentava, ou acendia um cigarro. Acabei entendendo que era como se as duas coisas não pudessem ser feitas ao mesmo tempo, ou até podiam, mas esse não era o ideal. E eu, não querendo atrapalhar, tentava também não forçar qualquer situação, caso desconfiasse que estivesse incomodando, parava logo com a conversa e ia procurar alguém que não estivesse ocupado. Tentei ajudar algumas vezes com a classificação do material, mas não encontrei qualquer apoio nas minhas tentativas, pois poderia “sujar-me” e, além do mais, se tratava de uma tarefa que requeria “prática”, coisa que eu na tinha. Logo concluí que atrapalharia mais do que ajudaria.

Acompanhei duas vezes os filhos de seu Antônio ao saírem para puxar, perguntei se poderia e eles responderam que não havia problema. Depois disso, optei por permanecer o maior tempo possível no Loteamento principalmente por causa do momento de transição em que se encontrava. Acompanhar os papaleiros nos seus itinerários pela cidade, certamente apresentaria uma interessante possibilidade de observação das relações dos papaleiros com a cidade, seu trânsito pelas ruas, as paradas para negociações, os conflitos, e todo um conjunto de elementos relacionados à dimensão do trabalho⁸. No entanto, naquele momento decidi que o foco sobre essas questões faria parte de uma possibilidade de pesquisa para o futuro.

Assim, foi no próprio campo que aprendi a administrar o meu tempo conforme o tempo dos moradores e, quando não havia marcado com ninguém, geralmente passava o dia inteiro de casa em casa, de porta em porta, alternando de acordo com os compromissos e disposição dos moradores, tentando evitar situações em que minha presença fosse inoportuna. Muito embora acredite que ser inoportuna não era uma possibilidade frequente, pois todos costumavam ser sempre muito diretos, dizendo quando precisavam sair, quando não podiam ou não queriam conversar.

Os imprevistos que tomavam parte do tempo dos moradores também eram motivos não raros para desmarcarmos uma entrevista. Compromissos que apareciam de última hora e que faziam com que se ausentassem, como, por exemplo, a conta de luz que tiveram que sair correndo para pagar, a carteira de identidade que o filho precisava tirar rapidamente e o pai tinha que acompanhá-lo, um carro que apareceu para fazer no final da manhã e outras

⁸ Rocha e Eckert (2005) indicam a relevância do estudo dos itinerários dos grupos urbanos e de suas formas de sociabilidade: “O deslocamento dos grupos e indivíduos entre as ‘províncias’ e ‘territórios’ de significação nas cidades é uma das questões cruciais para se compreender o fenômeno da memória coletiva e, por consequência, da estética urbana das modernas sociedades urbano-industriais” (2005:83).

questões de trabalho. Um mal estar ou até mesmo o simples esquecimento por parte de alguns, fizeram com que algumas entrevistas fossem remarcadas.

Com algum tempo em campo, percebi que aquilo que para mim se revelava como uma desconfiança por parte dos moradores em relação às pessoas que não faziam parte da comunidade, pelo menos inicialmente, estava relacionado com o fato de falarem pouco e de mostrarem-se, desde a minha visão, até indiferentes⁹. Quando realizei as entrevistas era um tanto recorrente a forma como alguns moradores respondiam a algumas perguntas, especialmente aqueles com os quais eu convivía menos: eram evasivos ou muito breves, o que, às vezes, me fazia insistir em um determinado assunto para ver se, por acaso, falavam um pouco mais a respeito.

A primeira coisa que perguntava numa situação de entrevista, era se podia usar o gravador, a maioria respondeu que sim. Realizei ao total dezessete entrevistas com os moradores do Loteamento, das quais quatro não foram gravadas. Os entrevistados foram pessoas com quem tive mais contato ou indicados por essas. No DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana) realizei três entrevistas gravadas com pessoas que tinham ou tiveram relação direta com o Loteamento Santa Terezinha.

Como opção, decidi manter os mesmos nomes dos atores em campo, salvo uma única exceção, pois não vejo maiores prejuízos na revelação de seus nomes, em muito devido ao fato dos moradores do Loteamento ter sido objeto de políticas públicas, encontrando-se atualmente em situação legal e regular de moradia. Considerei também que os principais conflitos, como o caso das relações de tensão entre os moradores do Loteamento e os moradores do Bairro Floresta, são públicos e encontram-se no âmbito das respectivas associações, da prefeitura e da mídia. Além disso, penso que o emprego dos nomes reais tem como efeito aumentar a visibilidade tanto da comunidade como dos próprios papeleiros. Com isso consigo reconhecer mais explicitamente o quanto cada pessoa que contribui para minha pesquisa foi importante para a realização desta dissertação. Entretanto, cabe referir que nos relatos sobre situações que envolvem atos ilegais como, por exemplo, o uso e comércio de drogas, mesmo que essas não consistam no foco da pesquisa, fiz a opção de simplesmente não citar nomes.

O primeiro capítulo desta dissertação contém uma breve descrição da Vila dos Papeleiros e, a seguir, do Loteamento Santa Terezinha, cujo propósito é situar o leitor no

⁹ Recordo-me de uma colocação de Hoggart (1973: 96) a respeito dos membros do proletariado, que “não acreditam que um visitante de outra classe seja capaz de compreender os problemas intrincados das suas vidas, e fazem todos os possíveis por os esconder e evitar o paternalismo”. Por isso se referiu a uma “desconfiança do mundo exterior”.

universo etnográfico. Assim, o aspecto da mudança espacial ocasionada pela urbanização é salientado. A implantação de rede elétrica, esgoto, água encanada também é descrita como uma grande transformação em relação ao cenário anterior, podendo apresentar um caráter ambíguo. De um lado, viabiliza uma rotina, forma de vida e organização doméstica, a qual os moradores antes não tinham acesso. Por outro, encarece o custo de vida, pois os moradores precisam contabilizar mensalmente entre suas despesas os gastos com taxas básicas e obrigatórias de uma moradia regular. Esse capítulo contém trechos de história de vida de alguns moradores, da sua *chegada* “no papel” e na Vila dos Papeleiros; bem como a descrição de algumas situações e eventos através dos quais podemos visualizar um pouco mais da atmosfera do lugar e das pessoas que compõem aquele cenário.

No segundo capítulo tratamos das relações da Prefeitura Municipal com os papeleiros, o que constitui um aspecto importante para compreendermos alguns pontos referentes ao tema desde uma perspectiva mais ampla. Essa dimensão nos permite enxergar a influência de uma política pública na definição dos contornos da questão dos resíduos sólidos e dos catadores em Porto Alegre. A implantação da Coleta Seletiva municipal e a criação das Unidades de Triagem de material reciclável (as quais são chamadas também de “depósitos”, “reciclagem” ou “galpão”), são dois pontos que relacionam o âmbito institucional com os papeleiros.

Durante a realização da pesquisa etnográfica no Loteamento Santa Terezinha diversas questões relacionadas à forma como os moradores do Loteamento são percebidos pela vizinhança foram trazidas à tona diversas vezes por eles próprios. Os relatos continham declarações sobre uma maneira discriminatória de serem tratados pelos vizinhos. Essas declarações, as quais me pareciam conter um tom de queixa e revolta, fizeram com que me aproximasse dos *discriminadores* com intenções de saber mais sobre os motivos causadores da não aceitação dos recém instalados. Dessa forma, no terceiro capítulo abordamos as relações de vizinhança entre o Loteamento Santa Terezinha e o Bairro Floresta¹⁰, constituindo-se em um dos temas sinalizados pelo próprio campo¹¹.

¹⁰ Por se tratar de um bairro muito grande, com cerca de vinte mil habitantes, é preciso fazer a ressalva de que “o Bairro Floresta”, ao qual me refiro, compreende uma parcela de seus moradores, ou seja, aquela que se articula com a Associação do Bairro para a mobilização e pronunciamento público, inclusive, com o propósito de manifestar sua insatisfação com a construção do Loteamento Santa Terezinha e o convívio com seus vizinhos. Portanto, o que chamo de “Bairro Floresta” não é, obviamente, o contingente total de moradores, e sim o discurso que se coloca como representativo dos mesmos.

¹¹ Como Evans Pritchard (1978) menciona em seu clássico “Bruzaria, oráculos e magia entre os Azande”, há dois tipos de idéias: aquelas que o pesquisador encontra no lugar onde escolheu estudar e aquelas que o pesquisador leva consigo (1978:300). Se considerarmos essa colocação de Evans-Pritchard, cabe dizer que a relação dos papeleiros com o Bairro Floresta faz parte certamente do primeiro tipo de idéias, sendo uma questão à qual fui dirigida através do próprio exercício etnográfico.

Diversas informações são importantes a respeito dos papeleiros, mas aquelas relacionadas à coleta são fundamentais se aquilo que se pretende é saber mais acerca das relações de trabalho e do próprio trabalho do papeleiro. Portanto, no capítulo quatro trataremos das questões ligadas estreitamente à questão do trabalho. Entretanto, cabe mencionar que em tal universo é difícil separar o trabalho de outras questões entendidas como pessoais, familiares, etc., todas elas aparecem de forma muito imbricada.

Finalmente, no capítulo cinco investimos brevemente em algumas reflexões acerca do lixo, desde sua “ambientalização” (Lopes, 2004) à sua valorização e transformação em mercadoria, a partir de conexões com os dados empíricos.

Capítulo 1. Da Vila dos Papeleiros ao Loteamento Santa Terezinha

1. Na Vila dos Papeleiros

A Vila dos Papeleiros, assentada sobre uma área comprimida entre a Avenida Castelo Branco e a Avenida Voluntários da Pátria, duas vias de tráfego intenso da cidade, foi cenário de freqüentes invasões e construções de casebres ao longo de muitos anos. Sua origem foi na Vila Salseiro, a qual estava localizada exatamente onde está hoje a Estação Rodoviária de Porto Alegre. O início desta primeira ocupação data da década de sessenta e sua população era predominantemente oriunda de cidades do interior do estado do Rio Grande do Sul, composta por pessoas que foram para a capital do estado em busca de trabalho e encontraram na “catação” de papéis no centro da cidade sua principal atividade. Dessa região tal população foi retirada pelo poder público municipal e transferida para a zona norte, distante do centro, o que a fez voltar em seguida por causa do trabalho e estabelecer-se próxima ao cais do porto originando a Vila Cascalho. Os moradores foram novamente retirados devido à abertura da Avenida Castelo Branco e transferidos, em parte, para a zona sul, e, em parte, para a zona leste. Mais uma vez, tiveram seu trabalho prejudicado. As famílias voltaram para a região central e ocuparam uma área muito próxima à da Vila dos Papeleiros, recebendo o nome de Cantão das Docas, onde habitavam cerca de cinquenta famílias e todas trabalhavam com a coleta de papel no centro da cidade. Desde então, a comunidade começou a assumir os contornos da ocupação da Vila dos Papeleiros, recebendo diversos nomes depois disso, até que no início dos anos setenta, com a construção de uma auto-estrada nas proximidades, muitas famílias foram novamente retiradas (DEMHAB, 2002).

Na mesma época, outras famílias foram se instalando às margens da Avenida Castelo Branco, aumentando muito o número de pessoas no local. Por isso, muitas famílias se mudaram para a área do que viria a ser chamado de Vila dos Papeleiros, localidade que na época recebia a alcunha de Vila Sem Terra. Assim, a ocupação se espalhou e alguns galpões que trabalhavam com a compra de papel também se instalaram no local, levando junto várias famílias que já trabalhavam para os donos desses galpões. Algumas delas construíram seus casebres, outras ficaram morando dentro dos próprios galpões. Outras, ainda, instalaram-se

nos casebres construídos pelos donos dos galpões para os quais trabalhavam¹² (DEM HAB: 2002).

Mas foi por volta da década de noventa que a Vila dos Papeleiros ganhou visibilidade e ficou assim conhecida. O DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação), em seus registros, fala em “Vila Central”, porém, reconhece que “como uma forma de afirmar sua condição de trabalho e definir-se como grupo a comunidade prefere ser chamada de Vila dos Papeleiros” (2002:22). O aglomerado de casebres em meio a uma região central salientava-se por sua precariedade, pobreza e pelas singularidades da atividade exercida pela maioria dos moradores¹³ — além de estar localizado em uma área de grande visibilidade¹⁴, às margens da principal via de acesso à cidade, chamando atenção de quem entrava e saía de Porto Alegre.

Composta por aproximadamente duzentas moradias, a distribuição das casas na Vila dos Papeleiros era irregular e desordenada. Percebia-se a precariedade das moradias pela forma improvisada de sua construção e pela fragilidade dos materiais empregados, em sua maioria um misto de papelão, madeira e telhas de zinco. Em relação a isso, eu tinha a seguinte impressão: esses materiais empregados na construção das casas eram obtidos através do próprio trabalho dos papeleiros, como se quase tudo pudesse ser reaproveitado — sendo eles uma espécie de *bricoleur* que, de acordo com Lévi-Strauss (1989), é aquele que executa um trabalho a partir do que tem disponível, construindo novos significados a partir de materiais diferentes que constituem simbolismos diferentes¹⁵.

Por dentro as casas eram escuras e apertadas. Os móveis e eletrodomésticos mal cabiam. A rede elétrica era toda improvisada, feita a partir de ligações clandestinas ou de “gatos”, conforme o vocabulário local. Não havia água encanada e tampouco rede de esgoto. Os banheiros eram coletivos e espalhados pela Vila. Por falta de banheiro em casa, vários moradores usavam grandes baldes de plástico como penico. Esses ficavam, geralmente, nos quartos ou peças usadas como quarto para depois serem despejados nos banheiros. Um dos cômodos da casa era usado para guardar o papel, o plástico, as latas, enfim, todo material que

¹² De acordo com DEMHAB (2002), essas informações sobre as origens da Vila dos Papeleiros foram conseguidas através de depoimentos de lideranças comunitárias da região. Parte delas já havia escutado entre os relatos dos moradores do Loteamento, porém, eram sempre informações truncadas, com precisão temporal pouco clara para mim.

¹³ Conforme DEMHAB (2002), cerca de 90% das aproximadamente 200 famílias residentes na Vila trabalhavam com coleta e/ou triagem de resíduos.

¹⁴ Para ilustrar, cito uma notícia veiculada por um jornal de Porto Alegre com o seguinte título: “Uma favela no coração da capital”, a qual tem como resumo: “Desempregados e sem opções, mais de 300 papeleiros se reúnem nas proximidades do centro da capital e levam a vida puxando carrinho” (Diário Gaúcho, 25 de abril de 2001).

¹⁵ Segundo Lévi-Strauss (1989:32), o *bricoleur* se caracteriza especialmente pelo “fato de operar com materiais fragmentários já elaborados, ao contrário, por exemplo, do engenheiro que, para dar execução ao seu trabalho, necessita da matéria-prima”.

seria devidamente separado. Muitas vezes, esse era composto também de uma pequena porção de material orgânico, o que contribuía para a formação de um odor fétido, sobretudo sob altas temperaturas.

Além dos modestos casebres, alguns mini-mercados, bares, uma oficina e um pequeno posto de saúde comunitário — que cumpria o importante papel de encaminhar os moradores para outros postos da cidade quando necessário — compunham a Vila dos Papeleiros. O lixo estava presente em toda parte: nas ruelas, em volta das casas, dentro das casas, fosse como objeto funcional reutilizado, adorno ou material que ainda aguardava pela triagem. Não raro crianças andavam de pés descalços pelas ruas, em meio ao barro e à água parada. O terreno da Vila era muito alagadiço por sua localização, muito próxima ao Rio Guaíba¹⁶, o que facilitava que os becos e ruelas ficassem constantemente repletos de barro. Quando o tempo estava firme e seco a paisagem local se modificava. Essas ruelas e becos impossibilitavam o tráfego de automóveis, nem sequer eram considerados parte da malha viária da cidade. Por ali só passavam mesmo carrinhos, algumas carroças e raramente algum carro.

Os galpões compradores de materiais recicláveis instalados na Vila também contribuía para o mau cheiro decorrente da decomposição do lixo, pois o material vendido pelos papeleiros chegava a ser estocado por vários dias. Os donos desses galpões eram pequenos atravessadores que já haviam trabalhado como papeleiros e depois de algum tempo, alcançando os recursos necessários, compravam e vendiam diversos tipos de material reciclável para atravessadores maiores. Alguns papeleiros também usavam o espaço dos galpões para separar o material coletado, principalmente, por não contarem com outro lugar para realizar tal tarefa e/ou para guardar o material. Da operação de triagem sempre resulta um rejeito ou “resto”, material que não pode ser aproveitado para a venda, como o papel muito sujo (por contato com matéria orgânica), tipos de plásticos de pouco valor (logo, pouca aceitação nos depósitos), algum tipo de embalagem, etc., também frequentemente definidos como “lixo” para os papeleiros. Neste contexto, a sujeira é sempre associada às matérias orgânicas.

Ainda que o cheiro do lixo em decomposição predominasse na Vila do Papeleiros, parecia ser completamente abstraído pelos moradores e, com o tempo, inclusive por mim. Isso não significa que os moradores gostassem de viver naquela situação, o cheiro, as

¹⁶ Apesar de ser chamado correntemente de Rio Guaíba pela população local, a formação hidrográfica do Guaíba configura-se tecnicamente como um estuário: “lagoa formada pela invasão das águas de um rio” (Houaiss, 2001). No caso de Porto Alegre é a bacia hidrográfica do Delta do Jacuí (que ocupa 85.750 km² de área no Rio Grande do Sul) que tem como porta de entrada o Guaíba (Andrade; Guerreiro, 2001).

moscas, os ratos... Lembro que já nas minhas primeiras incursões em campo ouvia alguns moradores reclamando do lixo ao redor das casas, da sujeira que alimentava uma porção de insetos indesejados, da lama que embarrava os sapatos e, dependendo do dia, até as canelas.

Devido à precariedade das instalações elétricas, segundo alguns moradores, a Vila dos Papeiros sofreu um grande incêndio no ano de 2003. Vários casebres foram queimados, entretanto, a maioria não teve danos e nenhuma pessoa ficou ferida. No ano seguinte, houve outro incêndio, porém, esse foi devastador, podendo ter sido resultado da explosão de um botijão de gás de acordo com moradores¹⁷. Após esse último incidente, a população da Vila foi removida para um conjunto de “casas de passagem” onde permaneceu até as obras do conjunto habitacional, iniciadas no final de 2004, serem finalizadas. Metade das moradias foi entregue à comunidade em dezembro de 2006 e metade em março de 2007. Uma quadra de esportes, uma creche e a sede da Associação de moradores foram finalizadas e entregues em maio de 2007.

2. De vila a conjunto habitacional

A transformação da Vila dos Papeiros em conjunto habitacional popular foi um projeto implementado pela PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre) e financiado através do “Programa Integrado Entrada da Cidade”¹⁸. Esse consiste em um projeto mais amplo que incluiu a construção de moradias e urbanização de outras áreas da mesma região, conhecida como “Entrada da Cidade” por estar localizada ao longo das margens da principal via de acesso à cidade. Por isso, uma das finalidades do projeto seria a “recuperação da paisagem urbana ao longo da auto-estrada” e a possibilidade de “inclusão social de uma das comunidades mais marginalizadas da cidade”, a Vila dos Papeiros. Tal projeto foi executado pela PMPA com o financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) através de uma parceria com o Governo Federal (DEMHAB, 2002: 6).

¹⁷ O jornal de maior circulação do estado do RS publicou uma notícia logo depois do ocorrido onde a polícia afirmou que não descartaria nenhuma hipótese: incêndio criminoso, acidente ou mesmo a precariedade das instalações elétricas (Zero Hora, 20 de março de 2004).

¹⁸ Esse projeto previa, em um primeiro momento, o remanejamento de 413 famílias que habitavam de forma “irregular” a zona de principal acesso à cidade de Porto Alegre para conjuntos habitacionais. “A condição de famílias em situação de subnormalidade, as situações de risco existentes provenientes da localização de assentamentos às margens de rodovias e tráfego intenso, a precariedade das redes de infra-estrutura, o nível da renda familiar de aproximadamente três salários mínimos [...] apontam para a realização de uma intervenção regional que apresente solução, na integralidade, para os problemas urbanos e sociais diagnosticados” (DEMHAB, 2002: 5-6).

Contudo, a urbanização e construção de moradias no mesmo local foi também uma reivindicação dos próprios moradores da Vila, que já haviam tido suas casas destruídas diversas vezes, não só pelos incêndios, mas pelas várias tentativas consecutivas de transferência para regiões periféricas da cidade. No entanto, em pouco tempo as famílias acabavam voltando e reerguendo novos casebres no mesmo local, o qual é estratégico para o desempenho da atividade de papelero. Conforme assinalou Valladares (1978), é preciso considerar as “funções que esse tipo de moradia” (favelas, aglomerados de casebres, etc.) representa para seus moradores. No caso da Vila dos Papeiros, podemos dizer que essas funções eram as mesmas das favelas do Rio:

[...] por sua localização, facilita o acesso aos mercados de trabalho e reduz os gastos com transporte; por sua natureza (área de invasão construída com recursos precários), permite que os gastos com habitação sejam reduzidos. Constitui assim, para muitos, uma verdadeira ‘solução orçamentária’, cujo papel é fundamental na luta diária pela sobrevivência na cidade (Valladares, 1978:45).

Cabe ressaltar que, antes mesmo da concepção do Projeto Entrada da Cidade, outras iniciativas semelhantes já tinham sido implementadas pelo mesmo Governo Municipal¹⁹. Três experiências anteriores compartilhavam o fato de não incorporar a transferência das populações moradoras de áreas irregulares para a periferia da cidade, senão que constituíram na fixação de todas as três em regiões centrais da cidade, nos próprios locais onde estavam instaladas de forma irregular. Tal medida apresentava uma nova forma de lidar com a questão da moradia popular em Porto Alegre.

Para a PMPA a urbanização do local onde estava instalada a Vila dos Papeiros implicava na idéia de um espaço ordenado, limpo, que dispusesse de serviços básicos como saneamento, água, luz, etc. Para os moradores, a principal idéia era que pudessem dispor de condições de moradia muito diferentes das que tinham até então, por vezes expresso por alguns como um “direito”. Sendo assim, desde o ponto de vista da Prefeitura Municipal, não apenas transformações urbanísticas seriam necessárias, mas também mudanças que envolvessem os hábitos dos moradores no seu cotidiano. Uma delas está relacionada à forma como passariam a lidar com os resíduos. A partir da entrega das novas casas os moradores ficaram proibidos de guardar em casa o material coletado e também o carrinho. Segundo a PMPA, o Loteamento enquanto área residencial não poderia abrigar nem carrinhos nem resíduos, evitando que as novas habitações se transformassem em pequenos depósitos como

¹⁹ Esse era o governo do Partido dos Trabalhadores, o qual governou a cidade por quatro mandatos consecutivos (1989-2004).

na Vila. Surge então, para os papeleiros, a necessidade de conseguirem outros espaços onde pudessem classificar e armazenar o material coletado.

A decisão do Governo Municipal de construir moradias populares em uma área central sofreu críticas de moradores das áreas vizinhas, mais especificamente do Bairro Floresta. Um dos principais motivos geradores de críticas, segundo o presidente da Associação do mesmo bairro, consistia na intenção dessa Associação em fazer um parque, uma área de lazer para seus moradores exatamente no mesmo local onde foi construído o conjunto habitacional (sobre as relações entre Bairro Floresta e Loteamento ver capítulo 3).

Tal motivo vai ao encontro do que afirma Valladares a partir de sua pesquisa sobre a remoção de favelas no Rio de Janeiro²⁰: “a eliminação das favelas [...] significaria a liberação de terrenos, propiciando o disciplinamento do uso do solo em muitas áreas da metrópole. [...] significaria dispor de áreas em que se poderia construir, [...] urbanizar ou valorizar para utilização futura” (1978:31-32). Para a autora, a classe média e imprensa do Rio de Janeiro partiram de “uma conceituação estigmatizada do favelado, qualificado como parasita do Estado, marginal que precisa ser eliminado do espaço em que se encontra e replantado em outras áreas distantes, não visíveis”²¹ (1978:33). Esse tipo de conceituação é usado frequentemente por moradores das áreas vizinhas para se referirem aos moradores da antiga Vila dos Papeleiros (como será visto no capítulo 3). Conforme a autora, a favela resulta “de uma situação onde o uso do solo é cada vez mais determinado pelo seu valor, e onde o controle do espaço urbano é exercido pelas ou em nome das camadas dominantes” (1978:44).

3. No Loteamento Santa Terezinha

Santa Terezinha foi o nome escolhido pelos moradores²² para o loteamento popular que previa a construção de duzentas e dezessete casas situadas exatamente sobre a mesma área onde estava assentada a Vila dos Papeleiros. Em janeiro de 2007, depois da entrega da

²⁰ Aliás, cabe referir que a Vila dos Papeleiros consistia num tipo de aglomerado habitacional muito próximo do que se entende por favela, inclusive porque o termo “vila”, no Rio Grande do Sul, tem uma conotação predominantemente pejorativa podendo ser entendido como aquilo que em outros lugares seria chamado de “favela”.

²¹ Em um trabalho mais recente de Valladares (2005), “A invenção da favela”, onde a autora se centra sobre a “sócio-história dos pensadores da favela”, podemos encontrar mais dados sobre as representações sociais ao longo do século XX que resultaram na categoria de favela utilizada hoje em dia tanto nas produções eruditas como na mídia.

²² Segundo seu Antônio, esse nome foi também uma homenagem à Igreja Santa Terezinha, instituição que presta assistência à comunidade através de doações de cestas básicas, agasalhos, etc.

primeira metade das casas, já se avistava a nova estética local, com casas recém pintadas, distribuídas em sobrados e “térreas”, assim chamadas pelos moradores. As casas têm cinco cômodos: sala, cozinha, banheiro, dois quartos e um pátio. Ao todo são doze quadras divididas ao meio por uma praça, quadra de futebol, uma creche (com capacidade para oitenta crianças), cancha de bocha e a sede da Associação — seis quadras para cada lado, tudo milimetricamente projetado. As ruas e calçadas limpas, bem como a disponibilidade dos serviços de água, luz e saneamento básico mudaram não apenas o cenário local, mas também as relações das pessoas com o espaço onde vivem.

3.1 O depósito da Rua Paraíba e a Unidade de Triagem

A criação de duas Unidades de Triagem, prevista no plano de urbanização da Vila dos Papeleiros exclusivamente para o trabalho dos moradores fazia parte de uma concepção, do poder público, de limpeza e organização da comunidade e de novas relações que os papeleiros deveriam estabelecer com seu trabalho e, conseqüentemente, com os resíduos. O objetivo principal desse projeto era separar o local de trabalho dos papeleiros do seu local de moradia, duas dimensões até então muito improvisadas e pouco separadas.

Ainda na Vila dos Papeleiros, depois de todo plano urbanístico estar definido, mas antes da população ser transferida para as casas de passagem, já estava sendo articulada a formação da primeira Unidade de Triagem. O local estipulado foi um estacionamento de caminhões do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) situado na Rua Paraíba (Bairro Floresta). A localização era ideal para os trabalhadores, muito próxima à Vila. Assim, a proposta do DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana) era negociar tal espaço com os órgãos estatais necessários para implantar no local uma Unidade de Triagem, cujo modelo consiste na autogestão de grupos que realizam a triagem do material reciclável recolhido através da Coleta Seletiva (maiores detalhes sobre as Unidades e a Coleta Seletiva serão abordados no capítulo 2).

Entretanto, o modelo concebido pelo DMLU foi questionado pelos moradores da Vila, o que resultou em uma flexibilização do projeto por parte do órgão municipal. Cabe destacar, de acordo com relatos de seu Antônio, que havia na época um ideal de negociação do Governo Municipal com os moradores da Vila — a Administração Municipal de então, do Partido dos Trabalhadores, enfatizava as experiências participativas.

Após algumas modificações, a Unidade de Triagem da Vila dos Papeleiros passou a ser conhecida também como “galpão diferenciado”. Nesse momento, ainda não havia sido iniciada a criação da segunda Unidade prevista para a Vila. Mas, a partir do momento em que essa se concretizou, a experiência diferenciada dissolveu-se e, com a existência de dois locais para trabalho dos papeleiros, houve uma cisão entre aqueles que concordavam em trabalhar exatamente conforme o modelo das Unidades, e aqueles que não estavam dispostos a modificar sua forma de trabalho. Esses últimos permaneceram na Rua Paraíba. Os outros foram, então, para o novo galpão localizado na Avenida Voluntários da Pátria, endereço também próximo à Vila — nessa época as obras para a construção do conjunto habitacional já haviam sido iniciadas e os moradores deslocados para as casas de passagem.

Com a divisão em dois grupos, os papeleiros que permaneceram na Rua Paraíba ficaram completamente desvinculados do DMLU, pois seu trabalho consiste na triagem dos resíduos que eles mesmos coletam. Devido a essa situação, os conflitos já existentes anteriormente com os moradores do Bairro Floresta, vizinhos do galpão da Rua Paraíba, acentuaram-se. O incômodo manifesto por eles tinha origem no acúmulo de lixo localizado no espaço de trabalho dos papeleiros. A Rua Paraíba é predominantemente residencial, fato usado pelos próprios moradores da rua como argumento contra a permanência do galpão, também chamado por muitos papeleiros de depósito e até de “reciclagem” (sobre a relação entre papeleiros e o Bairro Floresta ver capítulo 3).

Já o grupo que compõe a Unidade de Triagem — chamada pelos papeleiros com mais frequência de “reciclagem” e, às vezes, de depósito — não apresenta esse tipo de relação com o seu entorno. A Unidade, localizada na Avenida Voluntários da Pátria, está próxima ao Loteamento, mas mais afastada da zona residencial do Bairro Floresta, pois ao contrário da Rua Paraíba, é predominantemente composta de área não residencial. Ao longo da Voluntários da Pátria existem vários depósitos compradores de material reciclável, estacionamentos, prédios públicos, postos de gasolina, etc., e o Cais do Porto fica ao lado. Há poucas residências nas redondezas. Além disso, o local onde a Unidade foi instalada possui pouca visibilidade e é protegido, digamos assim, pelo poder público porque uma parte do pátio é reservada para estacionamento de caminhões do DMLU, sendo que a própria vinculação da Unidade com o órgão municipal produz um efeito de legitimidade do projeto em andamento.

3.2 A ambigüidade da urbanização

A partir de tais mudanças, podemos ver a urbanização de forma ambígua, pois se, de um lado, viabiliza uma espécie de rotina e organização doméstica, que antes os moradores não tinham acesso ou acessavam de forma irregular; por outro, há um encarecimento do custo de vida, já que se faz necessário contabilizar mensalmente as despesas geradas com impostos, água, luz, etc. Esses são fatores que interferem diretamente na permanência dos moradores no conjunto habitacional (Valladares, 1978).

Assim, os moradores passaram a pagar por uma série de serviços que antes nada pagavam. Pelas casas, segundo seu Antônio, eles devem pagar uma taxa mensal equivalente a um “aluguel social”, que não lhes concede a propriedade, apenas a posse das mesmas. Entretanto, a falta de serviços básicos outorgava aos moradores condições muito precárias de moradia, e por isso mesmo se faziam necessários. Os moradores consideram que a ausência desses serviços resultava em dificuldades como, por exemplo, as inundações e o barro dentro de casa e nas ruas por falta de calçamento, o desconforto e os inconvenientes decorrentes dos banheiros coletivos, bem como os perigos causados pela ligação clandestina da rede elétrica, etc.

Então, quando os moradores passam a usufruir das condições de moradia por eles almejadas, passam também a contabilizar o custo diário de tais recursos, o que fez alguns preferirem “do jeito que estava”. Em campo, me deparei com diferentes situações: desde algumas casas onde as famílias ainda não tinham chuveiro elétrico ou tinham poucos eletrodomésticos e, por conta disso, gastavam pouco com despesas de água e luz, até casas que possuíam chuveiro elétrico, diferentes tipos de eletrodomésticos, e conseqüentemente experimentavam estar entre os maiores consumidores de luz e água da comunidade, pagando altas somas no fim do mês ou tornando-se devedoras.

No cálculo mensal, o número de pessoas que moram na casa também se torna um fator determinante no valor das despesas. Na casa de seu Antônio, por exemplo, onde há várias pessoas, geralmente quatro adultos e quatro crianças, a conta de luz é sempre alta. Além disso, a casa dispõe de chuveiro elétrico, geladeira duplex, máquina de lavar roupas, três televisores e um rádio. Seu Antônio e Ione, sua mulher, se queixaram sobre o valor das tarifas, concluindo que as contas de luz que alcançaram, em média, cem reais entre os meses de fevereiro e junho de 2007 continham algum erro. Com isso, seu Antônio disse que seu próximo passo como presidente da Associação de moradores seria brigar por tarifas mais

baixas, já que o Loteamento Santa Terezinha é considerado um conjunto habitacional popular.

Na casa de seu Salles a situação era diferente porque, segundo ele, não usava chuveiro quente nem no inverno. Tomou essa medida justamente porque corria o risco de ir à falência com os banhos quentes de seus filhos, da esposa e das netas. Dessa forma, mantinha suas despesas controladas, e a conta de luz dava em média um terço do valor da conta de seu Antônio. Nem a geladeira ele permitiu que sua mulher ligasse no verão, afirmando que “no inverno, então, nem precisa”. Seu Salles disse que a razão do seu “choro” é ter que pagar água e luz. Sua previsão é de que “vai ter gente com água cortada, luz cortada, se tem gente que não tem dinheiro nem para comida vai ter para pagar as casas? Será que isso não passa pela cabeça deles [órgãos municipais]?”.

Outro serviço disponibilizado para os moradores logo após a construção do Loteamento foi o de telefonia residencial, sendo que várias casas já tinham instalado telefones em maio de 2007. Na casa de seu Antônio essa opção funcionava como um experimento: queriam testar quanto gastariam por mês já que as tarifas da telefonia celular são, em média, mais caras.

Entre uma conversa e outra, apareciam reclamações dos moradores não apenas em relação ao custo dos serviços, mas também pelo próprio fato da moradia haver se tornado controlada, ou seja, antes era possível construir um barraco, um casebre, de acordo com suas próprias regras e condições. Com o Loteamento isso se tornou inviável, o próprio espaço não possibilita mais esse tipo de construção. Os improvisos, facilidades e a “liberdade” deram lugar ao planejamento, à organização espacial, à limpeza das ruas e à fiscalização dos órgãos da prefeitura, que se encarregam de detectar tudo que esteja fora do planejado. Ainda assim, nem tudo corre conforme o previsto pelo poder público. Frequentemente os moradores providenciam formas de singularizar o local com pinturas, letreiros e desenhos nas paredes, os quais não seguem nenhum padrão e tampouco têm autorização do DEMHAB.

3.3 Os moradores

Seu Antônio é o papaleiro e morador do Loteamento que conheço há mais tempo, e, em função dos laços que fomos estabelecendo com o passar dos anos, a casa dele era geralmente o primeiro lugar para onde me dirigia quando chegava ao Loteamento. Lá eu era

convidada para entrar, sentar, tomar café, almoçar, etc., como na casa de um amigo. Conheci muita gente através de seu Antônio, passando diariamente por muitas casas, entretanto, a sua era a que eu visitava com mais regularidade. Conversávamos com frequência, às vezes por horas, eu e ele, eu e sua mulher, Ione, nós os três, ou eu e sua sogra, ou nós e mais um de seus filhos.

Seu Antônio é natural de Porto Alegre, tem sessenta anos, é pai de doze filhos, vive com a quarta mulher, Ione, com aproximadamente trinta e cinco anos, com quem ainda não tem filhos. Trabalha como papeleiro há cerca de nove anos, desde que chegou na Vila dos Papeleiros. Exerceu a profissão de marceneiro por alguns anos, mas, quando não conseguiu mais sustentar sua família, largou o ofício e foi trabalhar como vendedor de *churros*. Foi também vendedor em banca de frutas e em banca de flores no Centro da cidade, onde trabalhou pouco antes de chegar na Vila. Nessa época trabalhava em frente ao bar e boate Bonami e revelou que, “sem falcatrua”, em suas palavras, ganhava o equivalente a sessenta reais por semana. Perguntei qual era o tipo de “falcatrua” ao qual se referia, e ele explicou. Se uma rosa custava cinco reais, ele dizia que custava vinte cinco, aí separava cinco para a banca e vinte para ele. Essa era a falcatrua que disse usar com os homens que saíam bêbados do Bonami acompanhados por “garotas de programa chique”, algumas delas amigadas que fez enquanto trabalhava ali. A falcatrua acontecia quando a garota lhe sinalizava, com um piscar de olhos, tentando dizer que o homem por quem estava acompanhada tinha dinheiro e, com isso, seu Antônio sabia que podia “passar a faca”. Mais tarde seu Antônio dava uma parte do dinheiro a ela, funcionando como uma “parceria”.

Jéferson, um dos filhos mais velhos de seu Antônio, que já era papeleiro, sempre dizia ao pai que o papel dava dinheiro, mas seu Antônio não se interessava. Depois de Jéferson, Julião foi o segundo de seus filhos a trabalhar como papeleiro e a se mudar para a Vila dos Papeleiros. Esse também tentou levá-lo para o papel, porém, somente quando o negócio das flores começou a declinar seu Antônio decidiu falar com Jéferson.

A ida de Jéferson para o papel e para a Vila foi um pouco diferente. Ele trabalhava em uma banca de frutas na Praça Parobé, também no Centro da cidade, e na rotina de limpar e varrer sua banca conheceu um papeleiro que passava por lá juntando caixas de papelão e de madeira. Um dia Jéferson resolveu perguntar-lhe quanto ganhava neste trabalho. O papeleiro respondeu “sessenta reais por semana”. Jéferson se entusiasmou com a resposta e, já que não estava se acertando com o pessoal do trabalho, resolveu sair e se mudar para a Vila onde o tal papeleiro morava. Seu Antônio disse que Jéferson sempre foi assim, “desse jeito”, “andarilho”. Depois que começou a trabalhar no papel, Jéferson desconfiou que o papeleiro

havia mentido, “o cara devia ganhar uns vinte reais por semana” pois o trabalho não era “tão fácil”, mas “dava dinheiro”, considerando que na época vinte reais era bastante dinheiro. Ione também disse que assim que começou a puxar carrinho, quando ganhava quinze reais, já ficava muito satisfeita.

Para seu Antônio, existem dois tipos de papeleiros: os que afirmam ganhar mais do que realmente ganham, o que acaba despertando o interesse de outros, atraindo mais gente para a atividade e aumentando a concorrência; e os que dizem ganhar menos justamente para outros “não crescerem o olho”. Talvez por conta disso, a questão da renda, do quanto ganham seja um dado um tanto difícil de ser obtido. No início, ouvia muitas especulações acerca de quantias, valores, sobre a renda dos papeleiros, tanto dentro do Loteamento como fora, o que até me despertou certa preocupação. Com o decorrer da pesquisa, logo abandonei esse sentimento, percebendo que o mais importante não eram as quantias exatas, e sim questões como: as relações dos papeleiros com o trabalho, quem tinha mais vantagens entre eles em termos de trabalho, quais vantagens eram essas, as diferenciações entre eles, quais dessas estão relacionadas com o quanto cada um pode ganhar, etc.

Um dos fatores a ser considerado é que há uma grande diversidade entre os próprios papeleiros do Loteamento, não havendo uma forma de generalizar seus ganhos, tudo depende de uma série de condições. Portanto, não é possível dizer que o trabalho do papeleiro rende muitos ou poucos lucros. Tudo depende das relações pessoais e de trabalho de cada um, sendo que nesse universo as duas aparecem muito imbricadas (como será visto mais adiante no capítulo 4).

Seu Antônio e Elvis, seu filho de dezesseis anos, que já trabalha como papeleiro há alguns anos ajudando o pai, disseram várias vezes que Jéferson era um papeleiro que “se deu bem” no trabalho, que “tinha os melhores pontos da Vila”, mas “botou tudo fora”. Jéferson enfrentou problemas pessoais nos últimos anos e aos poucos deixou de ser um papeleiro bem sucedido. Puxa carrinho de vez em quando, e há alguns anos não conta mais com carrinho próprio e tampouco com pontos de coleta. Em uma conversa, disse estar conseguindo latinhas na frente de uma boate não muito longe do Loteamento, onde não precisava, necessariamente, de carrinho. Caso precisasse, conseguia um emprestado com seu Antônio que, inclusive, teria ficado desgostoso com ele outro dia por seu descuido com o carrinho, o que resultou no roubo dos dois pneus.

Na casa de seu Antônio, além dele e de sua mulher, moram também o sogro e a sogra, seu Hélio e dona Lourdes, e seus filhos mais novos: Narinha de oito anos, Jaiminho de dez anos, Jonatan de doze e Elvis de dezesseis. Jéferson tem sua casa no Loteamento e Gelson,

outro filho de seu Antônio que também trabalhou como papelheiro, tem outra. Mas Gelson deixou sua casa para a ex-mulher e seus três filhos, e no período do trabalho de campo estava morando na casa da namorada, também no Loteamento. Fazia pouco tempo que ele havia ingressado em um novo negócio. Gelson havia comprado um carrinho de cachorro-quente e, com a ajuda da namorada, providenciava em todos os ingredientes necessários. Além de cachorro-quente, ele vendia também “espetinho de gato”, comprando diariamente a carne, as salsichas e o pão nos açougues, mercados e padarias das redondezas. As madrugadas eram especialmente mais lucrativas, principalmente quando nas noites quentes de verão os jovens ficavam pelas ruas do Loteamento conversando, tomando cerveja, refrigerante e consumindo esse tipo de lanche. Gelson parecia entusiasmado e disse que “tudo o que tu fizer de comida, aqui, dá”.

Seu Hélio e dona Lourdes são os pais de Ione e também os pais de Nara, a ex-mulher de seu Antônio, que já estava separado dela há mais ou menos dois anos quando começou um relacionamento com Ione. Seu Hélio e dona Lourdes, os dois com pouco mais de sessenta anos, moravam em Viamão, cidade muito próxima de Porto Alegre, mas desde o tempo das casas de passagem se mudaram para a casa do genro. Seu Hélio começou no papel anos atrás trabalhando com seu Antônio, fazendo a triagem do material. Atualmente, ele é quem faz a triagem do material coletado por Elvis, às vezes, o próprio seu Antônio coleta. Dona Lourdes e Ione cuidam das crianças, da limpeza da casa e da comida²³. Como se trata de mãe e filha não há conflitos a respeito da divisão de tarefas, e sendo os filhos de seu Antônio que moram em sua casa netos de dona Lourdes e seu Hélio e sobrinhos de Ione, são todos pertencentes a uma mesma família²⁴.

Em uma ocasião, dona Lourdes falou sobre sua vontade de se aposentar logo. Seus filhos pagam sua previdência. Ela disse que o caso de seu Hélio é mais complicado, pois ele foi “encostado” por invalidez quando jovem devido à tuberculose, e atualmente não consegue se aposentar porque tuberculose já tem cura, e naquela época não tinha. O mesmo disse Ione. Essa foi a explicação da advogada que dá assistência a eles e também a outros moradores do Loteamento. Sem a aposentadoria garantida e com algumas seqüelas nas pernas provocadas por um acidente de carro, seu Hélio foi trabalhar no papel. Ele trabalha toda a semana e nos

²³ Conferir Alvim (1979) sobre a “dona de casa” e a “mãe de família” e a tarefa da mulher de preparar os alimentos; e Bott (1976:87) sobre a maioria das tarefas caseiras serem executas pelas mulheres, e também da ajuda das mães às filhas quando necessária para cuidarem das tarefas da casa e dos netos.

²⁴ Alvim (1979) também faz referência aos conflitos gerados pelo fato de várias famílias ou famílias diferentes dividirem uma mesma casa.

finais de semana vai para Viamão com dona Lourdes ver os filhos que moram lá. De quinze em quinze dias seu Antônio e Ione também vão com Jaiminho, Narinha e Jonatan.

Seu Hélio não é pessoa de muita conversa. Fala, mas fala pouco, ao contrário de dona Lourdes, boa de papo. Nunca conversei com ele por muito tempo, com exceção de uma tarde em que parecia estar mais falante do que de costume. Nessa ocasião, seu Hélio contou sobre o acidente que lhe deixou algumas seqüelas nas pernas e falou sobre animais. Disse não ser tão apegado aos bichos como dona Lourdes, mas mesmo assim gosta bastante. Ela gosta tanto de animais que uma vez, quando ainda morava em Viamão, chegou até a criar uma porca. Dona Lourdes disse que o animal já estava totalmente domesticado: dormia com suas filhas, tomava banho e gostava muito de comer doces, porém, tanto carinho e dedicação não impediram seu trágico fim. Um dia, a mulher que cuidava da porca enquanto dona Lourdes estava fora de casa, “colocou a pobre no sol, deu água e a molhou. Foi mesmo que dar veneno”. Dona Lourdes ficou tão furiosa que chegou a brigar com a tal mulher.

Quase em frente à casa de seu Antônio está a casa de seu Adão, eles se dão muito bem. Faz quase vinte anos que seu Adão é papelheiro. Antes de trabalhar no papel, logo que chegou de Cachoeira do Sul (interior do RS), ainda guri, trabalhou em escritório e depois como auxiliar de montagem até chegar a montador. Então, nessa profissão trabalhou por quase quinze anos. Atualmente, com pouco mais de cinqüenta, seu Adão é separado e tem filhos adultos que não moram com ele. Há anos ele vive sozinho. Segundo os comentários brincalhões de seu vizinho, seu Salles, seu Adão é um homem muito vaidoso. Sai para trabalhar com roupas que demonstram cuidado com sua aparência. “Quando o Adão passar vai ter um monte de mulher fazendo fiu-fiu” (risos), disse seu Salles. De fato, desde que conheço seu Adão, ele tem sempre cabelos bem cortados e barba bem feita.

Seu Adão é irmão de seu Ademar, um dos pequenos atravessadores que moram no Loteamento. Por causa dele é que seu Adão foi morar na Vila dos Papeleiros depois que deixou seu emprego como montador. Seu Ademar tinha um depósito na Avenida Voluntários da Pátria, onde seu Adão começou a trabalhar com papel. Ficou trabalhando cerca de um ano com o irmão até aprender o suficiente para trabalhar sozinho. Comprou seu carrinho e foi trabalhando até que conseguiu ter seu pequeno depósito dentro da Vila. Com o segundo incêndio, seu Adão perdeu tudo. Assim, desde que foram para as casas de passagem, ele trabalha puxando carrinho. É um papelheiro que conta com pontos de coleta, um deles um bingo, onde pegou papel durante mais ou menos seis anos. Com o fechamento oficial dos bingos, seu Adão ficou sem boa parte de seus rendimentos, pois esse era o ponto que lhe dava papel de melhor qualidade. Nem por isso ele perdeu as esperanças. Quando eu passava

por sua casa e perguntava como estava o trabalho, ele respondia: “Tô aguardando uma resposta do governo”. Seu Adão aguardava diariamente, acompanhando através da mídia, a autorização do governo para a reabertura dos bingos. Ele me disse que nenhum trabalho fixo, com carteira assinada, seria melhor do que pegar papel no bingo. Estava tentando conseguir um trabalho de motorista particular, mas isso era só até o bingo reabrir. Seu Adão é um dos que não gosta muito de falar quanto ganha porque “cresce o olho” dos outros, mesmo assim contou que ganha, em média, duzentos reais por semana.

Seu Adão gosta de conversar e um dia, em sua casa, descobri que seu nome é Selmo, ou melhor, esse é o nome com o qual foi registrado. Ele contou que tinha um irmão gêmeo que se chamava Telmo, que faleceu ainda criança. E para a família não lembrar do Telmo passou a chamar o Selmo de Adão. Com isso, a irmã que nasceu depois foi batizada de Eva.

A casa de seu Adão é das mais arrumadas que eu conheci no Loteamento, estava tudo sempre organizado. Certa vez, em que passei por lá na hora do almoço, descobri que ele mesmo preparava sua comida, e fiquei sabendo que nos últimos tempos havia aderido a uma dieta “*light*” por causa do colesterol e da pressão. A “carne gorda”, que seu Adão tanto gosta, passou a protagonizar apenas seus finais de semana e, nessas ocasiões, era acompanhada por uma “deliciosa” maionese, que segundo ele era mesmo um sucesso. Fiquei sabendo que quando era dono de depósito fazia churrasco quase todos os dias. Esse era o tempo em que “ganhava bem”, cerca de quatrocentos reais por semana. Então, diariamente, não era preciso nem combinar, ele e o pessoal que trabalhava com ele faziam churrasco. Alguém comprava a bebida, outro assava, e assim passavam os dias. Devido a isso seu colesterol subiu. E, assim como ganhava, gastava. Disse que não economizou nada, o que me levou a perguntar: “E o senhor se arrepende por isso?”. “Não me arrependo de nada”, respondeu, “mas serviu de lição”. Falou que se tivesse economizado alguma coisa, “hoje estaria melhor”. Depois que perdeu tudo é que passou a “dar mais valor para o dinheiro”.

Seu Salles mora exatamente ao lado da casa de seu Adão. Nascido em Alegrete (interior do RS), também é papeleiro “experiente”, está há aproximadamente vinte e cinco anos no papel. Ele é casado com dona Vera, que é dona-de-casa. Ela disse que não ajuda o marido com o trabalho porque ele a acha muito “lenta” para escolher, mas também tem “alergia”, fica “toda empipocada” se manusear o material. Dona Vera é analfabeta, e tem experiência de trabalho como faxineira. Quando a creche do Loteamento estava para ser inaugurada ela preencheu um formulário para tentar uma vaga na limpeza, mas a responsável pela seleção disse que ela não poderia “pegar o serviço” porque podia não saber quais

produtos de limpeza usar. Dona Vera contou isso indignada: “como não vou saber usar os produtos se eu uso na minha casa!”.

Seu Salles é um senhor de aproximadamente cinquenta anos, freqüentou a escola por alguns anos e seu pai era funcionário da viação férrea. Ainda jovem perdeu os pais e foi criado pela irmã mais velha. Morou em Uruguaiana, depois em Santana do Livramento, e foi para Cruz Alta, onde iniciou sua trajetória profissional. Começou trabalhando em “obra” (construção civil) até prestar o serviço militar. Ao sair do quartel mudou-se para Porto Alegre e trabalhou como metalúrgico. “Pedi as contas” porque não quis ser transferido para Caxias do Sul quando a empresa faliu em Porto Alegre. E, depois disso, conseguiu trabalho por apenas alguns meses no setor de “serviços gerais” do Hospital Conceição. Ao ficar desempregado, conseguiu outro trabalho por intermédio de uma irmã sua, com quem estava morando na época, para trabalhar nos serviços de limpeza em outro hospital da cidade. Permaneceu pouco tempo nesse emprego e, ao sair, saiu também da casa da irmã, ficando “por aí, na rua, que nem esses andarilhos”, “sem hora pra chegar, não tinha casa, passava só na rua”. “Nessas andanças”, como ele disse, conheceu dona Vera, que morava na casa de uma irmã, mas “fazia as andanças dela também”. Nessa época da rua seu Salles começou a trabalhar no papel. Foi até um depósito e perguntou se havia algum carrinho que pudesse puxar: “o cara disse pra deixar um documento, pegar um carrinho e voltar com ele carregado”.

Assim, seu Salles iniciou sua carreira como papeleiro e “o dinheiro começou a aparecer”. Dona Vera saiu da casa da irmã onde morava com Paula, sua filha pequena, e foi para rua com seu Salles. Ficaram na rua por volta de quatro anos, carregando carrinho durante o dia e passando a noite em frente a uma grande loja no Centro da cidade. Seu Salles disse que neste período, eles permaneciam na rua durante os meses mais quentes do ano e no inverno encontravam um lugar para ficar, geralmente uma pensão ou hotel barato. Ele preferia isso aos albergues destinados para moradores de rua da cidade. Encontraram uma “obra abandonada”, também no Centro da cidade, onde ficaram por um ou dois anos até que seu Salles mudou de depósito e foi trabalhar puxando carrinho para um depósito perto da Avenida Castelo Branco, estabelecendo-se embaixo de uma ponte que ficava perto. Lá conheceu seu Ademar, pois o depósito para o qual puxava vendia papel para um depósito maior que era do seu Ademar, o irmão de seu Adão. Em seguida, seu Salles foi trabalhar com um carrinho do depósito de seu Ademar onde seguiu trabalhando até pouco tempo atrás. Depois do segundo incêndio, ganhou um carrinho do seu Ademar, que foi também quem lhe

proporcionou sua primeira “casinha” na Vila. Seu Salles disse que não tem o que “reclamar da vida”, mas “se não fosse a bebida”, acha que “estaria melhor”.

Até hoje seu Salles só se casou uma vez. Ele e dona Vera têm três filhos juntos e ela tem mais filhos de outro casamento. Os filhos de seu Salles não lhe ajudam no trabalho, no entanto, ele diz que “não se queixa”, pois, ele mesmo os acostumou assim, sem trabalhar. Deve isso a sua “infância sofrida”, e agora vai ter que “agüentar”. Paula, sua enteada, é vizinha deles, tem sua casa própria no Loteamento, duas filhas pequenas, Erica e Talia, e também trabalhou no papel, mas não com o padrasto.

Seu Salles é torcedor do Internacional (Sport Club Internacional, um time de futebol de Porto Alegre) e por isso pintou o símbolo do time na frente da sua casa. Contou que o DEMHAB reclamou de outra casa do Loteamento em que os moradores fizeram algo parecido, e para solucionar a questão deveriam retirar o que haviam pintado. Seu Salles disse que se alguém lhe falar alguma coisa, não adianta nem pedir, não vai tirar nada. “Se a casa é minha porque não posso fazer o que eu quero?”, argumentando que paga a casa e as contas, consequentemente acredita que tem direito, e se não tem é porque a casa não é sua. Para ele, o fato de pagarem pelas casas é “a maior sacanagem”, “essas casas nunca vão ser nossas”. Acha que tem gente que ganhou casa e “não merecia”, que foi embora há muito tempo e depois só voltou quando as casas ficaram prontas. Acha também que com a construção do Loteamento ficou tudo muito cheio de “frescura”, “é muita regra”, “tem muita besteira”, “reuniões toda a segunda-feira” com o DEMHAB etc. Não tem queixa das casas e sim das pessoas.

Seu Vanderlei, de apelido Mussum, é um senhor de aproximadamente sessenta anos, e há vinte e dois anos trabalha como papeleiro. É separado e tem filhos adultos que não moram com ele. Recentemente, sua filha adolescente mudou-se para sua casa e, no momento, o ajuda a classificar o material. Ele gosta de ser chamado de Mussum, disse que no Loteamento, se alguém perguntar por Vanderlei, ninguém vai saber quem é. Seu Mussum contou que começar no papel “foi uma história gozada”. Ele trabalhava na Cootravipa (cooperativa que presta serviços terceirizados para o DMLU, como varrição, coleta de lixo com caminhões, etc.) e, quando saiu, iniciou no “negócio de caixa na volta do mercado público” ou “caixaria”, em uma feira de frutas, onde permaneceu bastante tempo. Considera que “foi um cara muito atirado”: “Eu bebia... aí depois... aí eu comecei com aquelas andanças no centro, comecei a trabalhar... Arrumei emprego na Cootravipa de varrição, mas não gostei. Aí já me acidentei [...]”. Por causa desse acidente com um caminhão, seu Mussum tem um “defeito” no braço, quase o perdeu.

Depois da feira de fruta, seu Mussum ingressou no trabalho com o papel, conheceu uns guris no Centro que puxavam carrinho e pensou: “olha, vou ver se eu arrumo essa feição pra mim”. Considerava que trabalhar de empregado não seria bom para ele, então conversou com sua mãe e suas filhas, disse que tinha se interessado pela atividade de papelero. Elas lhe compraram um carrinho e com isso seu Mussum começou como papelero: “aí eu já fui fazendo aquilo ali e fui gostando... e fui gostando e estou até hoje”.

A profissão de seu Mussum é parqueteiro, coloca “qualquer tipo de parquete... mas eu nunca tive condições de exercer muito essa profissão, eu aprendi quando fizeram aquelas casas lá da Restinga. Eu fiz todo o colocamento de parquete na Restinga²⁵”. Como era bastante difícil arranjar trabalho como parqueteiro foi “trabalhar por conta”. Trabalhou na Santa Casa, nos serviços gerais e na lavanderia por bastante tempo.

Sobre as casas novas, seu Mussum disse que está “tudo uma beleza, cem por cento. Bah, pelo amor de Deus... Eu, pra mim [...] o prazer de entrar numa loja e mostrar atestado de residência...”. Está “realizado” e nota diferença inclusive no tratamento de seus vizinhos moradores do Bairro Floresta: “Já é mais... assim, não digo respeito, mas já tratam com um pouco mais de consideração. Tem vizinho que já tá passando do lado daquela rapazeada hoje e já cumprimenta todo mundo, e para ali pra conversar...”.

Para seu Mussum, no tempo que estiveram nas casas de passagem era tudo mais difícil, desde o uso de banheiros coletivos, as casas de uma única peça e para trabalhar “tinha que vim de lá pra cá, muita gente vinha a pé, quem não tinha bicicleta”. Depois que saíram das casas de passagem e se mudaram para as casas novas “melhorou um pouquinho [em termos de trabalho] porque a gente se sente mais perto... parece que a lonjura, assim, parece que... tudo diminuía: o trabalho, o papel. As condições físicas, principalmente era isso. Puxava daqui, depois pedalava daqui até lá”. E, às vezes, muita coisa que ganhava na rua tinha que deixar no depósito da Rua Paraíba porque não tinha condições de levar. Hoje em dia isso não acontece, ele trabalha mais perto de casa e vai para casa quando quer “tomar um cafezinho”, almoçar: “É por isso que eu digo, a gente trabalha com mais tranquilidade... já tá olhando a casa toda hora”²⁶.

Ao contrário de seu Salles, seu Mussum “não se queixa” pelo fato de ter que pagar água e luz porque “isso aí é um meio da pessoa ter uma responsabilidade”. Disse que até “gosta”, “eu sou um cara que me preocupo com as contas. Por exemplo, se eu tiver uma coisa

²⁵ Vila popular situada na periferia de Porto Alegre, na região sul da cidade.

²⁶ De acordo com Marin (1979), a escolha do local de moradia está relacionada com a proximidade do local de trabalho, existindo um cálculo acerca dos gastos com a moradia e a locomoção até o local de trabalho.

pra pagar parece que eu tenho mais ânimo pra trabalhar”. Além disso, disse que não lhe falta nada, “tá dando pra pagar as contas direitinho”. Quando lhe falei que tinha gente que achava melhor não ter compromisso com as despesas de água e luz, ele disse que “melhor é, mas se a gente vai ficar sempre no melhor, a gente nunca vai ter uma responsabilidade [...]”. Para ele, quando ninguém pagava nada, acabava se gastando o dinheiro de uma forma mais fácil, gastava hoje porque sabia que “amanhã já tem de novo”. Mas ele não, afirmou que “gosta de fazer desse jeito, da preocupação que tem em pagar”.

4. Consumo doméstico

Quando seu Antônio chegou em casa com Ione, ela estava cansada e com sede. Disse que não havia nem um pouco de refrigerante em casa. Em seguida, seu Antônio tirou dinheiro do bolso e pediu para Jéferson ir ao bar comprar um refrigerante. Geralmente, eles compram uma garrafa de dois litros de coca-cola, ao menos eu nunca vi tomarem outro refrigerante. Seu Antônio também não abre mão do seu café Melitta, é “melhor” e “rende mais”, acha que os mais baratos não valem a pena. Não apenas ele, mas todos na casa tomam café preto, crianças e adultos. Nunca vi as crianças tomando leite. Aliás, não só na casa de seu Antônio, mas em várias outras do Loteamento a bebida que se toma diariamente em grande quantidade é o café preto. A medida é bem farta, um copo cheio ou caneca cheia. O chimarrão, muito comum em tantos lares porto-alegrenses, não parecia fazer muito sucesso entre os moradores.

Na casa de seu Antônio se come, diariamente, arroz, feijão, um tipo de salada e um tipo de carne, que pode ser uma carne de panela, uma carne com osso, fígado, etc. Sempre havia pelo menos um pedaço de carne para cada um. Ione e dona Lourdes cozinhavam em panelas grandes, sempre havia bastante arroz e feijão, a carne e a salada é que pareciam ter medida certa. A comida não era calculada para apenas uma servida, com frequência alguém repetia e, às vezes, inclusive sobrava comida. Ione tomava sua cervejinha (geralmente, apenas uma garrafa) quase todos os dias na hora do almoço ou depois dele. Seu Antônio não consome bebidas alcoólicas, diz que não gosta, mas, em compensação, as suas mulheres sempre “gostam de uma cervejinha”. Ele toma seu insubstituível café Melitta várias vezes ao dia e fuma “Bill”, uma marca de cigarros que chega em Porto Alegre via contrabando do

Paraguai, por sinal, das mais baratas. Ione e seu Hélio também fumam “Bill”, dona Lourdes é que fuma outra marca.

Com a convivência na casa de seu Antônio, pude perceber um pouco da lógica de seu gerenciamento doméstico, digamos assim: se tem, tem e se não tem, não tem. As contas da casa iam sendo pagas conforme o dinheiro que tinham, pagavam o que podiam. Segundo ele, caso atrasasse alguma conta hoje, em poucos dias podiam juntar o dinheiro necessário para logo pagar o que faltava. As compras efetuadas com cartões de crédito e no crediário também faziam parte dos hábitos de Ione, que cuidava principalmente das roupas e calçados da família. Seu Antônio se encarregava mais das compras de supermercado porque podia carregar tudo de bicicleta.

Sandra, uma irmã de Ione que mora em Viamão e trabalha como faxineira numa Clínica Médica em Porto Alegre, e também em outros lugares, ajuda Ione com as compras para ela e para os sobrinhos. As duas, sentadas no sofá com um aglomerado de papel na mão, falavam sobre prestações de contas e carnês de loja, faziam cálculos e manuseavam desde faturas de loja de departamentos, loja de eletrodomésticos, farmácia até as faturas da conta do telefone celular. Ione deu dinheiro a Sandra para que ela pagasse umas contas suas, pareciam ser compras que Ione havia feito no nome da irmã, embora também disponha de cartões de crédito e crediário em seu nome. O caso é que se por um motivo ou outro Ione não puder comprar em seu nome, compra no nome da irmã. Elas se ajudam dessa forma. Sandra também contribui para as despesas dos pais, a cama nova que dona Lourdes comprou assim que se mudou para o Loteamento, por exemplo, foi Sandra quem deu.

As compras a prazo ou divididas em pequenas prestações são muito comuns não apenas na família de seu Antônio, mas em muitas outras do Loteamento. O guarda-roupa novo de seu Adão foi dividido em algumas parcelas de pouco mais de cem reais. Seu Mussum também compra parcelado e considera que “o maior prazer é pagar”, saber que “faltam tantas prestações”. Disse que, sabendo administrar o dinheiro e as contas, “dá pra viver, não tem problema”²⁷.

Para Ione, se não fosse assim, à base de prestações, não poderia adquirir quase nada, seria preciso juntar muito dinheiro para comprar duas peças de roupa para cada um. Então, comprava o que as crianças precisavam de uma vez só e ia pagando parcelado. No entanto, quando tinha a oportunidade, também comprava à vista, apontando-me uns sapatos que

²⁷ Hoggart faz referência ao “hábito de pagar as coisas em pequenas prestações mês após mês” entre as famílias dos trabalhadores de Leeds (1973:25).

custaram setenta reais e uma calça jeans quase do mesmo preço, ambos comprados à vista no Centro da cidade²⁸.

Segundo Ione, outro meio de adquirir o que necessitam é através de uma espécie de “mascate”, que transita pela comunidade regularmente vendendo diferentes tipos de artigos: roupas femininas e masculinas, roupa de cama, mesa e banho, roupas íntimas, utensílios domésticos, etc. A facilidade que esse tipo de venda oferece aos moradores consiste exatamente na possibilidade de parcelar o valor do artigo comprado em pequenas prestações semanais. Assim, a cada semana, o mascate passa na casa de seu cliente e recebe uma parte de seu pagamento. Ione mostrou um cartão, dado pelo próprio mascate aos seus clientes, onde está tudo anotado, o que foi pago e o que ainda não foi.

O próprio processo de urbanização parece ter colocado a comunidade em evidência enquanto novos consumidores. Havia muitos vendedores ambulantes pelas ruas do Loteamento vendendo sanduíches, salgados, e outros tipos de comida, bem como bolsas, sapatos, roupas, e outros artigos; inclusive o carro da entrega de botijões de gás que antes nem entrava na Vila dos Papeleiros, o que provocava queixas entre os moradores. Surgiu também uma grande oferta de artigos de segunda mão. As pessoas que vendem tais artigos não são moradores da localidade, senão que se deslocam de outros lugares especificamente para vender no Loteamento. A urbanização possibilitou que a população local tivesse, a partir da construção das moradias, um endereço. Esse é um dos motivos de satisfação explicitados freqüentemente pelos moradores que relembavam uma série de complicações existentes em relação aos serviços dos Correios, entrega de móveis ou eletrodomésticos por lojas, e no preenchimento de uma ficha de emprego ou um formulário para solicitação de crediário em alguma loja. As condições irregulares da Vila dos Papeleiros, com ruas sem nome em péssimo estado e casas sem número, era uma dos elementos que propiciava essa falta de acesso dos moradores a determinados bens e serviços²⁹.

Seu Mussum, assim como seu Jorge, citaram a entrega de móveis e eletrodomésticos a domicílio pelas próprias lojas como um dos aspectos que os deixava mais felizes em viver no Loteamento. Seu Mussum disse que receber as compras em casa “é uma coisa linda”, pois

²⁸ No Centro há uma grande oferta de roupas baratas e um forte comércio popular, diversos camelôs e “shoppings de fábrica”, um tipo de comércio bastante popular que cresceu muito nos últimos anos na cidade — onde é possível encontrar muitos artigos confeccionados por pequenas fábricas com um preço baixo, próximo ao preço de custo, pois são as próprias fábricas que vendem seus produtos em pequenos estandes, como numa feira.

²⁹ Sarti (2007:30) menciona a abertura de “novas vias de acesso ao bairro” onde fez sua pesquisa de campo, “onde os carros e ônibus circulam sobre o asfalto e os pedestres andam sobre calçadas, rompendo o confinamento” como uma forma de ampliar as possibilidades de consumo dessa população.

antes, por diversas vezes, os moradores tinham que buscar a mercadoria de carroça ou de carrinho porque a loja não fazia entrega na Vila dos Papeleiros. Seu Mussum mesmo contou que certa vez acompanhou seu Chico até uma loja para comprar uma televisão, e, ao falar “eu sou lá dos papeleiros”, o vendedor quis saber se era da Vila. Seu Chico disse que tinha um depósito, que fica muito próximo, quase em frente. Então, o vendedor respondeu: “agora nós entramos lá porque de primeiro nós não entrávamos”.

Seu Salles acha que o preço do papel melhorou nos últimos anos se comparado à época em que começou como papeleiro, o preço era muito baixo, em torno de dois, três centavos o quilo. Entretanto, para ele, naquela época “o salário era pouco, mas as coisas tinham pouco preço também”. Do período em que morava na rua, lembra de ele e dona Vera tomarem “café no bar, almoçar no bar, tomar café da tarde, às vezes, comer sonho, pastel, jantar no bar e sobrava dinheiro, naquela época”. Em compensação, agora que o preço do papel está em torno de dezoito centavos o quilo, e que com um carrinho cheio dá para ganhar cerca de trinta, quarenta reais, “vai fazer isso! Um almoço é seis pila... Vamos dizer eu, a Vera, a Paula, o Whashington... dá vinte e quatro reais, mais um refri pra cada um já dá quase trinta contos”. Por isso, deixou de fazer algumas coisas que fazia antes, como comer fora. Na sua casa, cozinhar é atribuição de sua mulher. Seu Salles disse que aquilo que o deixa “mais bravo” é chegar em casa e não ter almoço pronto. Se ele tiver que fazer a comida, fica muito desgostoso com dona Vera porque, afinal, ele estava trabalhando e ela estava “por aí, pelas casas dos outros, dos vizinhos, na rua”. Reclamou da falta de cuidado dela com as coisas que ele compra, acha que “ela não cuida”, e por isso não compra mais certas coisas. Comprou um “tanquinho” (tipo de máquina de lavar roupa) para ela e de tanto ela emprestar, um dia o devolveram estragado. Mas ela não falou nada, ele teve que descobrir sozinho. Também justificou o porquê de não ter chuveiro quente em casa. Admitiu o fato de seus filhos terem falado em “ajudar” a comprar um chuveiro, só que, se por um acaso, o chuveiro estragasse, quem “marcharia” seria ele. E correria o risco de pagar uma conta de luz muito alta devido aos convites dos filhos a outras pessoas para tomarem banho em sua casa. Com tudo isso, seu Salles disse que “o papel dá bem se a pessoa não tiver vício”.

5. Um comércio a partir de outro

Na Vila dos Papeleiros existia um pequeno comércio de drogas, principalmente maconha e “loló” (feito à base de solvente), também conhecido em outros lugares como “cheirinho”. Contudo, desde a construção do Loteamento Santa Terezinha, o comércio de drogas parece ter se intensificado e se ampliado. Nos meses em que freqüentei o Loteamento para a pesquisa, de todas as drogas, o crack era a mais falada. Quando se comentava de alguém viciado, era “na pedra”, quando se falava em alguém que vendia drogas, era “a pedra”, alguém à procura, era “pela pedra”. Enfim, nos poucos meses em que lá estive, caso o tema fosse drogas, o assunto mais freqüente era o crack. Ainda havia um pequeno consumo e venda de loló, mas não se falava muito sobre isso. Durante o dia era possível ver, por vezes, em algumas esquinas meninos entregando pequenos embrulhos para pessoas que chegavam de fora. Segundo alguns moradores, boa parte do movimento de táxis e carros, especialmente os modelos mais caros, que entravam e saíam do Loteamento de dia e à noite, também estava relacionada com esse tipo de comércio³⁰.

Em função disso, uma forma de aquisição de artigos, principalmente de segunda mão, foi aumentando e parecia ser cada vez mais comum. Era a oferta que os “pedreiros”, como são chamados os viciados em crack, faziam diariamente pelas ruas do Loteamento. Essa forma de transação se caracterizava por uma oferta muito ampla, de vários itens, novos e usados, a preços muito baixos. Presenciei várias vezes, enquanto estava com Ione em sua casa, a abordagem desse tipo de vendedores.

Numa tarde de inverno, fria e chuvosa, bateram na porta e Ione abriu. Como chovia e ventava muito, ela ficou com a porta entreaberta e ali, em pé, permaneceu durante dez minutos aproximadamente, olhando as roupas, peça por peça, que um homem de meia idade com uma sacola enorme e cheia tentava vender. Eram roupas usadas, em estado razoável. Havia alguns blusões de lã, saias compridas, saias mais curtas, etc. Para Ione, “só porcaria”, roupa “de velha”. Ela esperou ele mostrar tudo e disse que não ia ficar com nada. Ele ainda não havia falado em preço, mas insistiu. Ela reforçou seu desinteresse repetindo que não queria ficar com nada. Então, ele fez uma proposta irrecusável: “tudo por três reais”. Mesmo

³⁰ De acordo com Leeds em seu trabalho sobre a “periferia urbana brasileira”, a “favela sempre conviveu com vários tipos de atividade econômica no setor informal, legais ou ilegais. A expansão internacional do tráfico de cocaína na última década afetou seriamente as favelas e conjuntos populares cuja estrutura física é propícia à atividade clandestina”. Para Leeds, as atividades clandestinas são alimentadas pelas desigualdades sociais e econômicas, mas “sua ilegalidade requer certo ambiente, certo espaço que somente algumas favelas e conjuntos habitacionais populares podem propiciar” (2004: 241). Isso pode explicar, em parte, a dinâmica de atividades ilegais na Vila dos Papeleiros e sua continuidade no Loteamento Santa Terezinha.

assim ela não quis nada. O homem, insistente, falou que baixava mais o preço: “tudo por dois reais”. Mas, definitivamente, ela não estava interessada. O preço era realmente muito baixo uma vez que, normalmente, esse seria o valor de uma ou duas peças. Depois desse episódio comecei a entender mais a lógica do “pedreiro” e o que os moradores falam a respeito, que “a pedra é assim”, a pessoa vende tudo, “faz tudo pela droga”.

Outro dia cheguei na casa de seu Antônio e Ione me mostrou um aparelho de telefone novo. Fazia poucas semanas que haviam instalado uma linha residencial, e o aparelho que tinham era muito simples, bem comum. Em um fim de semana que Ione e seu Antônio foram visitar os parentes em Viamão, Elvis, que havia ficado em casa, comprou esse telefone, novinho, lindo, prateado, sem fio, por um valor ínfimo. O sujeito que lhe vendeu queria dez reais, mas Elvis ofereceu cinco e ele aceitou. Ione disse que “essa é a vida da pedra”. Ela comprou um tênis masculino outro dia, de marca, usado, porém em perfeitas condições, uma encomenda de seu irmão que não mora no Loteamento fez a ela. Ele disse que se aparecesse um tênis tamanho tal, cor tal, etc., ela podia comprar, pois ele estava interessado, depois acertavam as contas. Ione comprou não só o tênis, mas também um celular, tudo por quinze reais. Por fim, seu irmão vendeu os dois por vinte cinco reais onde ele mora e repassou o dinheiro para ela que, na transação, lucrou dez reais. Ione já comprou calça para ela por três reais e uma jaqueta do Grêmio (time de futebol de Porto Alegre) por trinta. A jaqueta estava novinha, tinha apenas uma mancha em uma das mangas. E a calça também estava “inteirinha”, segundo a própria mulher que vendeu. Essa, assim como o homem de meia idade que negociou roupas com Ione, não é moradora do Loteamento. Eles moram em outras vilas e vão até o Loteamento pelo interesse no crack, onde vendem esses artigos para conseguir a quantia necessária para aquisição da droga. A mulher que negociou a calça cobrou de Ione três reais, e ainda deu “de presente” para ela uma “camisa de camurça”, “social”, “para passeio”, que podia servir para dona Lourdes. Pediu um cigarro para “completar o preço”. Essa mulher já era conhecida de Ione por aparecer vendendo esse tipo de artigo. Quando se aproximou da janela, foi dizendo a Ione: “tenho uma calça pra ti, teu número”.

De acordo com a explicação dos moradores, esses artigos podem ser roubados de lojas do centro da cidade ou da casa de amigos e familiares ou, eventualmente, podem ser seus próprios pertences. No entanto, o que mais ouvi entre uma conversa e outra é que, quando uma pessoa viciada chega ao ponto de vender tudo o que tem, é porque, paradoxalmente, não tem mais nada.

Na opinião de Seu Antônio, Ione e Sandra, sua irmã, o problema todo é que o crack é uma droga muito pesada, que “o efeito passa rápido e então a pessoa tá sempre querendo mais”. Sandra contou que viu na televisão que uma pedra de crack pequena custava em torno de cinco reais, mas “em seguida a pessoa viciada vai querer mais”. Por isso, “dá um jeito de te enrolar e pegar tua carteira, teu telefone, e se tu te distrair ela pega o que puder”. Ione e Sandra falaram sobre isso por experiência própria, pois têm um irmão que “fumou o carro” e um sobrinho usuário de crack, o qual esteve de passagem na casa de Ione por alguns dias e, quando foi embora, levou suas painéis de alumínio, um dos materiais mais valorizados para reciclagem. Ione disse que não queria mais vê-lo, e, se por acaso ele aparecesse em sua casa, teria que “correr com ele”. Esse rapaz é neto de dona Lourdes e de seu Hélio, mas foi criado como filho, ou seja, como irmão de Ione. Pouco depois da passagem pela casa de Ione, ele apareceu em Viamão na casa de outros tios (no caso, também irmãos) e acabou sendo acorrentado pela família. Tal prática, motivo de polêmica na mídia em geral, foi empregada nesse caso como uma possibilidade do rapaz se desintoxicar, como uma espécie de confinamento. Ione contou que outro irmão seu passou pela mesma situação e deu certo, livrando-se do vício. Entretanto, não sabem se, com este irmão, o tratamento terá a mesma eficácia, inclusive porque, poucos dias antes, o rapaz havia fugido ao ser solto para tomar banho, aproveitando para roubar um aparelho de DVD da casa de Sandra. Ao sair de casa, envolveu-se em uma briga, na qual alguém lhe “jurou de morte”, o que acabou na delegacia. Seu Hélio disse que esse “vai acabar morto”.

Um papaleiro vizinho de seu Antônio, primo de seu Adão, disse que tem um filho drogado, que ele “largou de mão” porque o rapaz anda “nessas coisas de pedra e maconha” e, por isso, não pode nem sequer deixá-lo entrar em casa, pois seria capaz de roubar inclusive o próprio pai. Certo dia em que o rapaz esteve de visita em sua casa, lhe roubou uma camisa e, para ele, “uma pessoa que rouba uma camisa, rouba qualquer coisa”.

A venda de drogas no Loteamento, em geral, é conduzida pelos mais jovens, aqueles que não trabalham como papaleiros ou que já trabalharam, mas largaram o trabalho para entrar no circuito do comércio de drogas, muitas vezes devido ao próprio vício³¹. Nessa situação conheci um senhor, papaleiro durante anos, que chegou a integrar a diretoria da AREVIPA. Quando o conheci, em meados de 2003, ele trabalhava no papel e era secretário da Associação, depois disso nunca mais o vi. Um dia, conversando com Elvis conheci um

³¹Zaluar (2004:309) afirma que a partir dos resultados de pesquisas do tipo *survey* conduzidas nos EUA, entre os usuários de drogas ilegais, há mais homens do que mulheres, mais homens jovens do que homens mais velhos, mais desempregados do que empregados; e mais solteiros e divorciados do que casados.

adolescente que também puxava carrinho. Era filho desse senhor. Fui até sua casa e, ao me aproximar, lembrei que já havia escutado boatos de que o dono daquela casa teria um envolvimento com drogas, muito embora desconhecesse, anteriormente, de quem era a casa.

Ao bater na porta, fui muito bem recebida, tal senhor e sua mulher me convidaram para entrar e sentar. Ele logo lembrou de mim. Conversamos um pouco, e sua mulher disse que por conta de uma doença estava sem trabalhar. Quem trabalhava agora era seu filho mais velho, aquele que eu havia acabado de conhecer. Já o marido disse que também não estava trabalhando, mas não comentou a razão. Durante aqueles poucos instantes de conversa, algo chamou minha atenção: a ausência de mobília e objetos na casa. O mais comum é que, por menos condições materiais que a família tenha, sempre haja muitos objetos, nem sempre novos, na maioria das vezes velhos e usados, coisas que ganharam, juntaram, como fotos, quadros, algumas coisas que encontraram em meio ao lixo e usam como enfeites e adornos expostos na sala, por cima de móveis, estantes, mesas, geladeira, etc. A casa deles era a única em que essa estética não estava presente. Apenas dois sofás bastante velhos e uma pequena mesa sobre a qual repousava um aparelho de chimarrão compunham a sala. A cozinha contava com um fogão e algumas panelas, além do armário junto ao qual estava a pia. Nada pendurado nas paredes, nenhum quadro, enfeite, foto, nada. Não foi minha intenção, mas cheguei justamente na hora do almoço. Após alguns minutos, depois de conversarmos um pouco, o almoço, para o qual eu não fui convidada, foi servido. O cardápio era um caldo de batata com arroz branco servido pela filha de aproximadamente doze anos. Também era uma das primeiras vezes que via um cardápio tão restrito por lá. Lembrei dos boatos que havia escutado, e confesso que aquela situação de tanta escassez não era comum nas casas que eu costumava freqüentar.

Comentei com seu Antônio que havia reencontrado aquele senhor, e que havia reparado que sua casa estava vazia. Seu Antônio, que o conhece há muito tempo, e que trabalhou com ele na Associação, acredita que tal situação tenha sido desencadeada pelas drogas. Ele acha que todo o dinheiro da família “vai para as drogas”, pois o casal é usuário de crack, e, devido à droga, as pessoas “fazem qualquer coisa”, tamanha é a dependência que causa.

Enquanto conversávamos, passaram alguns gurus correndo em direção à calçada. Na casa de seu Antônio, todos levantaram para ver o que estava acontecendo. O que me disseram é que um rapaz de fora do Loteamento havia roubado alguma coisa de um menino da localidade, e, caso tenha sido esse, de fato, o ocorrido, segundo o veredicto de seu Antônio, “não tem jeito, apanha mesmo”. Dona Lourdes falou que não gosta de assistir a este

tipo de cena, acha covardia quando vários brigam contra apenas um. Após alguns instantes, tudo estava de volta ao normal. Com esse episódio do roubo, seu Antônio acabou lembrando de duas bicicletas que lhe roubaram no Loteamento. Disse que uma conseguiu reaver e a outra não, pois estava com um traficante “boca braba”. Dona Lourdes disse que era melhor perder uma bicicleta do que perder a vida. Todos concordaram.

Tirar satisfação ou se meter na vida dos outros não é coisa muito bem vista entre as pessoas que vivem no Loteamento, tampouco segura. Para seu Antônio, por exemplo, o fato de Ione nunca ter “se metido” com ninguém faz com que ninguém “se meta” com ela. Ione disse que antes de morar na Vila dos Papeleiros tinha até “medo de entrar lá”, não gostava do lugar e achava tudo “sujo e feio”. Seu Antônio contou que a primeira vez que lá pisou à procura de Jéferson, entrou “morrendo de medo”.

Ione, no papel de tia e madrastra, decidiu que os pequenos vão para Viamão com ela e seu Antônio mesmo que não queiram, enquanto eles morarem com ela vai ser assim. No dia que saírem de casa poderão fazer o que quiserem, mas até este dia, assim será. Falou que os pequenos vão contentes, Jonatan é que está na “fase pior”, “vê os amigos fazendo uma coisa e quer fazer também”, “aí já querem tá de cigarrinho na mão...”. De repente, “se não ficar de olho, quando a gente se dá conta já estão traficando”.

6. Algumas semanas depois

Quando voltei ao Loteamento algumas semanas depois para minha segunda etapa de campo, cheguei na casa de seu Antônio decorridos alguns dias da instalação do telefone residencial. Vi a novidade, e logo exclamei: “Que legal! Vocês têm telefone fixo agora”. Pedi o número e seu Antônio falou que não sabia. Ione falava ao telefone com dona Lourdes, que estava doente na casa da filha Sandra em Viamão. Assim que fiquei sabendo da indisposição de dona Lourdes, pedi a Ione que lhe mandasse lembranças e o desejo de melhoras de minha parte. Ione perguntou se eu queria falar com ela, e eu, preocupada com a conta de telefone, pois sabia que a chamada era para um telefone celular, já estava quase dizendo não quando Ione me passou o telefone. Fiquei constrangida em demorar, mas pensei também que não demorar poderia soar pior. Enfim, tudo se resolveu, foi uma conversa curta, desejei melhoras à dona Lourdes, perguntei como ela estava e quando voltava. Ela respondeu que agora estava melhor, mas não sabia quando voltaria para a casa do genro e da filha e agradeceu meus votos de melhora. Terminei nossa breve conversa com um “Fica com Deus”, achei que essa

seria uma frase que ela gostaria de ouvir. E ela respondeu: “Tu também, fica com Deus”. Dona Lourdes sempre foi uma pessoa muito religiosa, porém, nos últimos anos mudou de religião. Foi mãe de santo por vários anos, até que começou a frequentar uma igreja evangélica algum tempo atrás.

Assim que Ione encerrou a ligação, pedi o novo número do telefone deles, ela disse e eu anotei. Falei que esse tipo de telefone talvez fosse melhor porque as tarifas, normalmente, são mais baratas do que as de celular. Ione disse que ainda não podia avaliar porque a primeira conta não havia chegado, mas afirmou que tinha feito muitos telefonemas por causa da doença da mãe.

Elvis também estava doente, tinha um resfriado. Ele tem medo de injeção, mas, para melhorar, teve que se render a uma aplicação. Disse que quase chorou. Contou isso e depois ele mesmo deu risada da situação. Falou que preferia levar dois tiros na perna a tomar uma única injeção. Eu ri e perguntei se, por acaso, ele já havia tomado algum para afirmar com tanta certeza. Para minha surpresa ele respondeu que sim. Então, eu quis saber como, mas antes mesmo de perguntar, ele iniciou o relato. Seu irmão, Eltinho, pouco mais velho que ele e que, nesse dia, casualmente estava na casa de seu Antonio, havia deixado uma arma carregada em casa. Elvis, por curiosidade, pegou a arma e colocou no bolso. Sem saber que ela estava carregada, fez com que disparasse acidentalmente, acertando sua coxa direita. A bala pegou de raspão, segundo ele, “saiu e entrou na perna”. Seu Antônio, que escutava atento, confirmou que “tiro não dói, na hora não dói, depois começa a doer”. “Bom, mas dói”, eu disse. “Não, não dói”, repetiu. “Mas, se depois começa a doer, então dói”, retruquei. “Não! Tiro tu nem sente. Na hora tu não sente nada”, respondeu. Encerrei o diálogo para não insistir na discordância. Ele prosseguiu dizendo que também já havia levado um tiro em uma briga, cujo motivo não revelou. Apenas disse que foi coisa de quando era “mais jovem”. Depois que lhe atingiram, bateu tanto no homem que lhe acertou que quase o fez “engolir a arma”. E só não o matou porque seu “santo é forte”. Essa foi sua “sorte”. Com isso, ficou evidente que, para ele, matar alguém não é uma coisa desejável, ao contrário. Discutiram entre eles se a arma que acertou Elvis tinha calibre trinta e dois ou trinta e oito, até chegarem à conclusão que devia ser trinta e dois porque se fosse trinta e oito os sinais da bala teriam sido maiores.

Mais tarde nossa conversa rumou para o tema: “traficantes”. Seu Antônio e Ione se queixavam do fato de eles, os traficantes, “terem tudo”. Estavam falando, nesse caso, especificamente da cesta básica que certas instituições, como uma igreja próxima, doam para algumas famílias do Loteamento. O ponto em questão para eles era justamente como se fazia

a escolha dessas famílias. Seu Antônio perdeu o direito a esse tipo de auxílio e argumentava que a lógica da distribuição das cestas era “para quem não precisa”. Referia-se àqueles que chamam de “traficantes”, que não dava para saber exatamente se eram apenas usuários ou também comerciantes de drogas, ou, eventualmente, só comerciantes. Isso nunca ficava claro. O que ele disse foi que os traficantes vendiam as cestas básicas por dez reais cada, assim como vendiam tudo que tinham em casa. Então, quando a assistente social visitava a casa dessas pessoas e verificava a situação em que se encontravam, sem bens, móveis, etc., concluía que precisavam da cesta básica. Para seu Antônio essa não era a melhor forma de avaliar a situação financeira de cada família porque as famílias que tinham mais móveis e eletrodomésticos acabavam sendo desfavorecidas e consideradas como aquelas que “não precisam”.

Pouco depois, seu Antônio ralhou com Eltinho. Chamou a atenção do rapaz porque estava comendo demais, exageradamente, e saiu de perto. Eltinho, por sua vez, disse a ele que comeria tudo que estava servido em seu prato. Seu Antônio voltou e falou que não se importava que ele comesse, mas que o problema seria se ele não comesse, desperdiçando a comida. Novamente, Eltinho retrucou que comeria tudo e acabou se servindo mais um tanto. Seu Antônio foi para o quarto, pediu licença e disse que estava com dor de cabeça, tomou um comprimido e foi deitar. Ione comentou que desde que o conhece ele tem dores de cabeça.

Eu e ela ficamos na sala conversando e em seguida ela passou um café. O café, conforme mencionado anteriormente, é uma forma de bem receber os visitantes. Ione passou o café e nem perguntou se eu queria, quando vi já estava me trazendo uma caneca cheia junto com o açucareiro. De repente, bateram na janela. Ela gritou dizendo que a janelinha da porta estava aberta. Bateram outra vez na janela, o que fez Ione se levantar para abri-la. Era o carteiro. Ele não bateu na porta por medo dos cachorros que latem muito quando alguém se aproxima. Ele trazia as contas de água e do telefone celular. Como ainda havia muita confusão por causa dos novos endereços, e como o pessoal não estava acostumado com o serviço de entrega de correspondências a domicílio, posto que antes as casas não tinham número nem endereço, havia um bocado de correspondências com endereço incompleto ou equivocado, o carteiro precisava localizar os destinatários pelo nome. E como seu Antônio, por ser morador antigo e presidente da Associação, conhece praticamente todos os moradores, o carteiro sempre passava em sua casa para pedir uma ajudinha a ele ou a Ione: “quem é essa?”, “e essa, conhece?”, “e esse aqui?”. Neste dia, Ione o ajudou indicando as casas das pessoas que procurava e guardou algumas cartas para ela mesma entregar. Era muito comum, nesses primeiros meses, o carteiro deixar correspondências na casa de seu

Antônio e os moradores passaram depois para averiguar o que havia chegado. Era como uma central de distribuição de cartas. Inclusive, as famílias que se mudaram apenas na segunda etapa de distribuição das casas, ficando um pouco mais de tempo nas casas de passagem, às vezes tinham suas correspondências entregues na casa de seu Antônio ou de algum familiar, vizinho, amigo que já havia se mudado para o Loteamento.

Após a entrega das correspondências, fiquei sabendo que na casa de seu Antônio a conta de água, durante os primeiros meses, foi de aproximadamente vinte e cinco reais e a conta do celular de Ione havia dois meses que permanecia em torno de cem reais. Por causa do alto valor, ela deixou a conta atrasar dois meses e estava a caminho do SPC (Sistema de Proteção ao Crédito). Ela perguntou-me se, pagando tudo, sairia do SPC, e se esse era um procedimento demorado. Respondi que sim, e que talvez não fosse algo muito demorado.

Essa não parecia ser uma situação singular, considerando que, em uma das tardes que passei no Loteamento, a Companhia Estadual de Energia Elétrica efetuou o corte de abastecimento de luz em várias casas, inclusive a de seu Antônio. Uma vizinha e amiga da família, Gisele, demonstrou preocupação com o ocorrido, perguntando a Ione se ela não havia ficado “envergonhada” com isso. Ione disse que não, pois a luz estava mesmo muito cara. Logo, aqueles que estavam sem luz deram um jeito de solucionar a questão fazendo um “gato” antes que caísse a noite.

Nesta segunda vez no Loteamento, percebi que muitas coisas já haviam mudado, mesmo tendo passado poucas semanas afastada. As obras estavam completamente acabadas, diferentemente do que se via da última vez em que estive em campo, quando ainda estavam por terminar a creche, a Associação, a praça com quadra de futebol e a segunda metade das casas. Dessa vez, portanto, tudo estava pronto, o projeto havia se concretizado, e a segunda metade dos moradores já havia ocupado as casas novas. Ione me mostrou tudo já no primeiro dia em que cheguei. Fomos até a praça onde havia alguns brinquedos, como balanços, um escorregador, três gangorras, tudo novo e bonito. A quadra de futebol também estava pronta e tinha, inclusive, uma cancha de bocha. Ione disse que não conhece ninguém no Loteamento que jogue bocha, mas que mesmo assim a cancha era bem-vinda. De um lado da praça está a creche (com capacidade para oitenta crianças), um prédio bonito, cercado por um muro de aproximadamente um metro de altura. Do outro lado, às margens da Avenida Voluntários da Pátria, está o prédio novo construído para alojar a Associação, com duas salas, um salão amplo, cozinha, banheiro e até uma churrasqueira.

Das casas que foram entregues para a primeira leva, muitas já estavam modificadas. Letreiros pintados nas paredes frontais de várias casas, a maioria divulgando serviços

prestados pelos próprios moradores. Pequenos muros em frente às casas também estavam sendo construídos. Cada casa compunha suas modificações e adornos de acordo com o gosto e os recursos. Passei pela casa de Margarete e, como seu marido trabalhava colocando azulejos, o piso da frente estava revestido com esse material, e um pequeno muro estava sendo construído. Alguns moradores, além do muro, também puseram portões ou grades, principalmente nas casas de esquina. Disseram que era para garantir a segurança e evitar que qualquer pessoa batesse diretamente à porta ou tocasse a campainha resultando em situações inoportunas. O incremento que os moradores faziam em suas casas não tinha nenhum padrão, nem sobre a altura dos muros, nem sobre o modelo dos portões, cada um fazia como queria. Tampouco havia consenso em relação ao tipo de material usado, havendo portões de madeira, de ferro, com cerca, grades, de variadas cores. Seu Antônio disse que o DEMHAB estipulou um padrão para a altura dos muros, mas na prática esse não foi seguido.

Encontrei Paula na casa do padraço, seu Salles. Ela falou um pouco sobre seu novo trabalho, havia começado a trabalhar em uma Unidade de Triagem próxima ao Loteamento, chamada “Profetas da Ecologia II”, e estava gostando. Esse nome surgiu devido a uma outra Unidade, uma das primeiras da cidade, chamada de “Profetas da Ecologia I”. E agora ali ao lado do Loteamento estava funcionando a mais recente, onde trinta e sete pessoas trabalhavam em dois turnos. O de Paula começava às oito da manhã, estendendo-se até às três da tarde, e o outro turno era das três às dez da noite. Ela disse que a idéia da direção dessa Unidade era aumentar o número de pessoas, totalizando trinta em cada turno (o tema das Unidades de Triagem será abordado no próximo capítulo).

Dona Vera, a mulher de seu Salles, falou que “não dava para ficar por aí na Vila”, pois “andava muito perigoso”: “Tá assim porque a polícia fica entrando aqui toda hora. O meu filho mesmo já foi para o paredão duas vezes”. Ela disse que quando isso aconteceu, da última vez, o filho estava jogando bola. Dona Vera reclamou do jeito que os “brigadianos” (os membros da Brigada Militar) tratavam os moradores, com “falta de respeito” e, ainda, no caso de seu filho, teriam usado adjetivos racistas.

Seu Antônio e outros moradores, como dona Deolanda e seu José, também comentaram sobre o incômodo gerado pelas freqüentes visitas da Polícia Civil e da Brigada Militar ao Loteamento. Pelos relatos, as relações entre usuários e vendedores de drogas não parecem incomodar tanto os moradores como as insistentes batidas policiais. As relações dos moradores que não consomem drogas com aqueles que consomem ou vendem são administradas pela maioria de forma muito pacífica, com muita tolerância de ambos os lados, expressas através de frases como “eles não se metem com a gente e a gente não se mete com

eles”. Dona Sirlei falou que além de “uns não se meterem com outros”, muitos dos envolvidos com drogas costumam defender o resto dos moradores de pessoas “de fora”, exercendo uma certa proteção em determinadas situações. O que não significa que os moradores gostem do movimento em torno das drogas, sendo considerado por alguns como a “única coisa que estraga o Loteamento”³². Seu Antônio disse que como presidente da Associação torna-se muito visado por parte da polícia para ceder informações a respeito dos traficantes. Dessa forma, pode correr riscos e prefere optar por “não combater os traficantes”, pois na sua opinião a liderança que parte para o combate é que “acaba combatida”, e gostaria que isso ficasse explícito: “Tô torcendo para a polícia me dar um soco na cara da próxima vez, assim eles [os traficantes] vão saber que eu não sei nada, não falei nada”.

Nas ruas já se via alguns poucos carrinhos carregados, também algumas pessoas fazendo separação de material em frente de casa. Outros “queimavam fio” numa parte do terreno que ainda estava vazio — onde, segundo o DEMHAB, serão construídas mais algumas casas. “Queimar fio” é uma prática que consiste em prender fogo em fios elétricos para que o envoltório de plástico derreta, de forma que apenas seja aproveitado o fio de cobre, material muito valorizado no mercado de materiais recicláveis. E por isso, as formas como alguns conseguem os fios são, às vezes, muito arriscadas, arrancando-os dos postes da rede elétrica, resultando em graves acidentes: um rapaz perdeu o braço, outro perdeu as pernas, outro morreu. Mesmo assim, alguns dizem que os acidentes parecem não servir de exemplo para aqueles que continuam se arriscando.

Neste terreno onde papeleiros queimam fio, que fica entre o Loteamento e uma garagem de ônibus, bem ao fundo juntam-se com frequência “maloqueiros” e pedreiros. Gente que usa drogas e ingere bebidas alcoólicas, permanecendo no local durante dias. De vez em quando a polícia os retira, mas eles não tardam muito a voltar. Os moradores não costumam expressar agrado ou desgosto em relação à presença deles.

Pouco tempo depois, por volta de um mês, quando estive em Porto Alegre apenas por alguns dias, fiz uma visita a seu Antônio. Dessa vez, encontrei lá sua ex-mulher Nara, irmã de Ione, com o marido atual. Sabia que Nara os visitava, mas há muito tempo não a via. Quando a conheci, recém separada de seu Antônio, estava morando por um período na Vila

³² Hoggart (1973:112) cita a “tolerância”, o “viver e deixar viver”, “o que eu quero é que me deixem em paz”, como uma das atitudes presentes entre a classe proletária, sendo raros os casos em que entram em conflito. O autor explica essa atitude como “fruto de um sentido de grupo que se caracteriza pela ausência de exigências de superação, de fanatismo e de idealismo; a maior parte das pessoas aceitam, nas suas linhas gerais, a vida que levam”. Para Hoggart, a noção de “nos metermos no que é da nossa conta” também vem daí, da necessidade que as pessoas têm de viver com os outros e de fazer o possível para não criarem atritos (1973:113). O que pode ser considerado para o que acontece no Loteamento Santa Terezinha.

na casa do próprio seu Antônio, mas passava boa parte do tempo em Viamão. Depois disso, não a vi mais por algum tempo, porém, lembro ainda do dia em que cheguei na casa de seu Antônio e a reencontrei acompanhada de seu marido de então, estavam passando um tempo na casa dele. Segundo sua mãe, dona Lourdes, Nara atualmente passava a maior parte do tempo pelas ruas de Porto Alegre, já nem ia mais para Viamão. Estava vivendo na rua e, por isso, às vezes, aparecia lá pela casa do ex-marido e da irmã só para tomar um banho. Na rua, Nara se envolveu com brigas, bebidas, etc., e desde que se separou de seu Antônio, os filhos do casal, seis ao todo, ficam com ele ou com os familiares dela em Viamão. Sandra disse que já tentou levá-la para sua casa, mas na primeira oportunidade ela foi embora e não voltou mais. Sandra e Ione contaram que já saíram preocupadas à procura de Nara pelas praças e parques públicos, porém, com o tempo desistiram de tentar tirá-la da rua. Só que neste dia, fiquei sabendo que Nara estava morando na casa de seu Antônio com o marido. Ele e os filhos dela construíram uma “casinha” improvisada no pátio da casa de seu Antônio. Era feita com uma lona preta e pedaços de madeira, tinha até uma portinha de madeira e ocupava mais da metade do pátio. Nara e o marido estavam puxando carrinho³³.

³³ Segundo Marin (1979:156), uma das vantagens da casa própria e um dos motivos pelo qual é valorizada é que “pode ser modificada de acordo com o tamanho da família e porque facilita o ‘trabalho por conta própria’ [...]”.

Capítulo 2. Relações entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o Lixo e os Papeleiros

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre executa os serviços de limpeza da cidade através do DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana). Segundo DMLU (1991*), a maior parte da disposição do lixo produzido no Brasil era feita sem nenhuma consideração sobre o seu impacto ambiental nas áreas destinadas para depósitos a “céu aberto” e ou “aterros controlados”. Quanto ao primeiro, trata-se de locais que não recebem qualquer tipo de controle e/ou tratamento sobre o lixo e, portanto, sobre seu potencial poluidor. O segundo, difere do primeiro por receber a cobertura de material inerte, o que diminui o mau cheiro e a reprodução de organismos e insetos indesejados. Apenas em vinte por cento dos casos se fazia o uso de “aterros sanitários”, obras planejadas segundo critérios e normas de engenharia ambiental com o objetivo de controlar a poluição ambiental, assegurando a saúde pública.

Pouco depois da “Administração Popular”, assim chamada pelo próprio Partido dos Trabalhadores sua longa gestão na Prefeitura de Porto Alegre³⁴, tomar posse, o espaço dos dois locais destinados para o armazenamento do lixo da cidade estava com sua capacidade quase esgotada. Isso contribuiu para que a disposição ou destino final do lixo consistisse numa das principais preocupações do DMLU. Contudo, a solução para tal questão tinha que ser devidamente estudada para que não houvesse problemas resultantes da decomposição de lixo devido ao seu acúmulo não controlado e planejado³⁵ (DMLU, 1991).

De acordo com DMLU (1991), foi a partir do esgotamento de espaços destinados para o armazenamento do lixo, da possibilidade de reaproveitamento de uma série de materiais componentes do lixo resultando em rendimentos econômicos, e da catação de materiais recicláveis encontrados no lixo que expunha os catadores a riscos nos “lixões”, que a Administração Popular mudou “radicalmente a realidade da disposição do lixo” na cidade, considerando não apenas um método como solução para a questão.

* Projeto de Coleta Seletiva do DMLU, 1991 (documento sem numeração de página).

³⁴ Como já foi dito anteriormente, a gestão da Administração Popular na Prefeitura de Porto Alegre estendeu-se por quatro mandatos consecutivos.

³⁵ Esses problemas seriam, por exemplo, a produção de chorume e gás metano. O chorume consiste num “líquido escuro com mau odor, proveniente da unidade natural do lixo, da água de constituição de vários materiais e do líquido resultante da dissolução de matéria orgânica pelas enzimas expelidas pelas bactérias. Este líquido, quando não drenado e tratado, escorre atingindo águas superficiais e se infiltra no solo, onde irá atingir águas subterrâneas. A descarga do chorume nas águas provoca a redução do nível do oxigênio nelas contido, podendo provocar muitos danos, inclusive a completa extinção da fauna e flora aquática”. E o perigo do gás metano e sua característica inflamável que, “em contato com o ar, pode formar uma mistura explosiva” (DMLU, 1991).

Segundo Fritsch (2000), a situação em torno dos resíduos era muito grave no ano de 1990, o que levou o então prefeito Olívio Dutra a decretar estado de calamidade pública em Porto Alegre³⁶ devido à falta de um espaço onde o DMLU pudesse fazer o descarte do lixo.

Nesse mesmo ano, além da criação do Código de Limpeza Urbana, outras medidas foram implantadas simultaneamente com o propósito de resolver as questões relacionadas ao lixo, o qual se constituía cada vez mais como um “problema”.

1. Breve história sobre a limpeza pública em Porto Alegre

No entanto, não foi a primeira vez que as autoridades responsáveis pela administração da cidade, e por sua limpeza, tiveram preocupações semelhantes. A pesquisa histórica de Telmo Cardoso Costa que resultou na publicação intitulada “Pequena História da Limpeza Pública na Cidade de Porto Alegre” (1983), mostra que muitos anos antes do Governo da Administração Popular alguns investimentos já haviam sido realizados com o intuito de solucionar problemas relacionados à coleta de lixo e limpeza da cidade.

De acordo com Costa (1983) a primeira concorrência para os serviços de limpeza das ruas da cidade e transporte de água servida e matérias fecais, foi aberta pela Câmara Municipal em 1878. No mesmo ano houve uma proposta aceita pela Câmara dia 14 de outubro e passado nove dias, “em 23 de outubro de 1878, ouvido o engenheiro municipal, eram especificados os modelos dos carros e dos cubos³⁷”.

O ano de 1898 foi muito importante no que se refere aos serviços de limpeza da cidade, pois foram iniciados estudos sobre a implantação do sistema de esgotos. Também foram encampados pela municipalidade “os serviços de coleta e remoção do lixo domiciliar, bem como a varredura das calhas das principais ruas da cidade” antes “feitos por meio de contratos de empreitadas”. No mesmo ano, ainda, houve a aquisição pela Intendência Municipal do prédio da Rua da Azenha, onde foram instalados seus principais serviços (Costa, 1983:15-16) e onde continuam instalados atualmente.

Segundo registros, já naquela época, início do século XX, se fazia necessária uma solução para o problema do aumento da quantidade de lixo. Assim, um forno para incineração do lixo foi construído, porém, tal medida mostrou-se rapidamente insuficiente

³⁶ Através do Decreto nº 9696 de 02 de maio de 1990.

³⁷ “Os cubos, também chamados cabungos, eram os recipientes de matéria fecal, sendo substituídos semanalmente, casa a casa” (Costa, 1983:13).

enquanto solução. Com a incineração outra demanda era criada: uma área que servisse de depósito das cinzas resultante da queima do lixo. O terreno vizinho serviu temporariamente para isso, mas logo também se tornou insuficiente, fazendo-se necessária a aquisição de uma outra área (Costa, 1983).

A questão do destino final do lixo domiciliar, aliás, preocupou constantemente a Administração. Na década de 20, em documento denominado Estudos Preliminares para a Reorganização dos Serviços de Limpeza Pública, encaminhado a Alberto Bins, os técnicos municipais apontariam nove métodos, cinco dos quais classificados como naturais e quatro como artificiais. Eram métodos naturais o aproveitamento do lixo verde como adubo, o despejo nos grandes volumes de água, o aterro das depressões naturais ou resultados de antigas escavações, o simples depósito a céu aberto e, por fim, a alimentação de porcos, o único dos quais, por sinal, entusiasticamente recomendado, pois já era usado em grandes cidades dos Estados Unidos. Como métodos artificiais eram classificados a triagem, também chamada separação, a incineração completa, a redução, por meio da qual era extraída toda a graxa contida no lixo, com aproveitamento agrícola do material residual resultante, e a trituração (Costa, 1983:17).

O destino final do lixo já se constituía, então, em uma das preocupações do órgão responsável pela limpeza urbana na década de vinte. E o reaproveitamento da matéria orgânica encontrada no lixo através da sua incineração consistia num possível caminho para solucionar a questão.

Por volta de 1915, tornava-se necessário um aumento tanto de mão-de-obra como de material para dar conta do crescimento constante do lixo e, conseqüentemente, do aumento dos percursos gastos com seu transporte, o que levou a “Municipalidade cogitar, outra vez, de uma nova instalação crematória para os serviços, que seria localizada nos arrabaldes de São João, Navegantes e Floresta” (Costa, 1983:19).

Costa descreve algumas curiosas tarefas da chamada Seção de Higiene em 1915, que ademais da limpeza, irrigação e varrição das ruas, encarregava-se também da cremação de animais encontrados mortos, da lavagem e desinfecção de calhas das águas pluviais, da apreensão de cães vadios. “E além disso, havia as constantes requisições das diversas repartições públicas, federais e estaduais, com vista ao transporte e incineração de papéis inúteis”, bem como a conservação de jardins e fiscalização de gêneros alimentícios, “estes últimos através de um médico, um médico adjunto do Matadouro, um ajudante e um auxiliar de escrita” (Costa, 1983: 20).

Segundo Costa, foi nesse mesmo ano de 1915 que um trabalho técnico sobre a coleta e destinação do lixo, denominado “Saneamento das Cidades”, circulou em Porto Alegre pela

primeira vez. O autor era Benito Elejalde, e de todos os artigos que compunham a Revista da Escola de Engenharia de Porto Alegre, chamada “Egatea”, em seu nº 1, volume II, o seu foi o primeiro. O artigo inicia assim:

Por lixo designamos todos os resíduos da vida doméstica: resíduos de cozinha [...], cinzas de fogão, trapos, papéis, varreduras de casa e objectos fóra de uso, taes como sapatos, chapéos e entre nós, até mesmo, peças do vestuário. Uma tal mistura pela sua heterogeneidade de natureza é francamente putrecível e como tal não deve permanecer no domicílio onde se produz, de acordo com o preceito de B. Latham — ...stagnation, the great enemy of life. [...] Aqui na América do Sul o lixo propriamente dicto constitue-se ainda de cadaveres de pequenos animaes, como ratos, gatos, passaros e aves o que, junto aos restos de comida, formam o apeteçível manjar que vemos os cães disputarem todas as manhãs, as vezes mesmo renitentemente, apezar das pedradas da garotada (Elejalde, 1915:1-2).

Nesse artigo o autor usa um vocabulário recorrente nos registros do DMLU a partir de 1990 em diante, ao mencionar as “preocupações” que “a producção, collecta e destino” do lixo “ocasionam no mundo inteiro” (Elejalde, 1915:2). Em DMLU (1993), por exemplo, a “geração de lixo”, “coleta” e “destino final”, entre outras, percorrem constantemente as cerca de cinqüenta páginas do documento.

Ainda no mesmo trabalho, Elejalde faz referência aos “trapeiros”, figura equivalente ao papeleiro, e a uma situação que ele próprio afirma ter testemunhado quando, em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, certa quantidade de lixo foi depositada em local afastado onde seria incinerada até que “o povo (certa classe, já se vê) alli affluuiu esgaravatando em procura de objectos de valor. A tentativa do poder público teria fracassado si não se tivesse tomado a providencia de fazer guardar o depósito” (Elejalde, 1915: 2).

A menção aos “trapeiros” não para por aí, e o autor se remete ao caso da França, através da descrição de H. Pattevin (“secretário geral da repartição internacional de hygiene publica”) sobre a coleta de lixo em Paris, para logo depois demonstrar sua desaprovação com relação a tais personagens.

‘Pelas cinco horas da manhã, no verão e seis no inverno, saem dos prédios para os passeios das ruas as caixas de lixo. O proprietario ou o seu representante o *concierge* (porteiro) é o encarregado deste serviço. Para um tal mister, muito ordinariamente, o porteiro, que áquella hora matinal ainda está no leito, delega por sua vez poderes a um terceiro que entra na casa para tirar a caixa e seu conteúdo. Este indivíduo não recebe salário algum por esta tarefa; tem apenas a vantagem que resulta de uma primeira escolha (*chiffonnage*). Desde o momento em que a caixa é depositada no passeio até o em que se efetua o seu transporte para o vehiculo de collecta, durante uma

hora em média, a *intervenção* é livre'. [...] Mal de nós si quizessemos copiar em matéria de hygiene publica os usos de grandes cidades da França [...] (Elejalde, 1915:3).

Conforme Costa (1983) Dr. Elejalde não considerava prioritária a questão do tratamento do lixo, mas o modo como a coleta era feita. No entanto, uma nova página seria escrita em 1925, ano em que se deu a primeira tentativa de aproveitamento do lixo como adubo através de contrato assinado entre a Intendência e a empresa de João V. Friederichs. Essa aproveitaria os resíduos de parte do lixo coletado e incinerado por um forno que deveria ser construído pela Intendência Municipal, o que não aconteceu, frustrando a concessão.

Mais tarde, em 1927, surgiu a possibilidade de aproveitamento do lixo como combustível pela então Diretoria de Limpeza e Asseios Públicos. Foi confeccionado um relatório pelo administrador geral dos Serviços Industriais, o engenheiro Egydio Hervé, que apresentava estudo sobre a queima de lixo urbano para a produção de energia elétrica. Sua preocupação mais saliente em todo trabalho era a “saúde pública” e propunha que “o primeiro cuidado das autoridades sanitárias” fosse “tornar obrigatório, para o lixo, o uso de caixas metálicas à prova de ratos, de forma que não possam ser abertas sem a intervenção do homem”. Citou tal medida como usual, naquela época, “em Berlim, Zurich e New York, onde era condenado integralmente o método francês de permitir que trapeiros e papeiros revolvessem o lixo, nas ruas, à cata de material aproveitável” (Costa, 1983:35).

Para o engenheiro Egydio Hervé, a coleta regular somada à incineração do lixo poderia consistir em uma solução higiênica, mas não em uma solução econômica, a qual ainda permanecia, segundo ele, “no terreno dos experimentos e tentativas”. Devido ao conhecimento acerca de hábitos e leis em outras grandes cidades do mundo, propôs a adoção de cinco medidas: “a coleta de lixo em recipientes vedados a ratos; transporte do lixo em autocaminhões, estrada de ferro ou barco; incineração do lixo; transformação do calor resultante da combustão em energia elétrica ou em vapor; e, por fim, exploração comercial das escórias e cinzas resultantes da incineração, vendendo-as à agricultura e a outras indústrias”³⁸ (Costa, 1983:35).

Mas esse plano também acabou sendo abandonado, pois necessitava da construção de dois fornos para a incineração do lixo, e a Diretoria de Limpeza e Asseios Públicos não

³⁸ “O lixo recolhido em Porto Alegre, à época daqueles estudos, era da ordem de 100 a 130 toneladas diárias, 90 das quais, em média, consideradas em ótimas condições para combustão” (Costa, 1983:36).

dispunha de fundos nem sequer para um, o que talvez, segundo Costa, tenha servido de motivo para os estudos terem sido considerados “insatisfatórios”.

Finalmente, na década de trinta, a Municipalidade acordou com uma empresa particular a coleta e o transporte do lixo com vantagens econômicas consideráveis, por influência da opinião dos técnicos que estudavam o tema e “propunham a aplicação, em Porto Alegre, dos métodos vigentes em Paris, onde a coleta era feita em quase sua totalidade por contrato com particulares e em único horário matinal” (Costa, 1983:40).

No final da década de trinta o lixo coletado em Porto Alegre tinha três destinos: “os aterros, que beneficiaram o prolongamento da Avenida João Pessoa [...]; as celas Beccari, onde deveria ser produzido adubo; e a incineração, já bastante prejudicada em decorrência da demolição, em 1938, do velho forno da Rua Cabo Rocha” (Costa, 1983:46).

O tratamento do lixo através do emprego das celas ou câmaras Beccari, “que consistia em transformar as consideradas imundícies — como então era comumente chamado o lixo urbano — em elemento fertilizante apto a ser incorporado às terras de cultura” (Costa 1983:30), continuava recebendo atenção dos administradores públicos, sendo que já havia, então, mais de sessenta câmaras com capacidade de trinta metros cúbicos cada uma. E não apenas a comercialização de adubo feito com o aproveitamento de matérias orgânicas foi viabilizada, mas logo em seguida também a venda de papéis, panos, ossos e latas.

Em 1938 foi proposta a implantação da coleta noturna na cidade, formalizada através da Portaria 771, medida que “surtiu resultados tão positivos que no ano seguinte já eram inúmeras as consultas formuladas por organismos de limpeza pública de outras grandes cidades brasileiras” (Costa, 1983:47).

Conforme o “Regulamento dos Serviços de Limpeza Pública” aprovado em 1946 através do Decreto 347, tanto a limpeza das ruas assim como a retirada do lixo domiciliar e seu transporte passavam a ser atividade privativa da Administração, ficando explicitamente proibida a interferência de trapeiros e papeleiros, como já havia sido sugerido quase vinte anos antes. Devido ao rigor das normas estabelecidas por tal regulamento esperava-se que chegasse ao fim os problemas acarretados pelo lixo durante anos. Entretanto, a cidade apresentaria algumas surpresas aos seus planejadores como, por exemplo, seu crescimento, descrito por Costa como “desproporcional”, pois sua população duplicou em aproximadamente vinte anos depois (Costa, 1983).

A década de cinquenta começou de forma mais otimista no que se refere aos avanços para solucionar as questões relativas ao lixo, pois a Prefeitura de Porto Alegre recebeu duas propostas para a industrialização do lixo. Em 1954 abriu sua primeira concorrência pública

para aproveitamento de resíduos sólidos. Outra vez o problema era de ordem financeira, por isso tais propostas foram oficialmente descartadas e consideradas não adequadas às condições do edital, pois “ofereciam instalações excessivamente onerosas para o Poder Público” (Costa, 1983:53).

Os anos sessenta foram marcados por dificuldades no orçamento e em vez de contrair despesas com o transporte de resíduos, a Divisão de Limpeza Pública fez um acordo com os empreiteiros responsáveis pela execução do serviço de coleta. Foi estipulada como compensação a doação do lixo, sendo esse oficialmente destinado à criação de porcos. O trabalho de varrição foi apontado como “o primeiro a ser feito, seguindo-lhe a interferência de cães vadios, de papeleiros e, por fim, do caminhão de coleta”. E como não se podia evitar a presença de papeleiros e trapeiros em busca de objetos, “ainda eventualmente servíveis” em meio às latas de lixo, a direção do órgão afirmava “que a cronologia lógica seria a de que primeiro chegassem os cães, depois os papeleiros, e depois a remoção, para que só então tivesse início o trabalho dos varredores” (Costa, 1983:55).

Em 1969, a Divisão de Limpeza Pública foi transformada em Departamento de Limpeza Pública, o que gerou uma reestruturação e reorganização de seus serviços. Em 1970, o lixo coletado na cidade chegou a cem mil toneladas, mas a receita que a prefeitura lhe repassava não era suficiente para suas necessidades e um “precário equilíbrio” foi conseguido nos anos seguintes. Até que no ano de 1975 o então prefeito da cidade, Guilherme Villela, propôs uma nova reestruturação “extinguindo o Departamento de Limpeza Pública e criando, através da Lei 4.080, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana, entidade autárquica, com autonomia jurídica, financeira e contábil”, o qual existe até hoje³⁹. Tal medida modificou muito o perfil dos serviços, pois a partir de então houve um considerável acréscimo no orçamento do órgão possibilitando investimentos em trabalhos técnicos como os de despoluição que, inclusive, renderam ao DMLU em 1979⁴⁰ uma homenagem da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária. Foram os aterros sanitários que mais se destacaram por passarem a ser executados segundo uma série de princípios de engenharia, sendo qualificados como um método de disposição de resíduos sólidos no solo que confina o lixo à menor área possível, reduzindo seu volume e possibilitando a recuperação da área onde

³⁹ “Ainda em 1976 o Departamento implantou, experimentalmente, a cobrança de excesso de lixo em 22 hospitais e em alguns estabelecimentos bancários, medida que foi estendida, alguns anos mais tarde, a casas de comércio e indústrias”. Tal medida rendeu muitos lucros (Costa, 1983:63).

⁴⁰ Nesse ano foi implantada a coleta alternada, quando a quantidade de lixo chegou a 349.245 toneladas. Inicialmente combatida, só vingou diante da constatação da economia em combustível e dos ótimos resultados que alcançou. Novas zonas passaram a ser atendidas, como vilas populares onde o serviço era feito gratuitamente, e outros serviços como capina e varrição manual também aumentaram (Costa, 1983:63).

é aplicado. A utilização desse método pelo DMLU foi tão satisfatória que acabou se tornando modelo para outras experiências similares (Costa, 1983).

2. Uma forma de gerenciar o lixo

No Brasil, o lixo recebeu a denominação de Resíduo Sólido segundo uma classificação de 1987 da ABNT⁴¹ (Associação Brasileira de Normas Técnicas), responsável por normatizar os resíduos componentes do lixo. Tal denominação vem do latim “*residuu*” que significa a sobra de determinadas substâncias, e a palavra “sólido” foi acrescentada para diferenciá-lo de líquidos e gases. Os resíduos sólidos são definidos como “todos aqueles resíduos nos estados sólido e semi-sólido que resultam da atividade da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, de serviços, de varrição ou agrícola”. A importância de tal regulamentação está em disponibilizar informações que permitem identificar riscos potenciais que os resíduos sólidos, principalmente os industriais, possam oferecer ao meio ambiente e à saúde pública, viabilizando a elaboração de medidas relacionadas ao seu manuseio e destinação final (Bidone, 1999:1).

Segundo Bidone, os resíduos que constituíram o que se conhecia como lixo foram por muito tempo compostos principalmente de matéria orgânica, o que não acarretava grandes impactos ao meio ambiente. Esse quadro só foi revertido após o grande aumento da densidade populacional e da forte industrialização, que não apenas influenciaram diretamente no grande crescimento de resíduos, mas também num “processo contínuo de deterioração ambiental”⁴². Para se pensar na geração de resíduos deve-se levar em conta fatores culturais, como “nível e hábito de consumo, rendas e padrão de vida das populações, fatores climáticos características de sexo e idade dos grupos populacionais” (Bidone, 1999:9).

Bidone afirma que a “solução para o problema [dos resíduos] passa necessariamente pela definição de um programa de gerenciamento geral de resíduos, com ênfase para a redução de geração na fonte, reutilização e reciclagem, com efetivo aproveitamento”. Além disso, o autor aponta para a necessidade de se pensarem em soluções baseadas em “princípios de educação ambiental da população”, os quais devem estar integrados a medidas técnicas e ambientais (1999:10).

⁴¹ Trata-se da NBR (Norma Brasileira Registrada) 10.004 – Resíduos Sólidos – Classificação.

⁴² Bidone (1999) cita o caso dos Estados Unidos como um país que tinha, na época de sua publicação, uma produção de lixo, em média, de mais de 700 kg/hab.ano.

Parece ter sido na esteira desse tipo de reflexão que as autoridades responsáveis desenvolveram em Porto Alegre uma variedade de projetos que constituíram o chamado “Projeto Integrado de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos” e o “Plano Diretor de Meio Ambiente e Saneamento”. A concepção do gerenciamento do lixo direcionado para solucionar a questão do seu aumento e seu reaproveitamento já estava presente em outros governos municipais passados, como vimos acima. Entretanto, alguns aspectos são mais especialmente enfatizados na perspectiva empregada pela Administração Popular para tratar dos temas em torno do lixo, como veremos a seguir.

Para a elaboração das diretrizes do “Projeto Integrado de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos” e o “Plano Diretor de Meio Ambiente e Saneamento”, a administração contou com “princípios” e “conceitos gerais”, além de questões técnicas sobre gerenciamento, classificação, acondicionamento, tratamento e destino final dos resíduos entre outros. Como uma das primeiras justificativas basilares do Plano Diretor está “os graves problemas ambientais presentes nos centros urbanos, que durante décadas não foram tratados como prioridade”, mostrando que os investimentos passados na limpeza da cidade foram insuficientes. Um dos pontos ressaltados foi a constante busca, até então, de soluções para se tratar do “problema” a partir de suas “conseqüências” sem enfrentá-lo na sua “origem”. E outro, foi a limitação financeira enfrentada pelas administrações municipais passadas. Por isso, se reforçava a idéia de que esse gerenciamento do lixo deveria estar respaldado em “princípios de educação ambiental, principalmente no que se refere ao trabalho junto à população, visando uma alteração da relação de responsabilidade quanto ao lixo, levando também para junto do gerador a construção da solução” (DMLU, 1993*)⁴³.

Faz parte do Projeto de Gerenciamento Integrado a Coleta Seletiva, implantada na cidade em 1990, realizada a partir do “lixo ordinário domiciliar”, ou seja, dos resíduos sólidos produzidos em imóveis, residenciais ou não, que possam ser acondicionados em sacos plásticos (Art.4º, Lei 234/90). Esse se distingue do “lixo público”, que compreende os resíduos sólidos provenientes dos serviços de limpeza urbana executados nas vias públicas (Art.3º, Lei 234/90) e que, por ser constituído principalmente por materiais inertes, é destinado para um aterro específico, não sendo necessária sua colocação no aterro sanitário (DMLU, 1993).

O primeiro bairro onde foi implantada a Coleta Seletiva foi no Bairro Bom Fim, tendo como *slogan* “dê um bom fim ao seu lixo”. Desde então, o DMLU começou a investir em

⁴³* “Os caminhos do lixo da origem ao destino final” (DMLU, 1993; documento sem numeração de página).

“educação ambiental” e “conscientização” da população com o objetivo de que cada “cidadão” separasse “na origem”, ou seja, em casa, o lixo seco do lixo orgânico, pois tal tarefa é entendida como fundamental para o êxito do projeto (Andrade; Guerreiro, 2001).

Cabe mencionar que não faz parte da idéia original do projeto da Coleta Seletiva a concessão, por parte do Governo Municipal, de incentivos econômicos para quem realiza a classificação dos resíduos na origem, diferentemente de outras cidades que implantaram o sistema. Por isso, a ênfase na educação ambiental, em uma “mudança de hábitos” das pessoas em geral, e na conscientização de que cada um é ao mesmo tempo “gerador do problema” e “parte integrante da solução”.

Tudo isso faz parte da própria perspectiva à qual o lixo foi enquadrado, uma visão “ambientalizadora” capaz de transformá-lo numa nova questão pública. De acordo com Lopes (2004:19-20), o processo histórico de “ambientalização” implica simultaneamente “transformações do Estado e no comportamento das pessoas (no trabalho, na vida cotidiana, no lazer)”. Isso estaria relacionado a alguns fatores, sendo um deles a questão da educação ambiental como “novo código de conduta individual e coletiva”⁴⁴. Nesse sentido, é através da educação ambiental (como atividade escolar ou paraescolar e difusão através dos meios de comunicação de massa), capaz de fornecer “normas” e “códigos de comportamentos corretos sobre usos cotidianos”, que se dá a ambientalização, como “processo de interiorização de comportamentos e práticas” (Lopes, 2004:27). Contudo, segundo o autor, é preciso indicar que a difusão de um “novo comportamento público, que passa por normas de conduta individuais, só se torna possível pela formação de um campo específico de educação ambiental”, com novos especialistas, disciplinas escolares e um circuito editorial (Lopes, 2006:46).

Visando complementar o sistema de Coleta Seletiva o DMLU desenvolveu o projeto das Unidades de Triagem, chamado inicialmente de Unidades de Reciclagem, decidindo que a destinação final dos resíduos sólidos se daria na forma de aterro sanitário.

O aterro sanitário é definido pelo DMLU (1993) como um processo utilizado para a disposição de resíduos sólidos no solo, fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, que permite uma confinamento segura em termos de proteção ao meio ambiente e à saúde pública. Para assegurar o projeto, sua instalação e operação são estabelecidas exigências quanto à “localização, segregação e análise de resíduos,

⁴⁴ Em Lopes (2004) são citados ainda mais quatro fatores: 1) o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 70 e o final do século XX; 2) os conflitos sociais no nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; 3) a questão da participação; 4) a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos.

monitoramento, inspeção, fechamento da instalação e treinamento de pessoal”. O modelo de gerenciamento anterior utilizava como critério básico de localização dos lixões “o baixo valor imobiliário ou a aparente inutilidade da área”, o que resultava em danos locais.

Já a concepção do projeto das Unidades de Triagem iniciou conjuntamente com a recuperação ambiental do antigo lixão da Zona Norte, em 1990, como um trabalho de organização dos catadores que ali se encontravam diariamente esperando pelas cargas dos caminhões da coleta chegando a um número de aproximadamente trezentas pessoas, acarretando riscos e possibilidades de acidentes. O projeto foi baseado em “tecnologia simples” com o objetivo de viabilizar a separação manual dos resíduos e um “trabalho integrado com grupos organizados de catadores e papeleiros, cuja participação possibilitará o resgate social dos mesmos e a adoção de unidades que minimizem o uso de equipamentos de triagem” (DMLU, 1993).

De acordo com Andrade e Guerreiro (2001), o projeto das Unidades incorporou o trabalho com grupos de papeleiros e catadores que já estava em andamento alguns anos antes, em certos pontos da periferia da cidade, com o apoio de congregações ligadas à Igreja Católica⁴⁵. As autoras revelam que das trezentas pessoas que iniciaram no projeto do DMLU na Unidade da Zona Norte (Associação de Recicladores de Resíduos da Zona Norte), apenas sessenta continuaram trabalhando, pois o restante não teria conseguido se adaptar à nova forma de trabalho.

Portanto, o lixo recolhido através da Coleta Seletiva era destinado às Unidades de Triagem, que no ano de 2007 chegaram a um total de treze espalhadas por diversas regiões da cidade. Os resíduos não aproveitados pelas Unidades eram enviados para os aterros sanitários assim como parte do lixo domiciliar⁴⁶. Além da Coleta Seletiva, dos aterros sanitários e das Unidades de Triagem, o Projeto Integrado também inclui o gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde e dos resíduos industriais; a construção de centrais de entulhos e podas para o recolhimento de entulhos da construção civil visando seu aproveitamento futuro em regularizações topográficas e outros fins; e uma unidade de reciclagem e compostagem da matéria orgânica (DMLU, 1993).

⁴⁵ Conferir Devos (2007) sobre o trabalho de papeleiros e catadores, e sua ligação com congregações ligadas à Igreja Católica, nas ilhas do Delta do Jacuí.

⁴⁶ O lixo domiciliar foi classificado em dois tipos de acordo com o artigo 12, inciso III, da Lei 234/90 (do Código Municipal de Limpeza Urbana): “lixo orgânico”: restos de cozinha, de jardim, papel higiênico, guardanapos de papel, lenços de papel e absorventes, borra de café, erva-mate, pó de limpeza caseira, tocos de cigarro e cinza; e “lixo seco”: vidros (quebrados ou não), papel e papelão, metais, plásticos, restos de tecido, restos de madeira.

O Governo Municipal de Porto Alegre apresenta uma posição privilegiada no debate público sobre a questão do lixo por ser ele um dos grandes veiculadores do tema, desenvolvendo políticas públicas que possuem um alto grau de visibilidade. Para Oliveira (1995), pode-se dizer que houve uma institucionalização, por parte do DMLU, de um referencial ambientalista que passou a exercer um papel de diretriz orientadora da ação governamental na área de limpeza urbana, o qual visava construir uma nova imagem para os serviços de limpeza urbana além de um novo status hierárquico dentro do quadro dos serviços administrativos.

Através de sua pesquisa, Oliveira (1995) considera que a partir da metade da década de sessenta pode se perceber uma associação entre questão ambiental e problemas oriundos da produção e tratamento do lixo. Para o autor, esse período se caracteriza como marco temporal, assinalando o surgimento de uma “ecologização” de serviços e de um referencial ambientalista ligado à limpeza urbana. Até então, os referenciais dominantes nesse âmbito eram saúde pública e saneamento do meio, logo, o “problema-lixo” era visto conforme essas categorias e não como um problema ambiental, da mesma forma que a limpeza urbana consistia em um serviço através do qual se fazia o controle da higiene e salubridade da cidade.

É a partir de meados da década de 60, que a noção de lixo, como um “problema ambiental”, começa a se fazer presente cada vez mais nos relatórios anuais do serviço de limpeza urbana de Porto Alegre. Ao que tudo indica, esta redefinição do problema-lixo não se deu de maneira imediata nem também em contraposição ou negação à antiga noção de “saneamento do meio”. Todavia, a partir deste período, verifica-se uma certa mudança tanto na definição do papel dos serviços de limpeza urbana quanto das fronteiras institucionais destes com o chamado “ambientalismo de Estado” (Oliveira, 1995:178).

A emergência dessa visão coincide com o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX, sendo um dos fatores relacionados ao processo de ambientalização mencionados em Lopes (2004; 2006). De acordo com o autor, esse fenômeno teria sido desencadeado pela conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) de Estocolmo em 1972, cujo tema era o meio ambiente⁴⁷.

⁴⁷ No Brasil, esforços nesse sentido foram promovidos ainda no regime militar, em 1981, com a sanção da lei sobre Política Nacional de Meio Ambiente. A promulgação de uma nova Constituição Federal em 1988, incluindo um capítulo sobre meio ambiente, a conferência sobre Meio Ambiente da ONU no Rio de Janeiro, em 1992 (chamada Rio-92 ou Eco-92) e a criação de uma lei que prevê crimes ambientais e fortes penalidades para

3. O DMLU e a Vila dos Papeleiros

De acordo com DMLU (1993), os catadores se diferenciam dos papeleiros porque “vivem da exploração do lixo, quer em lixões ou associações organizadas”, e os papeleiros são aqueles que “perambulam pela cidade com seus carrinhos que, na maioria das vezes, pertencem aos donos dos depósitos para os quais eles trabalham”. Conforme o DMLU, a organização dessas pessoas “que cumprem um importante papel do ponto de vista ambiental” era necessária não só para “reverter o processo de exploração que este tipo de mão-de-obra sofre”, mas também para “evitar os problemas causados pela triagem de materiais nas vias públicas, em parques ou embaixo de viadutos e pontes”, locais usualmente utilizados pelos papeleiros⁴⁸.

Assim, no plano de urbanização da Vila dos Papeleiros constava também a criação de duas Unidades de Triagem próximas ao Loteamento destinadas especificamente para o emprego da mão-de-obra dos moradores. No entanto, o modelo proposto pelo DMLU não foi considerado adequado por parte dos próprios moradores, principalmente por aqueles que possuíam meios próprios para aquisição e coleta de resíduos, pois nas Unidades os papeleiros fariam unicamente a triagem do material obtido com a Coleta Seletiva. Segundo DMLU (1991), essa seria uma forma de se proporcionar melhores condições de trabalho aos papeleiros que manuseariam um material mais limpo, possibilitando também a realização de um trabalho cujo objetivo era desenvolver a noção de coletividade entre eles.

A organização dos papeleiros está baseada na autogestão dos papeleiros, livrando-os do jugo dos donos de depósitos, e permitindo que comercializem diretamente com as indústrias. A triagem dos materiais deverá ser realizada em galpões, acabando com o individualismo e favorecendo o espírito cooperativo, para que na hora da venda, sejam alcançados preços mais elevados (DMLU, 1993).

A visão de que a organização dos papeleiros deveria ser de forma coletiva e cooperativa se justificava, desde a perspectiva do DMLU, pelo fato de “os papeleiros”, em

esses, em 1998, também reforçaram a constituição do processo de institucionalização do meio ambiente. Por fim, uma série de normatizações derivadas da classificação de substâncias nocivas e procedimentos perigosos, que se transformou em normas federais enquanto resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente em 1996 e 1997 ampliaram a visibilidade do meio ambiente como uma questão pública (Lopes, 2004; 2006).

⁴⁸ Inclusive tal situação tem multa prevista no capítulo VIII (“Dos Atos Lesivos à Limpeza Pública”), Art. 43, inciso II da Lei 234/90. A coleta regular, transporte e destinação final do lixo ordinário domiciliar são de exclusiva competência do DMLU de acordo com o Art.11 da mesma lei, sendo prevista multa para o seu descumprimento. Entretanto na prática, conforme os dados obtidos em campo, em nenhum dos casos as multas são aplicadas.

“quase sua totalidade”, dependerem dos donos dos galpões, o que se caracterizava como “relações de dependência total”.

Na área ocupada pelo assentamento subnormal, existem quatro grandes galpões de resíduos para os quais trabalham a quase totalidade dos triadores e catadores identificados. Há uma relação de dependência total aos donos destes galpões, que em muitas situações além do vínculo da atividade econômica, ainda fornecem a moradia⁴⁹ e a alimentação de muitos triadores (DEMHAB, 2002:32).

A forma como a administração municipal demonstrava entender as relações entre os papeleiros e os donos dos galpões, também os compradores de resíduos, era resultado de uma concepção homogeneizante das relações entre aquelas duas partes, excluindo a possibilidade de enxergar outras relações que não apenas as de dependência. Essa noção do papeleiro como explorado ou subjugado, e do dono de depósito como o explorador, impede que outras compreensões acerca de tais relações possam emergir (o que será tratado mais adiante no capítulo 4).

Houve, então, a elaboração de uma proposta pelos moradores que consistia na criação de um “galpão diferenciado”, um espaço que combinasse o modelo das Unidades de Triagem e outras formas com as quais eles já trabalhavam. A proposta foi implantada, mas sustentou-se apenas por um período. Com o tempo, o galpão diferenciado, localizado na Rua Paraíba, passou a abrigar os papeleiros que coletam através de seus próprios meios, e o outro galpão da Avenida Voluntários da Pátria, construído logo depois, passou a funcionar exatamente como Unidade de Triagem de acordo com o modelo do DMLU.

3.1 Na AREVIPA

A Vila dos Papeleiros possuía há alguns anos uma Associação chamada AREVIPA (Associação dos Recicladores Ecológicos da Vila dos Papeleiros), a qual não mudou de nome mesmo com a construção do Loteamento Santa Terezinha. A Unidade de Triagem, fundada há aproximadamente três anos, quando recém iniciadas as obras do Loteamento, possui não apenas o mesmo nome da associação, mas também a mesma direção. Os

⁴⁹ Quanto à “propriedade” das habitações na Vila dos Papeleiros, segundo DEMHAB (2002:31) 157 (77,60 %) construções eram das famílias que moravam ali e 45 (22,40%) eram moradias dos donos dos galpões cedidas para famílias com as quais trabalhavam.

principais responsáveis pela coordenação da Unidade são seu Antônio (presidente), dona Paraguaia (vice-presidente) e seu Jorge (tesoureiro).

Desde que conheço seu Antônio ele é presidente da associação. Antes dele houve um ou dois presidentes, mas depois que ele ocupou o cargo não apareceram outros candidatos, “ninguém queria pegar”. Faz aproximadamente três anos que deixou de puxar carrinho regularmente. Vez por outra ele ainda trabalha como papeleiro, ao contrário de dona Paraguaia e seu Jorge, que desde que entraram para a Unidade, chamada geralmente pelos moradores de “reciclagem”, deixaram de puxar carrinho.

No entanto, é importante mencionar que durante todos esses anos (por volta de sete anos) integrando a associação, não apenas seu Antônio, como também dona Paraguaia, sempre participaram ativamente enquanto lideranças comunitárias nos fóruns públicos onde se discutiam questões sobre habitação popular. Durante anos, os dois reivindicaram melhores condições de moradia para a população fixada de forma irregular na área conhecida como Vila dos Papeleiros, freqüentando reuniões e encontros com políticos locais, órgãos municipais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e também o Orçamento Participativo (OP). Seu Antônio se projetou publicamente na cidade, sendo mais conhecido como “Antônio Papeleiro”, um personagem que diz ter surgido com sua militância. Por causa do trabalho, às vezes não podia comparecer a alguns compromissos relacionados ao movimento popular e quando comparecia, dependendo do horário, tinha que providenciar para que alguém puxasse carrinho no seu lugar. Ele estabeleceu laços e contatos com diferentes grupos e pessoas, e devido a esses, fez uma viagem à França em 2003, convite de uma ONG para participar de um Fórum Regional sobre políticas públicas e participação popular⁵⁰.

A alguns metros do Loteamento está a Unidade AREVIPA. Diariamente, caminhões da Coleta Seletiva vão ao local e desde o lado de fora, despejam suas cargas dentro de uma grande janela onde os resíduos permanecem até serem classificados⁵¹. O espaço ocupado pelos resíduos é delimitado por uma cerca e, na medida em que a triagem vai sendo realizada, os resíduos vão sendo retirados por alguns orifícios na própria cerca. Ao lado de cada orifício há uma mesa, três ou quatro ao todo, onde o material é colocado e os trabalhadores vão

⁵⁰ Alguns relatos de seu Antônio sobre sua militância como líder comunitário estão publicados no livro “Caminhando para um Mundo Novo: Orçamento Participativo de Porto Alegre visto pela comunidade” (Organização Não-Governamental Solidariedade, 2003).

⁵¹ Lixo seco, material reciclável e resíduos sólidos devem ser entendidos como sinônimos. A população em geral se refere com mais freqüência ao lixo seco para distingui-lo do lixo orgânico (restos de comida); material reciclável é mais usado pelos papeleiros, que geralmente dizem apenas “material”; e resíduo sólido é mais recorrente no âmbito institucional, em documentos do DMLU e nas narrativas dos servidores. Porém, utilizarei as três expressões alternadamente para evitar repetições excessivas.

separando tudo⁵². O papel é dividido basicamente em cinco tipos: branco, misto, jornal, papelão e *tetra-pak* (material composto por papelão e alumínio usado, geralmente, em embalagens “longa vida” de sucos, leite, etc.). Das mesas o papel é colocado em grandes bombonas de plástico, o que significa que cada bombona armazena um tipo de papel, e depois todos os diferentes tipos vão diretamente para prensa onde serão devidamente enfardados. São as mulheres, em maior número, que participam da etapa de triagem. Os poucos homens dentro do galpão trabalham, geralmente, na prensa, carregando as bombonas ou realizando outras tarefas que demandem mais força física.

O plástico recebe um tratamento um pouco diferente. Das primeiras mesas vai para outra onde há uma pessoa especificamente encarregada de classificar os cerca de vinte e cinco tipos desse material. Tal pessoa precisa conhecer todos eles para realizar a separação e em caso de dúvida deve recorrer à dona Paraguaia ou a seu Jorge. Se em um fardo de papel branco, que pesa entre cento e cinquenta a duzentos e cinquenta quilos em média, for encontrado um resquício que seja de papel colorido, esse passa a ser avaliado pelo preço do colorido, o qual é significativamente inferior ao do branco. Por isso a necessidade de tanto rigor na classificação. De acordo com seu Jorge, o comprador com o qual trabalham atualmente já “nem revisa mais” os fardos feitos pela AREVIPA, pois já confia no trabalho deles, sabe que “trabalham bem”. Caso não existisse essa confiança, o comprador revisaria fardo por fardo.

Dona Paraguaia disse que estão mais acostumados a trabalhar com “pacote”, isto é, vender todo material para um mesmo atravessador, assim conseguem um preço melhor. Contudo, o vidro (“cacos”), a sucata e o isopor são vendidos fora do pacote, pois nem todos os compradores trabalham com essas três “qualidades”.

Certo dia, presenciei na reciclagem aquilo que, para mim, parecia um atravessador comprando vidro. Havia um caminhão sendo carregado e alguns rapazes que separavam por cor, forma e rótulo um gigantesco número de garrafas, a maioria de vinho. Outro rapaz levava as garrafas para o caminhão. Era uma pessoa que trabalhava para o comprador de vidro, mas ao perguntar se ele “trabalhava para o atravessador”, imediatamente corrigiu-me e disse “micro-empresário”. Pedi, então, para que os diferenciasse. Segundo ele, atravessador é aquele que trabalha de forma “ilegal”. Não sabia disso, usei a palavra por ouvir papeleiros falando com frequência em atravessador e nunca em micro-empresário. Mais tarde, comentei

⁵² A maioria dos trabalhadores não gosta de usar luvas ou qualquer forma de proteção para as mãos, pois acusam a perda de sensibilidade como principal razão, estando, por isso, expostos a qualquer sorte de acidentes decorrente do contato com os resíduos.

a situação com seu Jorge que confirmou: “eles não gostam de serem chamados de atravessador”.

Após o esclarecimento, o rapaz falou um pouco sobre compra e venda de vidro. Disse que determinados tipos de garrafas não são reutilizadas porque foram feitas apenas para uma safra específica de vinhos, não sendo reaproveitadas pelas vinícolas. Essas, “só olhando” para saber quais são. Ele olhou para aquelas que já estavam encaixotadas e foi dizendo os valores de cada modelo. De todos os valores mencionados o mais alto era dez centavos a unidade. Em cima desse valor, explicou que ainda tem o “custo de lavagem e esterilização” de cada uma, um “custo alto” segundo ele. As garrafas em mau estado são quebradas ali mesmo e vendidas como “caco”, por peso, baixando bastante seu preço.

Seu Jorge contou que os compradores com os quais a AREVIPA trabalhava estavam pagando muito pouco não só pelo vidro, mas por todos os materiais, em geral. Disse que o DMLU não se envolve com a venda, pode até fornecer uma tabela de preços, mas cada Unidade escolhe e decide com quem trabalhar. E foi com base numa tabela de outro depósito com preços mais altos, que a diretoria da AREVIPA propôs uma reunião para conversar com seu comprador, o que resultou num “emparelhamento” dos preços. Para seu Jorge, não vale a pena para o comprador perder um cliente que trabalha com grande quantidade de material e que, justamente, pelo fato de ser cliente já conhece o seu trabalho. Além disso, o depósito desse comprador fica quase em frente à AREVIPA, o que torna os gastos com o transporte do material irrisórios. Somando todos esses motivos, o comprador acabou subindo os preços, mas ele “sobe até onde pode”. Conforme seu Jorge, em alguns períodos o preço de certos materiais oscila muito porque essa uma forma de “chamar clientela”. Então, numa semana o preço do papel misto, por exemplo, está alto num determinado depósito e a AREVIPA resolve mudar de comprador passando a vender para esse que tem melhor preço. Mas na semana seguinte esse mesmo depósito pode baixar o preço. Seu Jorge alertou que também pode aparecer um comprador com um preço melhor, mais alto, mas que “tira na balança”.

Todos esses são motivos que aparecem justificando uma relação de clientela entre a AREVIPA, que dispõe de material reciclável para vender, e os atravessadores ou depósitos compradores. Entre as explicações, não somente de seu Jorge, o que aparece como mais vantajoso tanto para quem vende como para quem compra é trabalhar sempre, ou enquanto possível, com as mesmas pessoas, pois assim se abre a possibilidade de negociar e estabelecer algumas vantagens para ambas as partes.

Dona Paraguaia e Seu Jorge avaliam que a renda entre as pessoas que trabalham na reciclagem melhorou depois que duas funcionárias do DMLU passaram a “fiscalizar as

cargas” diariamente. Por conta dessa medida temporária, que iniciou no mês de julho de 2007 (podendo se estender por cerca de mais alguns meses), estavam recebendo de três a quatro “cargas boas” por dia, o que fez com que a renda semanal de cada um passasse de uma média de sessenta reais por semana para cem reais por semana. O pagamento é realizado semanalmente e os rendimentos derivados da venda do material são divididos igualmente entre todos os membros da Unidade AREVIPA. Caso considerem que não estão “ganhando bem”, deixam o trabalho gerando, assim, grande rotatividade.

Em julho de 2007 a reciclagem era composta por aproximadamente vinte e cinco pessoas, mas Dona Paraguaia disse que pretendiam abrir vaga para mais cinco. Entretanto, tal medida depende dos rendimentos alcançados com a venda do material e os rendimentos, por sua vez, dependem das cargas recebidas diariamente, de sua quantidade e qualidade. Pode acontecer de o DMLU mandar várias cargas durante o dia, mas parte dessas ser proveniente da coleta de bairros com população de baixa renda ou de bairros onde há poucos estabelecimentos comerciais, o que significa material de menor qualidade.

De acordo com informações obtidas no DMLU, há um planejamento semanal para que a divisão de cargas da coleta seletiva seja feita igualmente entre todas as catorze Unidades. Entretanto, dona Paraguaia diz que na prática não é exatamente isso que acontece, considera que as relações pessoais estabelecidas diretamente com os membros da diretoria do DMLU influenciam nessa divisão sendo preciso, muitas vezes, reclamar para que a distribuição seja revista. Dona Paraguaia também chama atenção para o fato de que a forma como é realizada a triagem do material não pode ser negligenciada. Contou que antes a AREVIPA não aproveitava bem o material que lhe era destinado simplesmente porque não classificava uma parte dos resíduos, ou, os classificava como “resto” e muita coisa “ia para o lixo”. Atualmente esse quadro mudou, trabalham com vários tipos de material que antes não passavam pela etapa da triagem, como copos descartáveis, sacolas de plástico e outros que por apresentar baixo valor apenas em grandes quantidades tornam-se atraentes para a comercialização.

4. Sobre a atual gestão do DMLU

Após quatro mandatos consecutivos, a Administração Popular não foi reeleita nas últimas eleições municipais (2004) e o partido vitorioso foi o PPS (Partido Popular Socialista). Com isso, uma nova fase se iniciava na administração municipal e muitos dos

projetos e propostas elaborados durante o período da chamada Administração Popular sofreram modificações ou foram tratados a partir de outras perspectivas, como foi o caso de projetos relacionados ao gerenciamento dos resíduos sólidos sendo que o próprio DMLU passou por uma reestruturação.

De acordo com Jairo, atual diretor da Divisão de Projetos Sociais, Reaproveitamento e Reciclagem do DMLU⁵³, o que faltava em relação às Unidades de Triagem era uma “gestão eficiente por parte deles, com relação à comercialização, forma de trabalhar, uma capacitação diferenciada com o tipo de resíduo que eles trabalham”. Uma das primeiras coisas necessárias era “colocá-los de uma forma de que eles são hoje comerciantes, nada mais do que isso. Eles têm um negócio que é rentável, mas se bem gerido”.

Nós procuramos primeiro fazer uma reformulação com relação à quantidade de resíduos que chegava nos galpões. Nós [última gestão] mudamos toda a lógica da Coleta Seletiva porque tinha muita reclamação: a renda é baixa porque não chega resíduo pra nós, ou o que chega é essa renda que dá. Então, nós tivemos que começar a trabalhar com uma forma de mudar essa relação. Nós tínhamos que coletar, quando eu assumi na época os dados que eu tinha era de trinta, quarenta toneladas dia, hoje nós estamos com sessenta toneladas dia. Hoje eu já tenho dificuldade pra onde mandar os resíduos. Todo o dia, final da tarde eu faço um contato com as unidades pra saber se... Como é que tá a situação, se eu posso mandar resíduos. Eu tenho hoje duas unidades que solicitaram que não mandasse resíduos hoje. Então, isso demonstra a quantidade de resíduos que nós estamos coletando (Jairo).

Para Jairo, como os integrantes⁵⁴ das unidades trabalham de forma cooperativada, onde a produção é o que define a renda de cada um, eles deveriam se “envolver” mais com o trabalho para que sua renda pudesse melhorar, afinal, quanto maior a produção maior a renda. Assim, quando chegou ao DMLU, em março de 2005, considerava que “faltava uma forma de gestão”, “uma maneira de trabalhar”, “um envolvimento maior dessas pessoas que trabalham dentro desses galpões. Antes era assim, era um bico: ‘eu trabalho com faxina... [...] se eu tenho uma programada que eu faço há dois meses...’ trabalhavam lá, mas se tivessem uma outra coisa pra fazer...”. Por isso, achava que a relação dos integrantes das unidades com o trabalho é que deveria mudar.

O compromisso do DMLU com as unidades desde a gestão municipal anterior é de coletar os resíduos, entregá-los, retirar o rejeito (aquilo que não é aproveitado), capacitar os trabalhadores. A idéia, desde a concepção do projeto, foi que a gestão interna fosse definida e

⁵³ Vale mencionar que esse é um cargo político, também conhecido como “CC”, que significa “cargo de confiança”.

⁵⁴ Segundo Jairo 80% das pessoas que trabalham nas unidades é composta por mulheres.

executada pelos próprios membros da unidade, que eles mesmos escolhessem o presidente, secretário, tesoureiro, etc. e definissem questões acerca do trabalho. Conforme Jairo essa ainda continua sendo a visão da gestão atual.

Devido ao aumento da quantidade e da qualidade de resíduos, Jairo afirmou que a renda média das unidades tinha alcançado, na época da entrevista, em torno de quatrocentos, quatrocentos e cinquenta reais. Os fatores que levaram a essa elevação da renda, segundo ele, foram o aumento da quantidade de resíduos destinados aos galpões, a melhor qualidade dos resíduos e o cadastramento de grandes “geradores”. Esses consistem em instituições, por exemplo, grandes empresas, que geram consideráveis quantidades de material reciclável e que, por isso, o DMLU solicita sua colaboração em “um projeto social”. Aqueles que estão dispostos a colaborar doam, então, esse material ao DMLU que o destina diretamente para as Unidades. Jairo acha que a colaboração desses grandes geradores é de fundamental importância para a manutenção das Unidades, pois “a gente sabe que hoje a reciclagem se resume em materiais que têm um alto valor [...]: o papel branco, o papelão, a pet e o alumínio. Esses materiais têm um valor diferenciado, bem maior que outros tipos de material”. Segundo Jairo, o resíduo, tecnicamente, é do proprietário até ser colocado na via pública, e a partir disso é que ele passa a ser de responsabilidade do DMLU. Então, acima de uma certa quantidade de resíduos há uma coleta especial pela qual o contribuinte paga uma taxa maior do que pela coleta regular e seletiva, propiciando que os grandes geradores, muitas vezes, acabem comercializando os próprios resíduos.

Para efeitos de comparação entre a gestão municipal passada e a gestão atual, Jairo disse que via no relacionamento com as Unidades de Triagem a principal diferença:

Antes era difícil tu reunir todas as unidades para tu fazer uma reunião, para conversar com relação ao interesse das unidades. Existia conflito de uma unidade pra outra... não existia uma união. Hoje eles já se reúnem entre eles, pra acertar interesses, convênios... Nós nos reunimos uma vez por mês, a gente tem uma reunião com todas as associações e se consegue ter uma convivência. Eu me lembro de uma primeira reunião que eu fiz aqui que foi um horror. Era unidade brigando com a outra, ‘porque o teu lixo é melhor do que o meu... Porque tu só recebe resíduo bom, o meu resíduo é ruim...’ Existia tudo isso, hoje não existe mais isso. As unidades hoje conseguem ter um contato direto. Nós estamos tentando que o objetivo, dentro de uma unidade de triagem, não seja só a separação dos resíduos. Eu acho que uma associação, uma cooperativa pode ir além, pode firmar convênios com instituições, ir em busca de recursos para unidade de triagem, envolver mais essas pessoas que estão desenvolvendo esse trabalho (Jairo).

Jairo afirmou que para “envolverem” mais as pessoas com seu trabalho, “a nossa maneira de administrar essas unidades, esses conflitos de interesses nós conseguimos superar”. E como exemplo, citou a questão do horário de trabalho das Unidades.

Mas tem que ter uma lógica: das oito até o meio dia, das treze e trinta até às dezessete e trinta... Então nós começamos a firmar, porque o quê que acontecia: tu chegava num galpão às nove horas, muitas vezes tinha dois, três catadores, ou seja, nós criamos um vínculo, uma forma organizada que eles fossem considerados como uma empresa, tu entendeu? Que tu tem que cumprir determinadas regras. Eu acho que o cumprimento de regras foi um valor, uma condição importante pra que isso funcionasse. Regras de limpeza da unidade, regras de horário, regras de folga, porque antes não se tinha esse controle. As coisas ficavam, muitas vezes, na mão da coordenação [da Unidade] e tu [DMLU] não tinha... não sabia como é que isso se desenvolvia (Jairo).

Desde a concepção das Unidades de Triagem que a Administração Municipal trabalha com a idéia de “organizar” as pessoas que catavam no lixão, as quais trabalhavam, até então, sem uma organização ou, talvez, segundo outras formas de organização. No entanto, na visão da administração a catação no lixão ocorria de “modo desordenado” e graças a um “intenso trabalho deu lugar à atividade desenvolvida de acordo com critérios de funcionamento, iniciando com o cadastramento dos catadores, regulamentação da entrada, saída e permanência na área, limitação da idade de acesso para catorze anos, e regularização do comércio dos materiais recicláveis” (DMLU, 1993*).

Todo esse processo de organização incidiu numa forma de controle sobre aquelas pessoas que não apenas teriam que trabalhar nos lixões segundo algumas regras definidas pelo DMLU, mas também, mais tarde, dentro das próprias Unidades de Triagem, as quais estão supostamente baseadas em princípios de autogestão. Essa, entretanto, “tem que ter uma lógica”, como disse Jairo, ao menos que seja compatível com a lógica idealizada pelo gestor público e/ou pelo governo.

De certa forma, pode-se dizer que é uma proposta de disciplinamento dos catadores que vai ao encontro do que diz Foucault (1977:135) sobre a disciplina, de que sua “primeira das grandes operações é [...] a constituição de ‘quadros vivos’ que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas”. Para o autor, a disciplina fabrica “corpos dóceis”, “aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (1977:127). O próprio emprego de um horário rígido, medido, com boa qualidade, é uma forma de exercer controle sobre a atividade segundo Foucault.

Para Darci, servidor da prefeitura que trabalha no DMLU, a idéia da Administração Municipal quando concebeu o projeto do Loteamento era fazer “um trabalho de preparação” com os moradores, “uma disciplina da higiene”, senão apenas se “transfere o problema, não se resolve nada”. De acordo com Darci, na planta do projeto estava prevista uma guarita onde deveria ter um guarda municipal que só permitisse a entrada de carros, como foi feito nas casas de passagem, onde “era proibida a entrada de carrinhos”. Isso são “detalhes”, mas “só o fato de haver um guarda na guarita, não faz uma grande diferença, mas que tu sente alguma coisa, tu sente”. Mesmo sem a construção da guarita algumas regras relacionadas à limpeza e organização do Loteamento foram indicadas aos moradores, sendo que entre elas está a proibição da entrada de carrinhos. Contudo, entre maio e junho de 2007 já era possível ver alguns moradores carregando seus carrinhos em frente de casa.

As idéias de organização e disciplina presentes no modelo das Unidades de Triagem — modelo esse que visualiza nas regras uma imagem de funcionamento e sucesso do trabalho e, conseqüentemente, de rendimentos financeiros — que antes não faziam parte da forma de trabalho de muitos catadores é a razão por que muitos não se adaptam, preferindo o trabalho por conta própria ou mesmo o trabalho com carrinho de depósitos. Opinião semelhante manifestou Cléia, servidora da PMPA que trabalhou na Assessoria Comunitária do DMLU e, por isso, durante aproximadamente dois anos, teve contato diretamente com a Unidade de Triagem diferenciada da Vila dos Papeleiros.

[...] a gente apostou muito, principalmente no papeleiro, e eu vou te dizer mais: os que vieram para a Unidade de Triagem, eles vieram porque não tinham outra alternativa, não tinham outra opção. Porque com o incêndio eles perderam os carrinhos, a grande maioria, e inclusive os atravessadores, que eram donos dos carrinhos também. E na verdade a gente nunca conseguiu ter um grande número no galpão, nas Unidades, um grande número de trabalhadores. Acho que o número máximo que a gente conseguiu foi trinta e seis e era muito rotativo, era alta rotatividade (Cléia).

Cléia mencionou ter percebido “uma idéia de liberdade” entre os papeleiros que considera estar relacionada com o próprio jeito de viver e trabalhar dessas pessoas, por serem “trabalhadores informais devido a questões de escolaridade, falta de vínculos afetivos, emocionais...”. Disse que muitos até têm famílias, “mas são famílias desestruturadas por questões de drogas, alcoolismo... por falta de esperança até, também, por abandono social, abandono da família, abandono do estado, abandono da sociedade...”. Trata-se de uma questão relativa à forma de trabalhar já que “numa associação ele vai receber no mínimo por

quinzena, ou por semana. E no carrinho ele já recebe há todo momento. Ele dá uma volta, enche o carrinho... e já trabalhando nesse trabalho coletivo, talvez esse ganho seja semanal”.

Além de uma desvantagem em termos de rendimentos, Cléia também falou de um “padrão comportamental” definido como ideal para se trabalhar dentro do galpão, o que para um papelero que trabalha por conta própria é definido, ou não, por ele mesmo. De acordo com as falas de alguns papeleros, existe a idéia de um comportamento desejável para a formação de uma imagem positiva do próprio trabalhador. No entanto, a diferença é que essa imagem pode ser construída e manipulada por ele mesmo da forma que acha que mais lhe convém. Assim, as possíveis penalidades que possa vir a sofrer por não trabalhar segundo um ideal, construído por ele próprio, são apreendidas na prática podendo ser expressas mais na forma de desvantagens em relação aos resultados do seu trabalho do que em termos de sanções.

E também aquela idéia de liberdade porque o quê que acontece no galpão? O galpão cria as suas normas e a suas leis, tu tem um estatuto, tu cria um estatuto, tu dá uma regulada nos trabalhos, não pode trabalhar bêbado, não pode trabalhar drogado, tem que manter um certo padrão comportamental dentro do galpão senão tu tá sujeito às penalidades... [...]. Os códigos são criados para o trabalho coletivo e as soluções também. Eles têm direitos e deveres e esses direitos e deveres foram estabelecidos pelos próprios associados, estimulados por nós porque fomos nós que criamos esse galpão. Logo depois do incêndio a gente fazia reuniões sistemáticas, todos os dias tinha reunião e eles ficavam loucos. E a gente os costumou a ter reuniões diárias. E no começo eles se revoltavam muito com esse “blá, blá, blá”, conforme eles, e depois, com o tempo, eles foram participando das reuniões e de repente já emitindo opiniões, argumentos... Eles tiveram aquele cotidiano absorvido (Cléia).

Sobre as trajetórias profissionais dos papeleros, um dos aspectos recorrentes na maioria delas é o fato dos trabalhadores terem alternado muito de atividade antes de serem papeleros. As trajetórias de vida também apresentam elementos similares, sendo um deles o desapego, nas minhas palavras, “uma noção de liberdade”, nas palavras de Cléia, e um “ser andarilho” nas palavras dos próprios papeleros. Narrativas sobre fuga, tanto de casa como do colégio, no caso de terem estudado em colégio interno, compõe com certa regularidade parte dos relatos. Isso está relacionado, segundo Cléia, com a questão das “famílias desestruturadas”, pois ao se fugir de casa jovem, sem pai, sem mãe, “sem alguém que oriente” só se pode “aprender na rua coisas da rua. Tu não tem oportunidade de crescer, de trabalho, a princípio, né? Claro que tu tem as exceções, mas como o nome já diz, são exceções, porque na grande maioria o que a gente vai ver é que...já começa a desorganização

por aí”. Para ela, esses casos de fuga se dão, principalmente, por causa de maus tratos, pobreza, exploração, inclusive sexual. Então a idéia de liberdade que Cléia disse ter percebido entre os papeleiros consiste em “não ter vínculos” com nenhuma instituição, nem com a família, e inclui o “ser andarilho, como eles dizem, ou responsáveis apenas por si mesmos, ou, muitas vezes, nem responsáveis por si mesmos. A gente vê nessa categoria muitos ex-moradores de rua que trabalham com resíduos sólidos”.

Então até os moradores de rua têm como extrair algum recurso dos resíduos, ou ganho... E do morador de rua é que vem muito essa idéia da liberdade. O morador de rua, na verdade, ele é um inadaptado. Ele tá ali pra contestar e, ao mesmo tempo, pra travar um duelo com a sociedade. [...] Os programas para moradores de rua, as casas de passagem, as casas de convivência, a rede que atende moradores de rua, ela é muito ampla. E eles conhecem todos esses espaços e, no entanto, eles não aceitam esses espaços. Preferem ficar na rua, só vão em último caso (Cléia).

Seu Salles mesmo disse que preferia dormir na rua a passar uma noite em um albergue, pois em tais lugares não se é permitido “fazer anarquia”. A preferência pela rua de acordo com Cléia, tem como um dos principais motivos o conjunto de normas que rege os albergues como a hora para acordar que, mesmo no inverno, é por volta das seis da manhã; e a não aceitação de bêbados e drogados.

Conforme Cléia, na Vila dos Papeleiros havia uma “grande rotatividade” dos moradores que, às vezes, precisavam se afastar um tempo por várias razões, uma delas “a perseguição do tráfico”: “agora ultimamente é moda, se o tráfico quiser correr alguém, a pessoa não vai poder fazer nada, vai ter que mudar pra outro lugar ou amanhecer sem vida”. De qualquer forma, é importante salientar que nem todos podem se afastar, depende da forma de trabalho, inclusive porque esses que “migram” muito para outros lugares em função da perseguição do tráfico são, em sua maioria, aqueles que não trabalham como papeleiro.

Voltando à gestão atual do DMLU, o presidente da Divisão de Projetos Sociais, Jairo, falou sobre um convênio que foi assinado com as Unidades de Triagem, em julho de 2006, para um repasse de dois mil e quinhentos reais por mês. O objetivo de tal convênio é disponibilizar recursos para serem utilizados na compra de EPI (equipamento de proteção individual: luvas etc.), manutenção, aquisição de algum bem que seja necessário para executar o trabalho, não podendo ser gasto com a “partilha”. Jairo considera que esse foi um “marco”, “um reconhecimento do trabalho que eles [pessoas que trabalham nas unidades de triagem] desenvolvem com relação ao DMLU e as Unidades de Triagem”. Ele enfatizou que essa não foi uma demanda das Unidades, mas surgiu em função de características da

administração de recursos dentro do próprio serviço público, como a morosidade gerada pelos processos de licitação, etc. Com isso, a partir do momento em que a Unidade tem o recurso disponível ela mesma pode providenciar consertos de prensa, por exemplo, e outros serviços necessários, mas todos os gastos devem ser justificados através de prestação de contas.

Jairo se referiu aos carroceiros e carrinheiros como “a informalidade” e afirmou que “sua tendência é acabar” porque é “desumano ver uma pessoa puxando um carrinho com duzentos, trezentos quilos”. Diante de sua afirmação, perguntei se continuaria considerando a tal idéia mesmo se as pessoas que trabalham dessa forma achassem mais vantajoso puxar carrinho do que trabalhar em uma cooperativa. Ele respondeu que “hoje a realidade é outra”, antes os rendimentos nas Unidades eram muito baixos, mas com o seu aumento muitos carroceiros e carrinheiros estão procurando trabalho nas Unidades. Portanto, “o lixo bem gerenciado não é problema, é solução de problema pra dentro de uma Unidade, com geração de renda, inclusão social...”.

Jairo afirmou várias vezes que o aumento da renda de uma Unidade depende da capacitação dos trabalhadores e formas de comercialização. Já dona Paraguaia disse não saber qual é o “critério” usado para distribuição das cargas de lixo seco da Coleta Seletiva: “eu quero entender porque uns galpões ganham mais lixo, melhor, do que os outros, eu já disse pro Jairo, põe na mesa... fala o que tu pensa”.

Não apenas por considerar desumano puxar carrinho, mas também pela “concorrência” que fazem frente à Coleta Seletiva é que Jairo afirma que “a tendência da informalidade é acabar naturalmente”, pois conta com a “conscientização natural da população” para entregar o lixo seco à Coleta Seletiva e não aos informais.

De fato, entre as diferentes estratégias que carroceiros, carrinheiros, papeleiros lançam mão para coletar material reciclável, está a disputa sobre o lixo seco destinado à Coleta Seletiva. Sabendo do horário que o caminhão da Coleta Seletiva passa pelos diferentes bairros, muitos trabalhadores aproveitam o fato do lixo seco estar à disposição nas calçadas, e passam antes do caminhão recolhendo os materiais mais valorizados. No DMLU, também obtive informações sobre a existência de caminhões piratas da Coleta Seletiva, com modelo e cor parecidos ao dos caminhões oficiais, coletam o lixo seco, o que foi qualificado como “roubo de carga”. Mas nesse caso seriam “empresários do papel”, que possuem recursos para viabilizarem esse tipo de coleta. Em função disso, o DMLU tentou estabelecer contato direto com grandes prédios e condomínios com o objetivo de que o lixo seco fosse entregue

diretamente para o caminhão da Coleta Seletiva do DMLU, devidamente identificado, evitando a ação de interceptadores.

Para Jairo, se não houvesse carrinheiros e carroceiros o DMLU poderia coletar mais de duas mil toneladas por dia, havendo a possibilidade de criação de novas Unidades de Triagem, pois “o que nós não podemos é passar de treze para vinte seis [Unidades] e continuar coletando sessenta toneladas [de lixo seco]. Como nós temos a concorrência, entre aspas, este material me falta para que eu possa criar novos projetos”.

De acordo com Prandi (1978:74) é comum que surja frequentemente “preocupação, por parte dos agentes do Estado, com a população de autônomos precariamente engajada no comércio ambulante”, não propriamente e apenas pela defesa dos comerciantes estabelecidos, mas como “necessidade de pôr fim a uma atividade desprestigiada, que enfeia as ruas e praças onde aqueles fazem o seu ponto de vendas”. Para o autor, esses trabalhadores são vistos como “formas de mendicâncias” que, justamente por isso, devem ser escondidas ou afastadas para as periferias dos grandes centros.

No caso aqui abordado não se trata de vendedores ambulantes, mas de qualquer forma, papaleiros, carroceiros, carrinheiros são ambulantes, pois circulam pela cidade fazendo a coleta e, mesmo que não fossem concorrentes da Coleta Seletiva, são associados a uma imagem negativa para muitos habitantes da cidade, relacionada à sujeira e ao lixo.

Assim, a proibição do trabalho desempenhado por eles, e o seu desaparecimento das ruas — aspecto mencionado por alguns papaleiros que manifestaram receio em relação a essa possibilidade — está estreitamente ligado a uma idéia de organização e limpeza da cidade. Nas ruas, os papaleiros e carroceiros são vistos como problema pelos motoristas e, nas calçadas, a avaliação de muitos, como é o caso de moradores do Bairro Floresta, é de que eles mais sujam a cidade do que a limpam. No momento da triagem do material, se o catador não possuir um espaço específico para desempenhar a tarefa, como algum galpão ou depósito, pode utilizar espaços públicos sob pontes, marquises ou as próprias calçadas. Para tal situação há, inclusive, multa prevista (consta no capítulo VIII, chamado “Dos Atos Lesivos à Limpeza Pública”, no Art. 43, inciso II da Lei 234/90), porém não foi obtida nenhuma informação sobre sua aplicação.

Apesar de notarmos uma certa continuidade dos projetos da Administração Popular, como é o caso do Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos, pela gestão atual da Prefeitura Municipal, é importante apontar um elemento que se constitui predominante em uma delas. A valorização de experiências participativas era uma das principais características da Administração Popular, o que resultava em um espaço de negociação entre o poder

público e os habitantes da cidade em geral. Tal dimensão não teria recebido a mesma ênfase na gestão atual segundo os moradores do Loteamento Santa Terezinha. Uma das formas através da qual essa avaliação se expressa entre eles, é pela freqüente associação que fazem do Governo Municipal passado com os interesses populares, e do Governo Municipal atual com os interesses da classe média, “dos ricos”, “da burguesia”.

Capítulo 3: Sobre relações de vizinhança com o Bairro Floresta

As freqüentes tentativas por parte da Prefeitura Municipal de retirada dos moradores assentados na região da Vila dos Papeleiros, desmanchando casebres e transferindo os moradores para uma região periférica, não resultaram numa solução definitiva, pois algum tempo depois as famílias voltavam, instalando-se novamente no mesmo local. Isso acontecia, principalmente, devido à localização estratégica do terreno, uma região central que é zona preferencial para coleta de material reciclável. O terreno situa-se no Bairro Marcílio Dias, limitado pela Estação Rodoviária de um lado e pela Avenida Sertório de outro, sendo conhecido pela concentração de prédios industriais, garagens de ônibus e depósitos de areia, abrigando poucas residências. O bairro fica às margens do Lago Guaíba, perto do Cais do Porto, e próximo dos Bairros Floresta, Navegantes e São Geraldo. O Loteamento Santa Terezinha, especificamente, construído sobre o mesmo local onde estava assentada a Vila dos Papeleiros, está mais próximo ao Bairro Floresta, podendo ser definida como linha limítrofe a Avenida Voluntários da Pátria. Se estivermos no Loteamento, basta atravessar essa avenida para que estejamos no Bairro Floresta.

O Bairro Floresta, por sua vez, conta com grande extensão e cerca de dezenove mil habitantes. Compreende desde uma área considerada “nobre”, não apenas por seus moradores, mas por habitantes da cidade em geral, até outras áreas que podem ser identificadas como de classe média ou classe média baixa, se considerada a estética das ruas, as condições das casas e prédios, o tipo de comércio, etc. Tal complexidade de padrões e estilos de vida relaciona-se justamente com a construção da imagem do Bairro Floresta. Vale dizer, que ao referir-me *aos moradores*, ou ao Bairro Floresta, não quero dizer com isso, evidentemente, que todos estão incluídos (cf. nota 10). Considero aqui o discurso da ACC (Associação Cristóvão Colombo), que se coloca como o representante oficial do Bairro Floresta, até mesmo porque no momento em que a ACC manifesta uma posição em relação aos seus vizinhos, isso gera um efeito de dimensão pública, ou seja, é uma questão do Bairro, e não apenas uma questão pessoal, dizendo respeito a alguns moradores. Quanto a estas relações entre o Loteamento e o Bairro Floresta, o ponto de partida foi o mal-estar expresso pelos moradores do Loteamento em relação à forma de tratamento de vizinhos do Bairro Floresta para com eles. Essa questão surgiu com grande proeminência no trabalho de campo, conduzindo-me a uma breve incursão na ACC.

Um dos pontos de tensão entre os dois grupos⁵⁵ encontra-se exatamente na definição do local escolhido para a construção do conjunto habitacional. Nesse mesmo local, a ACC tinha planos de construir aquilo que seu presidente chamou de “Parcão do Bairro Floresta”, ao estilo do “Parcão do Bairro Moinhos de Vento”, um dos bairros mais nobres da cidade. Segundo Beto Rigotti, presidente da ACC, o projeto de construção desse espaço, voltado principalmente para o lazer das famílias do seu bairro, estava previsto inclusive no Plano Diretor de Porto Alegre. Ele afirmou que as autoridades responsáveis, em momento algum consultaram os moradores do Bairro sobre a decisão de construir um loteamento popular naquele local. Segundo o presidente, eles nem sequer foram comunicados a respeito, recebendo a notícia da obra através dos meios de comunicação da cidade.

Outro ponto de tensão foi o fato da criação da Unidade de Triagem diferenciada, aquela reivindicada pelos papeleiros, ter funcionado na Rua Paraíba, a qual está localizada no Bairro Floresta. Esse espaço, apesar de não funcionar mais como Unidade de Triagem, continua sendo utilizado até hoje por vários trabalhadores para a triagem do material reciclável por eles coletado e também para o seu armazenamento. Chamado pelos papeleiros de “depósito da Paraíba” ou “galpão da Paraíba”, o espaço é motivo de diversas insatisfações para os moradores do Bairro Floresta, que chamam o galpão de “lixão da Paraíba” e queixam-se da “sujeira”, “ratazanas” e outros inconvenientes causados pelo acúmulo de “lixo”. Recentemente, um pedido de transferência dos trabalhadores desse local, por parte da ACC, foi encaminhado para o DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana), e publicado, inclusive, no jornal da ACC⁵⁶. Entretanto seu Antônio, como presidente da AREVIPA (Associação dos Recicladores Ecológicos da Vila dos Papeleiros), afirmou que não havia qualquer possibilidade de transferência dos papeleiros daquele local, já que se trata de um espaço devidamente providenciado pela prefeitura, cedido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) através de um contrato vigente por um período de vinte anos para o funcionamento de uma Unidade de Triagem.

Com o retorno das famílias para a região após a construção do conjunto habitacional, depois de permanecerem por quase três anos nas casas de passagem, outros pontos de tensão, além dos mencionados anteriormente, começaram a se esboçar entre o Loteamento Santa Terezinha e o Bairro Floresta.

⁵⁵ A fim de facilitar a escrita, será empregada a palavra *grupo* para designar tanto o Bairro Floresta como o Loteamento Santa Terezinha.

⁵⁶ O jornal se chama “ACC em Atividade”, de janeiro de 2007, e tem como primeiro parágrafo: “Realizada no último dia 10 de janeiro a reunião entre representantes da ACC e DMLU para definir as soluções para o problema que a Rua Paraíba e seus moradores vêm enfrentando há dois anos. A entrada de papeleiros e catadores de lixo no antigo depósito de reciclagem do DMLU”.

1. Um relato sobre uma invasão

Depois de ouvir vários comentários dos moradores do Loteamento sobre a forma como eram vistos e tratados pela vizinhança, referindo-se a maioria das vezes ao Bairro Floresta, e de seu Antônio falar que a ACC estava tentando tirá-los da Rua Paraíba, decidi partir para uma investigação empírica sobre o assunto. Alguns moradores disseram que com a transição de Vila dos Papeleiros para Loteamento Santa Terezinha, o tratamento da vizinhança mudou, sendo possível ouvirem um “bom dia” como cumprimento. Mas, ainda assim, os atritos com o bairro vizinho não foram totalmente superados. Então, como não conhecia nenhum morador do Bairro Floresta, procurei diretamente a ACC, sabia que essa instituição teria algo a dizer a respeito. Conheci o seu presidente, que me convidou para participar de uma reunião da ACC cuja pauta era sobre “A segurança no Bairro Floresta”, e, por isso, teria a participação da Secretaria de Justiça e de Segurança do município, a Brigada Militar e a Polícia Civil.

Aceitei o convite e compareci à reunião, que aconteceu no dia 4 de junho às 19:30 horas no Salão Paroquial da Igreja São Pedro, a igreja do Bairro. No caminho, quando parei para me certificar do nome da rua, pedindo informação a um senhor que passava, conheci seu Vladimir. Ele perguntou se eu ia para a reunião. Eu respondi afirmativamente e ele disse que também estava indo. Seu Vladimir quis saber em qual parte do Bairro eu morava. Então, disse imediatamente que eu não morava no Bairro, e que o motivo da minha presença na reunião era outro, a realização de uma pesquisa. Expliquei-lhe brevemente sobre o que tratava e ele foi logo dizendo que sobre “a questão dos papeleiros” dispunha de vários documentos. Peguei seu contato e descobri que ele morava exatamente na Paraíba, ou seja, era vizinho muito próximo, geograficamente, do Loteamento. Passado alguns dias, contatei seu Vladimir mais de uma vez, e, numa ocasião ele me concedeu um “relato” gravado. Já em nossa primeira conversa, disse-me que sua posição em relação ao “problema da Vila” era “radical”, aliás, ele mesmo se considerava “o mais radical” em relação ao tema, tanto que se todos os moradores do Bairro tivessem a mesma posição que ele, acredita que o problema já teria sido sanado.

Seu Vladimir é um senhor de mais de cinquenta anos, proprietário de uma casa no Bairro Floresta há aproximadamente dez anos. Sua casa fica na Rua Paraíba, a poucos metros do depósito que seu Vladimir chama de “lixão”. Ele disse que não era militar, mas prestava serviços técnicos para a Marinha, trabalhava com desenho naval. Afirmou que o depósito na sua rua, quase ao lado de sua casa, lhe causava vários problemas, assim como a própria

vizinhança com o Loteamento. Seu Vladimir é um dos moradores que considera o bairro onde mora nobre, e também por essa razão disse não compreender como aquela população de baixa renda havia conseguido instalar-se definitivamente naquele local, fazendo um “relato” sobre “uma invasão” ocorrida no Bairro entre oito e dez anos atrás.

A princípio umas cinco pessoas vindas não sei da onde, invadiram o terreno da Rede Ferroviária Federal, que é exatamente aqui na Voluntários, que dá bem na entrada aqui da rua Paraíba. Bom, o pessoal [moradores dos arredores] já ficou meio desconfiado com essa invasão porque eles começaram a fazer barraquinhos e tal. Depois de cinco começou aumentar pra dez, depois quinze, quinze barracos, vinte barracos, aquilo foi aumentando... Nós alertamos a Prefeitura, alertamos a Brigada e aquilo foi aumentando, tá? Já tinha mais ou menos umas cinquenta pessoas com barraquinhas, tudo aquilo bem... de plástico com madeira, papelão, tudo assim. Bom, isso aí começou a aglomerar, gente vindo de tudo que é lugar. Bom, aí houve um abaixo assinado de todos os moradores aqui do Bairro, pedindo para a Prefeitura retirá-los. Foi a primeira ação coletiva do Bairro com relação à invasão; porque é uma invasão, uma invasão de propriedade porque era da Rede Ferroviária o terreno. [...] a Prefeitura mandou retirar, veio um pelotão da Brigada, teve um pessoal todo da Polícia Civil [...], não sei para onde levaram o pessoal, eu sei que limpou. Colocaram só um arame farpado em volta, não colocaram segurança [...] e aí eles voltaram de novo. Cortaram o arame farpado, entraram, aí com mais gente, eu acho que era umas cem pessoas, por aí, e foi um negócio de invasão mesmo, aí com barracas, com tudo, crianças, mulheres. Bom, aí nós alertamos de novo, começamos a fazer uma ação de novo junto à Prefeitura... (seu Vladimir).

Essa “ação” foi considerada por seu Vladimir uma “reação espontânea dos moradores do Bairro, principalmente aqui no contorno que eram os mais atingidos”. Para ele não haveria problema se essas pessoas “ficassem quietinhas reivindicando uma terra pra elas ou uma casa, mas só que eles faziam uma ação no Bairro de destruição”. Essa, segundo ele, inclui roubos nas residências “a noite toda” e “assaltos a senhoras idosas”. Contou que o Bairro continuou tentando remover os “invasores” do local, mas “como o PT (Partido dos Trabalhadores) estava no governo, e o PT era favorável a eles, foi muito difícil o diálogo com a Prefeitura”.

Porque eu sou contra alguém que invade um terreno particular ficar com aquele terreno que ele invadiu porque isso aí é um mau exemplo pra sociedade, enfim, pra qualquer pessoa. Mas o PT era favorável a isso. [...] o problema é que houve uma reação muito pequena do Bairro. O Bairro começou a ir desistindo de uma reação mais forte. E só quem começou a participar das reuniões, a reagir, foi o pessoal aqui do contorno que estava sendo mais atingido. O pessoal mais afastado, da [rua] Cristóvão Colombo, daquela zona ali, ficou mais ou menos, a coisa foi amortecendo. E eles [moradores da Vila] foram criando força. Foram aglutinando mais gente,

mais gente, e ficou assim, praticamente tudo aqui uma super favela, um negócio, assim, medonho. Teve tiroteio, teve morte, teve...invasões... Essa rua aqui era uma rua que tinha várias empresas, várias fábricas, bares, restaurantes... Tudo foi fechando. [...] pessoas começaram a querer vender as casas, inclusive eu quero vender a minha casa também, sair daqui. [...] tem um pessoal que circula 24 horas por dia, à noite tem tráfico de drogas, que é um ponto importante também, que a droga rola solto na Vila. Isso aí já foi constatado, já foi...já teve a polícia aí, já teve a brigada, já prenderam, vários já foram presos...tudo da Vila dos Papeleiros. São pessoas que, já foi comprovado, que moram na Vila dos Papeleiros, que são traficantes de drogas, à noite vão assaltar aqui nos bairros, saem pra roubar carros, vídeo cassete dos carros... [...] Então houve um conflito geral, tá... [...] ...isso aí levou uns oito, dez anos, aqui ficou tudo desvalorizado, essa zona aqui. Eles têm o sindicato que defende eles, só que eles não vêm esse nosso lado, eles só vêm o lado deles, coitados, que tão precisando, tudo... Tá, eu acredito que sejam, digamos, 20% sejam de trabalhadores, mas 80% não são. São pessoas que vivem do roubo, do tráfico, que são os que mandam na Vila (seu Vladimir).

Partindo do relato de seu Vladimir e com base em algumas considerações de Norbert Elias e John Scotson em “Os estabelecidos e os *outsiders*” (2000) sobre a comunidade com nome fictício de Winston Parva, onde os autores se debruçam com o objetivo de descobrir porque alguns grupos têm mais poder que outros, serão traçadas algumas reflexões acerca das relações entre os dois grupos: Loteamento Santa Terezinha, antiga Vila dos Papeleiros, e Bairro Floresta.

Os moradores do Bairro Floresta são, de certa forma, os estabelecidos, pois fundam sua distinção, em parte, em um princípio de antiguidade, e por causa disso consideram ter mais poder. Já os moradores do Loteamento, enquanto “recém chegados”, são os *outsiders* porque a eles são atribuídos estigmas associados com delinquência e violência como no caso estudado pelos autores (Elias e Scotson, 2000). Nesse contexto, o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo *outsider* “as características ‘ruins’ de sua porção ‘pior’”. E o contrário também acontece quando a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se “modelar em seu setor exemplar, mais ‘nômico’ ou ‘normativo’” (2000:23). Ao referir-se a uma minoria dos moradores do Loteamento como “trabalhadores”, seu Vladimir incorre numa “distorção *pars pro toto*, [...] há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é ‘bom’ e que o outro é ‘ruim’” (2000:23).

[...] fizemos várias reuniões da Associação de moradores sobre a construção da Vila. Então o DEMHAB, o órgão que construiu a Vila, fez uma reunião conosco lá na associação, onde ele expõe o problema do pessoal, que eles precisam casa pra morar, tudo. Tá, é uma questão de caridade que eu vejo, ótimo, vamos fazer. Mas eu, todo Bairro concorda com isso, que se deve dar casas pra eles, mas só que quanto ao local, local

errado. Tem sim que construir casa pra eles em local adequado para eles, na posição deles que são pessoas que não estão habituadas a um bairro... O Bairro Floresta é um bairro nobre, tá? Eles não têm nada a ver com o nosso Bairro, eles são estranhos ao Bairro, eles não criaram aquele entrosamento com o Bairro como alegou o pessoal do DEMHAB. A gente fez uma reunião, o DEMHAB disse “não, eles estão entrosados com o bairro, isso aí é um indício de que eles podem morar aqui”. Mas isso não é verdade, o Bairro não concordou com isso aí, eles não estão entrosados com o bairro, eles não têm nada a ver com o Bairro, eles são excluídos do Bairro, tanto é que você viu na reunião lá, que o Bairro é todo contra a Vila. Então o nosso parecer é que eles deviam ter construído casa pra eles num local mais apropriado pra eles, num bairro mais afastado, onde eles estivessem à vontade, não houvesse esse conflito que há e haverá sempre, não tem jeito (seu Vladimir).

Vale lembrar que essa noção de “nobreza” não é um atributo do Bairro Floresta em sua totalidade, pois, dependendo de seu entorno, uma dada localidade tende a tomar um aspecto mais popular. Acredito ser justamente essa a situação da Rua Paraíba, que se localiza entre as avenidas Farrapos e Voluntários da Pátria, zonas tradicionais de prostituição em Porto Alegre, o que é anterior à construção do Loteamento. O próprio seu Vladimir reconhece que há quarenta anos a Farrapos é uma “rua de boates” e “prostituição de rua”, entretanto, as prostitutas não causaram tantos problemas como os travestis porque “elas ainda andam de roupas, então não causam tanto impacto, não é uma agressão”. Para ele, “uma coisa atrai outra” e cita o caso do motel localizado na sua rua, quase em frente a sua casa: “depois da inauguração as prostitutas vieram para a nossa rua, antes na nossa rua não havia prostituta”, e considera a possibilidade de algumas viverem nas redondezas, mas não saberia dizer se são moradoras do Loteamento. “A zona já estava meio desgastada e com a Vila isso foi reforçado”, disse ele, considerando, por isso, sua rua e o lugar onde mora, especificamente, como um dos pontos mais atingidos devido à grande proximidade com o Loteamento.

Elias e Scotson fazem referência à idéia de superioridade que assumem os membros de grupos mais poderosos que outros, pensando a si próprios como “humanamente superiores”. Os autores se referem também ao termo “nobre”, que ainda preserva até hoje o “duplo sentido de categoria social elevada e de atitude humana altamente valorizada, como na expressão ‘gesto nobre’” (2000:19, grifos dos autores). Assim, os indivíduos “superiores” possuem o poder de fazer com que os próprios indivíduos “inferiores” sintam-se “carentes de virtudes” (2000:20), o que aconteceu de uma forma um pouco diferente com os moradores do Loteamento. Através da conexão entre o trabalho que fazem e um repertório de temáticas ambientalistas, a partir do qual o lixo torna-se “material reciclável”, “resíduo sólido”, os papeleiros reverterem um dos motivos causadores de estigma, a saber, a proximidade com o

lixo, em uma característica positiva (o que será aprofundado no capítulo 4). Muito embora, no caso específico das relações com seus vizinhos, o trabalho com lixo e o depósito da Paraíba não sejam os únicos fatores que causam o descontentamento dos moradores do Bairro Floresta. A questão do comércio de drogas e a ocorrência de delitos, que os moradores do Bairro relacionam aos papaleiros, também estão entre os fatores de conflito.

Na visão de seu Vladimir, o trabalho dos papaleiros é uma “fachada”, pois as mesmas pessoas que trabalham são aquelas que, segundo ele, praticam roubos e assaltos no seu Bairro. Por isso qualifica os papaleiros como “aproveitadores, sem-vergonhas, oportunistas, ficam se fazendo de coitadinhos”. Se a população da Vila não aceitou moradias na periferia, região que seu Vladimir considera mais apropriada para eles, é porque seu real interesse em permanecer no mesmo local “é roubar o Bairro”.

[...] Quer dizer, a construção da Vila não resolveu nada, eles continuam as mesmas pessoas, entende, não resolveu o problema. Isso é um dado, é um fato, tá comprovado. Agora, o quê fazer? A ação da Associação agora está encaminhando para remover as pessoas que são traficantes, ladrões e substituir por pessoas que são gente de bem, trabalhadores. Eles fazem reciclagem de papel. Mas isso aí pra mim é uma fachada apenas porque o pessoal que sai pra reciclar são geralmente aqueles que assaltam aqui o Bairro, são as mesmas pessoas. Então eu não sei como fazer pra separar quem é trabalhador honesto, quem é a parte que rouba. Se bem que agora eles têm endereço, pode-se chegar lá e... Como houve na outra vila que construíram, eles tão fazendo assim: a Brigada foi lá, tirou os traficantes e eles perderam as casas. E quem vai morar nas casas...são os brigadianos. Tá havendo uma troca. Quem for constatado que é traficante, ladrão, vão perder as casas e no lugar das casas vão dar pra os brigadianos. [I]: Qual é a vila? [Seu Vladimir]: Aqui a vila...saiu no noticiário, saiu na Zero Hora...é a vila...[I]: Lupcínio Rodrigues? [Seu Vladimir]: É, Lupcínio Rodrigues, exatamente. Aquela vila ali foi a mesma questão. Foi uma invasão, construíram as casas, eram, parece também, papaleiros, uma coisa assim, do gênero, e agora tá havendo essa substituição deles por brigadianos. Aqui deve acontecer também a mesma coisa. [...] O relato é esse, eu acho que em síntese é isso que aconteceu todo esse tempo, agora podemos ir aos documentos, têm várias documentações (seu Vladimir).

Por causa de todos esses motivos de descontentamento com os novos vizinhos, seu Vladimir elaborou um “documento” que denominou de “Dossiê Paraíba”. São cerca de duzentas páginas, nas quais reuniu muitas “provas” durante anos sobre todos os transtornos aos quais considera estar suscetível morando tão perto do Loteamento. O dossiê consiste, basicamente, em recortes de jornais sobre os assaltos e a prostituição na região, sobre “bandidos” que foram presos na Vila e relações com o tráfico de drogas, etc., além de relatos dos moradores do Bairro sobre tentativas de assalto e delitos variados. Há cerca de seis anos

seu Vladimir começou a construir esse dossiê, o qual entregou para a Administração Municipal anterior (2001-2004) e também para a atual (2005-2008), pois se trata de “um documento público e deve ser público, veiculado, foi baseado nos acontecimentos”. Seu Vladimir disse que sempre foi uma pessoa “muito organizada”, “se arma de documentos para poder provar”, e demonstrou frustração em relação ao resultado dos diálogos com a Administração Municipal passada, que era do PT, pois o “PT era favorável a eles”.

Bom, como o PT tava no governo, o PT não ouviu o Bairro, não ouviu a Associação, não ouviu os moradores do Bairro, eles impuseram. Isso aí foi imposto, não sei como é que eles conseguiram aprovar na prefeitura a criação da Vila aqui, a construção da Vila, foi uma coisa feita por eles, da prefeitura, com o desacordo do Bairro. O Bairro foi contra. E eles fizeram uma coisa totalmente fora do padrão normal que se deve fazer, que é ouvir o Bairro. Tá, então isso aí é um conflito, tanto é que o PT perdeu as eleições por causa disso, entende. Foi feita uma campanha contra o PT, nós fizemos aqui, contra a prefeitura e...tanto é que o Fogaça [prefeito eleito em 2004] ganhou, que não é do PT (seu Vladimir).

Para seu Vladimir, “o Brasil está sem lei”, “sem controle”, “uma bagunça”, “depois que o PT assumiu ficou assim, a criminalidade tem aumentado todo o dia, a ação de impunidade aumentou no país gradativamente”. Considera que “antes a situação ainda estava controlada”, pois para ele “PT, comunismo e Fidel Castro são a mesma coisa. E aqui o pessoal da Vila ganhou porque são todos radicais”. Os moradores do Loteamento “não negociam, não pedem, eles exigem, impõem”. Acredita que todos são assíduos às reuniões da Associação (AREVIPA), “se um grita uma coisa, todo mundo vai atrás”. Afirmou que “as coisas se inverteram”, pois o DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação) “só deu coisa pra Vila: creche, jardim...tudo para os bandidos, nada para nós”.

No caso dos *outsiders* de Winston Parva, estavam enfraquecidos justamente porque não constituíam um grupo, eram estranhos para os moradores antigos e também entre si. Geralmente, os membros dos grupos *outsiders* são considerados como não observantes de normas grupais e restrições, e sim como “anômicos” (Elias e Scotson, 2000). No entanto, não é o que acontece com os moradores do Loteamento na visão de seu Vladimir, que os percebe como “fortes e organizados”, inclusive, mais do que os moradores do seu próprio bairro, que foram “fracos”. E por isso, segundo ele, possuem poder, conseguindo atingir seus objetivos. De acordo com suas colocações, esse lhe parece um ponto fundamental, e por esse motivo deve ser defendida a transferência e/ou substituição de moradores do Loteamento, que não se enquadrem na categoria “honesto”, por membros da Brigada Militar e suas famílias, “gente de bem”, assim “não haverá tanta panelinha”.

2. O exotismo dos invasores

De acordo com Elias e Scotson, a censura mais freqüente aos *outsiders* é de que eles são “anômicos”, indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros (2000:27). Os autores indicam a pobreza e a sujeira como “sintomas de inferioridade humana que os grupos estabelecidos mais tendem a identificar nos grupos *outsiders*” (2000:28). E falam, ainda, que “no caso de diferenciais de poder muito grandes e de uma opressão correspondentemente acentuada, os grupos *outsiders* são comumente tidos como sujos e quase inumanos” (2000:29).

Seu Vladimir se refere não apenas ao lixo, mas também ao próprio material reciclável como “sujeira”, algo que causa “estranheza”, explicando que “quando aparecem pessoas diferentes do nível que você vive há um constrangimento com relação ao jeito que eles vivem”. Disse que ficou sabendo que “eles não sabem usar o banheiro”. E, por essas razões, seu Vladimir considera os moradores do Loteamento como “praticamente seres não civilizados”. Ele disse também que, no período em que os papeleiros estavam nas casas de passagem, foi “esse tipo de coisa que o DEMHAB e o DMLU ensinaram a eles, deram educação para eles aprenderem a como morar numa casa”.

O pessoal morando no lixo...sentem uma diferença porque eles vêm pessoas morando bem e eles ficam mais agressivos, ficam com ódio. Eles morando bem, em casas boas, praticamente como as nossas...eles estão agora mais sorridentes, amáveis, param para falar conosco; a aparência deles tá melhor, se vestem melhor...É a mesma coisa que o índio que está começando a ficar civilizado, eles estão ficando civilizados. A gente tenta tratar como cidadão, cumprimentando, dando bom dia.... (seu Vladimir).

Além de seu Vladimir comparar os moradores do Loteamento a “índios que estão começando a ficar civilizados”, acha também que eles devem ser “catequizados”, que a Igreja Católica deveria fazer uma “ação mais profunda”, “catequizar mesmo”, dar “aulas de religião”, porque a religião “fortalece os princípios morais”. Segundo ele, a religião fornece certas “ferramentas que controlam a ação da pessoa, que, por exemplo, não vai roubar na presença de Deus”. E critica a assistência prestada por algumas igrejas próximas da localidade: “Só dar rancho não resolve, tem que ter um investimento espiritual, o que é fundamental para eles subirem na vida, subir na moral”.

A idéia de que existe uma espécie de “evolução” possível para aqueles moradores que não são “maus elementos” parece tranquilizar um pouco seu Vladimir. Ele vê na

“catequização” dos papaleiros, na convivência desses com os membros do seu Bairro, assim como nas novas condições de moradia, uma possibilidade de tornarem-se “cidadãos” e “até viverem em harmonia”, mas sempre deixando claro que isso não significava que concordasse com a localização do Loteamento. “A nossa posição não é mais retirar eles daqui, é fazer com que eles melhorem de vida porque se eles melhorarem nós também melhoramos. A nossa tática é essa, é diferente. Fazer um núcleo unido, um Bairro só”. Ao falar “nossa posição”, “nossa tática”, seu Vladimir se refere aos moradores do Bairro Floresta cuja residência está estabelecida mais próxima ao Loteamento, que cogitam, inclusive, a possibilidade de fazer uma outra associação separada da ACC. “Os moradores lá de cima” aqueles que moram na parte nobre do Bairro, “estão com a idéia atrasada, de tirar eles [moradores do Loteamento] daqui. Já nós estamos com uma idéia bem avançada”, “tirar os maus elementos” e deixar só os “trabalhadores honestos”.

Parte das avaliações negativas a respeito dos papaleiros, emitidas tanto por moradores do Bairro como, eventualmente, por demais habitantes de Porto Alegre, estão predominantemente relacionadas à simbologia negativa do lixo⁵⁷, em muito devido aos perigos que ele representa. A associação da sujeira com a desordem, e conseqüentemente sua conotação “perigosa”, foi feita por Mary Douglas em “Pureza e Perigo” (1976: 12), onde afirma que “a sujeira é, essencialmente, desordem”, não havendo “sujeira absoluta”. Por isso, a percepção do espaço que compunha a Vila dos Papaleiros também como um lugar desordenado, sujo e perigoso influenciou na decisão do poder público de urbanizar a área.

Para Bullard (2000), um determinado assunto tende a ganhar potência política quando associado a problemas ambientais podendo ser visto, inclusive, como ameaça à saúde pública⁵⁸. Esse é, por excelência, o caso do lixo que além de ser tratado como um problema ambiental pela PMPA pode, também, ser rapidamente associado a insetos, doenças, higiene, saúde, saneamento, etc., constituindo-se numa ameaça à saúde pública.

Entretanto, mesmo com a separação entre local de trabalho e local de moradia propiciada pela urbanização da Vila dos Papaleiros, e com a criação de espaços específicos para armazenamento de materiais recicláveis e trabalho dos papaleiros, os vizinhos do Bairro

⁵⁷ As representações predominantes no senso comum expressam noções negativas através de definições do lixo como: “qualquer objeto sem valor ou utilidade, ou detrito de trabalhos domésticos, industriais etc. que se joga fora; coisa ordinária, malfeita, feia; pessoa sem qualquer dote moral, físico ou intelectual; a camada mais baixa da sociedade; escória, ralé [...]”, (Houaiss, 2001).

⁵⁸ Em sua pesquisa, Bullard (2000) trata da luta de americanos negros por justiça social em relação à moradia, pois áreas residenciais de populações negras são mais facilmente transformadas em espaço de armazenamento de resíduos tóxicos, poluição industrial ou outros tipos de resíduos que ameacem a saúde dessas populações.

Floresta reivindicaram a retirada dos trabalhadores do galpão da Paraíba⁵⁹. Essa atitude dos vizinhos remete ao caso da mineração a céu aberto na Grã-Bretanha, onde os moradores de áreas residenciais próximas a áreas de mineração desse tipo passaram a protestar publicamente contra tal atividade emergindo, assim, um novo tipo de militante: a classe média (Beynon,1999). Esse tipo de militância foi exercido pelos moradores não só do Bairro Floresta como também de outros dois bairros próximos, Navegantes e São Geraldo, depois do segundo incêndio na Vila dos Papeleiros, quando seus moradores desabrigados precisavam de alojamento em um pavilhão das redondezas e os moradores daqueles bairros protestaram contra, atitude essa traduzida como “voz de repúdio” na matéria feita pelo jornal de maior circulação do estado (RS):

Das caixas de som, instaladas em frente ao local que deverá acolher os desabrigados pelo incêndio, reverberava a preocupação de a medida contribuir para o aumento da criminalidade. Além do aparato eletrônico, foram levados cartazes para o ato que reuniu cerca de cem moradores e empresários na manhã de ontem. Uma das faixas ilustrava o motivo do impasse preconizado pelos manifestantes: é uma questão social, e não de preconceito. A presidente da Associação dos Amigos do Bairro São Geraldo [...] justifica: “Já sofremos com a violência, os alagamentos e a prostituição. A prefeitura, em vez de resolver esses problemas, nos joga mais um nas mãos” (Zero Hora, 03/04/2004).

Mas na mesma página do jornal, bem no meio da mesma notícia, havia um espaço quadrangular que dizia: “Contraponto”. Abaixo, constava a opinião de um dos secretários municipais então, afirmando que as famílias, cinquenta das mais de noventa desabrigadas, seriam mantidas no local por no máximo noventa dias, só até as casas de passagem serem finalizadas. E a nota acabava com a seguinte afirmação do secretário: “A preocupação deles [manifestantes] é compreensível, mas exagerada. Trata-se de pessoas trabalhadoras, e serão muito bem assistidas”.

3. Os problemas do Bairro

Na reunião organizada pela ACC para discutir a segurança do Bairro, diversos moradores apresentaram queixas e reclamações sobre os “problemas do Bairro”. Entre eles, a

⁵⁹ Vale destacar que a maioria das Unidades de Triagem encontra-se em áreas periféricas da cidade, e as que se localizam em regiões centrais estão mais distantes de áreas residenciais do que o galpão da Paraíba.

Vila dos Papeleiros apareceu por diversas vezes como “o problema” ou associada aos problemas.

Um dos moradores afirmou que depois do incêndio, ocorrido aproximadamente três anos atrás, desde quando os moradores da Vila foram transferidos para as casas de passagem, “era tudo uma tranquilidade” no Bairro Floresta. Os problemas teriam recomeçado depois que “eles voltaram”, “agora não dá nem para ir ao supermercado”. Para ele, só vinte por cento da população do Loteamento tem “salvação” e isso, segundo ele, foi uma afirmação de pessoas que trabalham na FASC (órgão de assistência social do Estado do Rio Grande do Sul que presta assessoria aos moradores do Loteamento), pois “nem a polícia entra lá dentro [de tão perigoso]”. Outro morador complementou dizendo que “é preciso união, caso contrário, tem vila que vai invadir o bairro”.

O visível descontentamento de outro morador com os “invasores” do Bairro, não apenas os papeleiros, mas também travestis e prostitutas foi expresso na seguinte colocação: “tem muita gente nesse país que se preocupa com as minorias, e quem vai se preocupar com as maiorias?”. Essa noção de inversão foi freqüentemente trazida à tona pelos moradores do Bairro Floresta. Tanto na fala de seu Vladimir, como na fala do presidente da ACC e de outros moradores nessa reunião, isso aparece como uma formulação que manifesta certa indignação com a ordem das coisas, no sentido de preferência, de prioridade, do que deve vir primeiro.

Uma moradora deu um exemplo que também expressa uma noção de inversão: “Se eu tirar a roupa na rua eu sou presa. Porque então as autoridades não tomam uma atitude com respeito ao trânsito de travestis nus pelas ruas do Bairro?”. Outro exemplo revelador nesse sentido: “Os marginalizados somos nós, fechados, rodeados por grades... É uma filial [a Rua Emancipação, próxima a Avenida Farrapos] da Vila dos Papeleiros e está prejudicando todo mundo”. A moradora estava se referindo ao agrupamento de catadores de lixo e/ou moradores de rua (dá para perceber que são coisas indistinguíveis para ela) na Rua Emancipação, alegando que essas pessoas se apropriaram de tal forma da rua que “não dá nem pra passar”, acrescentando que muitos ficam se drogando, “se picando”.

Diante de tais intervenções dos moradores ficou visível não só o quanto eles se sentem impossibilitados de saírem de casa ou transitar pelas ruas “com segurança”, mas como esse sentimento de impossibilidade está associado ao incômodo de compartilhar espaços públicos (dos quais falam como se fossem donos) com pessoas que antes não se apropriavam de tais espaços tanto quanto eles, ou não da mesma forma. O incômodo maior parece ser causado justamente por essa situação de inversão, onde *outsiders* passam a agir

como estabelecidos, sem intimidar-se. Não se escondem e/ou não estão escondidos, ao contrário, sua visibilidade aumentou. Para seu Vladimir “agora o Bairro todo está percebendo a ação da Vila. É como um câncer, no começo não se percebia porque era pequenininho. Aí aumentou porque eles se sentem mais à vontade”.

Com isso, voltando a Elias e Scotson, talvez a capacidade de estigmatizar do grupo que se supunha mais forte, tenha diminuído. O próprio reconhecimento por parte dos moradores do Bairro da existência de entidades que se “preocupam com as minorias”, pois “travesti e prostituta têm associação”, ao mesmo tempo que lhes provoca um certo desgosto lhes causa também uma espécie de preocupação que mobiliza, ou pelos menos, reforça sua percepção de que uma “união” é necessária para que consigam “lutar” e, principalmente, “vencer”.

Entre as queixas e reclamações dos moradores do Bairro está presente uma dimensão moral. Inclusive a noção de “imoral” foi questionada por uma moradora que abordou a questão dos travestis e prostitutas, um dos temas onde mais se salienta essa dimensão moral⁶⁰: “Porque somos obrigados a conviver com indivíduos nus, que andam pelados, defecam nas ruas, fazem sexo nas ruas?”; “Existe uma lei que permite que os travestis andem pelados na rua, que permite o comportamento imoral? O que é imoral? Pois parece que isso já é moral”; “Sexo explícito na rua e crianças presenciando: esse não é o tipo de exemplo, de comportamento, para uma criança. É desrespeito com as crianças e constrangimento para os moradores”.

A noção do “mau exemplo” é um indicador do julgamento moral dos moradores do Bairro que conseguem reunir sob ela tanto papeleiros, como prostitutas e travestis. Todos eles têm um comportamento não desejável pelos moradores do Bairro, seja pelo uso de drogas, prática de pequenos delitos, consumo de drogas ou simplesmente por estarem associados à sujeira, fazendo com que o Bairro e, conseqüentemente, seus moradores percam parte do “prestígio” que possuíam, correndo o risco de terem que buscar por “novos espaços físicos e morais” (Velho, 20004:46).

Vários moradores afirmaram reconhecer “a existência de um problema social”, referindo-se ao caso dos papeleiros que precisavam de moradia, mas também afirmam que não se pode “prejudicar noventa por cento do Bairro Floresta por causa disso”. Entre as soluções, e como uma crítica, um morador argumentou que “não se deve transformar uma

⁶⁰ Gilberto Velho chama atenção para o fato de uma acusação de desvio sempre conter uma dimensão moral que “denuncia a crise de certos padrões ou convenções que dão ou davam sentido a um estilo de vida de uma sociedade, de uma classe, de um grupo ou de um segmento social específico” (2004:58).

pessoa que tem dificuldades em catador de lixo, mas se devem ter outros planos para ela”. Além disso, a idéia de que “a cidade nunca esteve tão suja” aparece diretamente relacionada aos papeleiros, e para que esse quadro se modifique “enquanto não se atacar o problema do papeleiro isso não vai se solucionar”. A maior parte desse tipo de reclamação dos moradores do Bairro gira em torno de exemplos de trabalhadores que no momento da coleta pelas ruas “abrem os sacos de lixo” e “tiram o que eles querem, e o que eles não querem deixam ali, espalhado na calçada, sujando tudo”.

Em uma conversa com o presidente da ACC, Beto Rigotti, também vereador de Porto Alegre, eleito nas últimas eleições (2004) pelo PP (Partido Progressista), várias percepções manifesta pelos moradores do Bairro a respeito dos moradores do Loteamento foram reforçadas. A primeira delas foi o problema do “lixão” da Rua Paraíba, o qual coloca em “risco” a saúde dos moradores do bairro por causa de “ratazanas” e insetos atraídos pela “sujeira”, “aquilo que existe ali é um lixão, é só ir lá para ver”, disse ele.

O segundo problema ressaltado pelo presidente foi o fato dos moradores do Loteamento não pagarem impostos e, mesmo assim, ganharem casas da prefeitura. Isso é um “problema” porque os moradores do Bairro Floresta pagam impostos “tipo A, o mais caro do município”, de acordo com ele, sendo o Bairro com o qual a prefeitura “mais arrecada” porque concentra muitas empresas e estabelecimentos comerciais que pagam diversos impostos. Novamente apareceu a idéia de inversão, quando o presidente se referiu a uma desproporção nos investimentos feitos pela prefeitura no Bairro, dizendo que esse quadro poderia ser mudado através da exigência dos moradores.

O presidente da ACC, da mesma forma que outros moradores do seu Bairro, falou sobre o aumento da “criminalidade” depois que a “Vila voltou”. Disse que “não tem como provar, mas os moradores notaram”. Diante disso “o problema é que um dia essa Vila vai ser como uma Lupicínio Rodrigues⁶¹, só vai dar para entrar armado, a Lupicínio é assim, basta ver na TV”. Beto Rigotti diz que “é fácil falar de boa convivência quando não é na porta da tua casa”, então “o mais fácil para nós seria contratar uns jagunços para dar um susto neles ou incitar os moradores do Bairro contra a Vila Santa Terezinha porque assim talvez até invadissem a Vila, mas não é assim que fazemos as coisas nesta casa”. Em vez disso, afirmou estar tentando “negociar” e “acalmar os ânimos”.

Na visão de seu Vladimir, a forma como os moradores do Loteamento vivem é “diferente” daquela dos moradores do Bairro, e isso lhe causa uma sensação de “estranheza”

⁶¹ O Condomínio Lupicínio Rodrigues foi um dos primeiros conjuntos habitacionais populares a ser construído numa região central da cidade, empreendimento esse realizado durante a gestão da Administração Popular.

e “constrangimento”. Para o presidente da Associação “essas pessoas vivem em mundos diferentes do teu e do meu, podemos compreendê-las, mas não fazem parte do nosso mundo”. Diante dessa afirmação podemos retornar a Elias e Scotson, que chamam atenção para o estigma social atribuído aos *outsiders* transformar-se, na imaginação dos membros do grupo estabelecido, num estigma material, sendo coisificado. O ponto central dessa operação é que através dela “o grupo estigmatizador é eximido de qualquer responsabilidade: não fomos *nós*, implica essa fantasia, que estigmatizamos essas pessoas e sim as forças que criaram o mundo”, colocando um sinal para “marcá-las como inferiores ou ruins” (2000:35). Por um lado, na fala de seu Vladimir, aparece uma possibilidade dessas pessoas “diferentes” se “civilizarem”, como o caso citado por ele de um ex-papeleiro que está trabalhando como segurança em uma empresa do bairro Floresta, o que “foi uma evolução” para ele. De outro lado, a afirmação de Beto Rigotti de que podemos “compreendê-los”, mas não fazem parte “do mesmo mundo que nós”, acentua ainda mais qualquer tipo de diferença que exista *neles* e entre eles e nós, não deixando claro se há possibilidade de, um dia, fazerem parte do “nosso mundo”.

Para o presidente da Associação uma possível solução seria “alguém” se responsabilizar pelos danos que a comunidade do Bairro Floresta sofreu desde a fixação dos moradores do Loteamento, e por aqueles que ela ainda possa sofrer: “Os moradores se queixam de assaltos, da criminalidade... quem vai pagar por isso? Alguém tem que assumir a paternidade”. Segundo ele, nem a Administração Municipal anterior nem a atual reconhece como “seu” o empreendimento. Beto afirmou que não estava nada previsto no Projeto Entrada da Cidade, nem sequer na maquete do projeto, onde afirma que até hoje não consta a construção do Loteamento, mas sim o Centro de Convenções e o Parcão.

4. Desde o Loteamento

Seu Antônio, diferentemente de seu Vladimir, diz que na “sua” comunidade existem sim “ovelhas negras, mas em toda família tem uma” e faz questão de salientar que a maioria dos moradores é formada por trabalhadores. Para ele, os usuários de drogas que se aglutinam nas esquinas da Voluntários da Pátria e as prostitutas que fazem “ponto” nos arredores do Loteamento prejudicam a imagem do próprio Loteamento, pois muitos deles “não fazem parte da nossa comunidade, mas quem não sabe pensa que sim. Mas eles acham que a gente tendo casa pra morar ia andar pelas esquinas, por aí, na rua?”, perguntou seu Antônio.

Além disso, seu Antônio também citou uma “casa de convivência” e um “albergue municipal”, ambos localizados a poucas quadras do Loteamento, onde moradores de rua, principalmente, passavam a noite e, ao saírem durante o dia, permaneciam pelas redondezas. Entretanto, reconheceu também o fluxo de pessoas que freqüentam o Loteamento em busca de drogas, mas reforçando sempre que a maior parte da comunidade é composta de “gente honesta”, invertendo a lógica a partir da qual são julgados pelos moradores do Bairro Floresta. Para ele, o que “estraga” o Loteamento são essas pessoas que ficam ao redor ou no próprio Loteamento, que consomem drogas, se prostituem, bebem e não moram lá. Falou também da indesejável presença de compradores e vendedores de drogas, porém, manifestou convicção ao dizer que “um líder comunitário não pode combater traficantes” porque isso significa um risco de vida, e completou dizendo que o traficante de drogas é o único vendedor que “não sai batendo de porta em porta para oferecer seu produto”, mas os interessados é que vão atrás dele, portanto, “as drogas é que devem ser combatidas, não os traficantes”.

A servidora do município, Cléia, falou da existência de “traficantes” no Loteamento, porém, disse que “às vezes, não são pessoas da Vila, mas são pessoas que estabelecem relações pra ter um abrigo, pra ter um local... E pra fazer os negócios ali também.”.

Em geral, a relação que os moradores apresentam com viciados em drogas e mesmo com prostitutas que freqüentam o Loteamento demonstra um tipo de entendimento sobre eles muito diferente daquele apresentado pelos seus vizinhos, resultando numa convivência mais tolerante e raramente conflituosa (esse ponto está mais desenvolvido no capítulo 1).

Do ponto de vista de seu Jorge, secretário da AREVIPA e um dos coordenadores da Unidade de Triagem, os vizinhos do Bairro Floresta “não entendem o trabalho dos papeleiros” e por conta disso teria havido uma série de impasses na questão do galpão da Rua Paraíba. Apesar disso, acha que a “auto-estima” do papeleiro e do morador da Vila mudou de forma considerável depois da construção do Loteamento. Ele disse que percebe até no “jeito”, na postura das pessoas, na sua “forma de falar”. Antes o papeleiro era mais “tímido” e se sentia constrangido por causa da forma que vivia. A Vila era cheia de ratos e insetos, um amontoado de casebres desordenados por onde não circulavam nem carros porque era tudo cheio de lodo. Depois do empreendimento urbanístico, a “maior felicidade” de seu Jorge “é ter um endereço”, é ir a uma loja e ter a possibilidade de fazer um “crediário” porque tem um comprovante de endereço. Disse que em determinadas situações como, por exemplo, ao ver o caminhão de uma loja entrando na sua rua e parando na frente da sua casa para entregar suas compras, fica muito satisfeito. Segundo ele, o papeleiro era muito discriminado e ainda é,

mas hoje isso diminui um pouco em função das atuais condições de habitação da comunidade. E questiona a surpresa ou desconforto de algumas pessoas ao saber que vários papeleiros residem naquele local e pergunta: “Porque um papeleiro não pode morar no centro da cidade?”. Dessa indagação de seu Jorge podemos remeter-nos ao fato de que os pobres, em sua maioria, concentram-se nas periferias “criando um espaço próprio, reconhecido como o seu lugar nas cidades” (Sarti, 2007:33), umas das idéias predominantes, por exemplo, no relato de seu Vladimir.

E sobre a forma de se referir ao Loteamento seu Jorge foi taxativo, disse que “hoje em dia era proibido falar em Vila, agora é Loteamento Santa Terezinha”. Geralmente, a maioria dos moradores falava em Loteamento, mas alguns ainda usavam a palavra Vila para se referirem ao Loteamento, como um sinônimo de comunidade, bairro. E quando queriam se remeter à Vila dos Papeleiros falavam, na maioria das vezes, em “vilinha”.

As transformações espaciais que originaram o Loteamento Santa Terezinha podem ser encaradas, pelo lado dos seus moradores, de acordo com a relação feita por Velho (2004), como uma “ascensão social”, a qual está associada a uma mudança. Por outro lado, desde a perspectiva dos moradores do Bairro Floresta, o mesmo motivo que causou a ascensão daqueles significou para esses uma “descensão social”, o que está associado, segundo Velho, à estabilidade. Pois, ainda que houvesse outros “invasores” no Bairro, como os travestis e as prostitutas, esses não estavam fixados da mesma forma como passaram a estar os moradores do Loteamento. Os conflitos entre os dois grupos parecem ter sido acentuados principalmente pela oportunidade que os moradores “recém-chegados” tiveram de se “estabelecer”.

Para dona Paraguaia, “lugar de papeleiro é no Centro da cidade”, senão o trabalho fica inviável. Disse que por ser papeleira já se sentiu muito “humilhada”, “rejeitada”, “discriminada”, o que diminuiu um pouco atualmente, mas ainda assim afirma que a discriminação existe. Para ela, “a sociedade criticava muito a pobreza, discriminava muito, mas com o decorrer do tempo a sociedade mudou”. Notou isso porque considera que “estão reconhecendo mais o trabalho do papeleiro, não procuram mais rebaixar a nossa profissão, estão reconhecendo que isso é um trabalho, que ajuda a limpar. Quantas casas o papeleiro limpou e que não precisou passar o caminhão da prefeitura”. Segundo Dona Paraguaia “a sociedade é a classe média, é a burguesia”: “classe média para mim é cidadão, e pobre é pobre, são as pessoas que não são civilizadas, que não tem educação, que são analfabetas”.

Dona Paraguaia, que foi batizada com o nome de Salete, ficou conhecida com esse apelido porque seu marido era paraguaio. Logo cedo, ainda na adolescência, ficou órfã de pai e mãe e, com isso, teve que criar os dois irmãos menores. Começou a trabalhar no papel em

Porto Alegre com seus pais há mais de quarenta anos atrás, ela os ajudava a juntar papel. Dona Paraguaia não frequentou a escola e disse que tudo que aprendeu foi “o mundo” que lhe ensinou. Segundo ela, é “só se interessar, se esforçar, que seja um cidadão com mais rigor, mais diplomacia, se ele quiser, ele faz, basta ter força de vontade porque ninguém nasce sabendo”. Disse também que se dedicou muito aos irmãos:

Eu era mãe, irmã, conselheira, eu era tudo deles. Não tinha como estudar, fui eu mesma que resolvi tomar uma iniciativa. Um pouco aprendi por conta própria, outro os outros foram me ensinando, cheguei onde cheguei por conta própria, sem saber o que é um colégio, nunca sentei numa cadeira de sala de aula. Eu me forcei, o mundo foi minha escola. Vai chegar uma hora que eu vou ter que enfrentar a sociedade. O mundo me ensinou, foi a minha convivência, a minha luta, o que foi de bom tudo ele que me ensinou. Eu disse que um dia eu ia chegar e cheguei para falar com os poderosos e com os governantes (dona Paraguaia).

Durante nossa conversa, dona Paraguaia insistiu várias vezes que o “povão deve ir escutando, prestando atenção... para se civilizar”. Contou sobre um senhor militar que guardava para ela papel e outras coisas logo quando começou no papel, disse que “prestava muita atenção nas conversas dele: as sílabas, as letras, as vírgulas. E pensava: meu Deus, como é que eu vou aprender essa língua... E ali ele foi sendo um professor meu, foi me abrindo mais as idéias”. Ele dizia: “Salete, tu é uma guria muito inteligente, não merecia estar nessa vida”. “Mas Deus é que quis assim”, disse ela.

Desde então, para conseguir aprender “a língua dos ricos” ficava “olhando bem para a boca, para a forma de se expressar da pessoa”, como fazia com esse senhor, porém, olhar apenas não bastava, simultaneamente “pensava no que significava aquilo que a pessoa tava dizendo, no significado das palavras”. Contou que fazia muito “esforço” para prestar atenção nessas coisas, pois “a língua da sociedade é muito cheia de sílabas, então a gente tem que aprender. A língua do povão tem menos sílabas: é eu, tu, você, eu quero, eu vou fazer... é tudo assim”. Segundo ela, “as gurias na reciclagem estão se civilizando. São mulheres de carrinheiros, se criaram dentro de vila, não tiveram uma estrutura... Então, elas são assim, são estabanadas, falam o que bem querem e acham que estão falando bem, elas são assim”. Por essas diferenças entre as línguas, dona Paraguaia disse que “tem muitas famílias que querem sair correndo quando chegam os políticos na Vila porque elas não falam essa língua”.

Entretanto, não apenas dona Paraguaia mencionou a existência de duas línguas diferentes, a do pobre e a do rico, mas também seu Jorge disse que ele “tem duas linguagens”, a “do vileiro” e a “das pessoas que a gente sabe tratar bem”. Além da linguagem

seu Jorge disse que é através “do cabelo, da pele, das mãos e da fala macia” que sabe diferenciar quem é e quem não é da vila. Por mais que uma pessoa esteja vestindo uma roupa “mais modesta”, seu Jorge diz saber diferenciar o “vileiro” só por esses detalhes.

Seu Adão apesar de não haver falado em língua ou linguagem, fez menção à questão ao dizer que devido à convivência na Vila com pessoas que falam de forma errada foi perdendo um pouco da habilidade que tinha para se comunicar: “eu sabia falar, pois no trabalho eu tinha que lidar com gente que sabia falar...”.

São línguas diferentes, são idiomas diferentes, há muita diferença. Tanto eles não entendem a sua língua como você não entende a língua deles. Para se entenderem o que falta é a sociedade chegar mais perto do povão. São duas línguas diferentes porque a sociedade está muito distante do povão. Tu já viu um grupo de sociedade entrar numa vila? Aproximação é o que falta porque aí o povão ia ser mais compreensivo. O povão chama “o outro mundo”, “o lado de lá”, “o mundo dos ricos” (dona Paraguaia).

Dona Paraguaia disse que “um dia ia chegar e chegou para falar com os poderosos e com os governantes” porque é vice-presidente da AREVIPA há alguns, desde que seu Antônio é presidente. Na sua trajetória de líder comunitária frequentou muitas reuniões com governantes, muitas reuniões do O.P. (Orçamento Participativo), ganhando projeção entre os diferentes setores administrativos e gestores que já passaram pela prefeitura em vários anos. Durante as campanhas políticas ou visitas de prefeitos à comunidade, governadores, ONGs, dona Paraguaia, e também seu Antônio, são os primeiros encarregados a receber os visitantes. Como uma das coordenadoras da Unidade de Triagem, dona Paraguaia tem suas tarefas dentro da Unidade, e uma delas é falar com “os poderosos”, os empresários que podem vir a fazer uma parceria com a AREVIPA através da doação de material reciclável. Várias Unidades tomaram esse tipo de iniciativa para aumentaram seus lucros.

As reflexões de dona Paraguaia a respeito da “língua dos pobres” lembram as considerações que Hoggart faz sobre a classe trabalhadora, com base em sua experiência pessoal, sobre a forma como os operários de Leeds encaravam o mundo. Esse seria considerado por eles como “dividido em duas metades, ‘Nós’ e ‘Eles’”, e tal classificação seria “conseqüência de uma característica mais geral da maneira de pensar das classes proletárias”. Assim, para que os trabalhadores pudessem “compreender o mundo ‘Deles’, tornar-se-ia necessário entrar em contato com toda uma série de problemas de ordem política, social e metafísica”. Dessa forma, “o problema da relação com ‘Eles’ (sejam ‘Eles’ quem forem) integra-se [...] na relação mais geral com tudo o que não faz direta e intimamente parte do nosso universo local”. Portanto, “a divisão do mundo em ‘Nós’ e ‘Eles’, tal a

praticam os membros das classes proletárias, constitui pois sintoma da dificuldade que sentem em compreender problemas abstratos ou gerais” (1973: 123).

A respeito da linguagem Hoggart também tece algumas considerações, referindo-se aos modos de falar do proletariado como “mais abruptos, mais desprovidos de frases emolientes” como em outros grupos. Além disso, a grosseria poderia estar também muito freqüente nas discussões, e “o fraseado e o ritmo da linguagem caracteristicamente proletários são desprovidos de rodeios e cautelas características da maneira de falar de outras classes”, já que “a linguagem acompanha [...] o ritmo das emoções do momento” (1973:106).

Durante o trabalho de campo, tecei algumas reflexões sobre a questão da linguagem no Loteamento, mas nada muito elaborado se comparado ao que disse dona Paraguaia. Tinha percebido que tanto os moradores do Loteamento podiam usar palavras cujo significado eu não compreendia, como eu também poderia empregar vez por outra palavras cujo significado eles desconheciam. Dependia muito da pessoa, da sua trajetória familiar, profissional, escolar, mas não apenas disso, como bem disse dona Paraguaia. Nesses casos, de incompreensão ou desconhecimento, eu perguntava o que queriam dizer, afirmava que não havia entendido e por muitas vezes, estabelecia-se uma comunicação. Outras vezes, confesso que não tinha tanta certeza se isso havia acontecido. Os moradores, homens ou mulheres, pareciam fazer o mesmo, perguntavam o que eu estava querendo dizer ou falavam que não haviam entendido, se esse fosse o caso. Ainda assim, interpelada pela espontaneidade de muitos, tentava usar o mínimo possível de palavras que suspeitasse não fazer muito sentido naquele universo. Depois da conversa que tive com dona Paraguaia, ficou claro que para os moradores do Loteamento a questão da linguagem está diretamente relacionada com uma visão de mundo que considera, basicamente, dois mundos: “o dos ricos”, ou da “sociedade”, e o do “povão”, ou dos “pobres”.

Capítulo 4: O Trabalho no Papel

Trabalhar no papel, buscar papel, coletar papel, catar papel. Através desse trabalho diversas famílias mantiveram seu sustento durante anos, quando ainda nem se falava em reciclagem ou Coleta Seletiva. O papel é “o fundador”, disse dona Paraguaia, que quando começou a trabalhar como papelreira outros tipos de materiais também eram coletados, mas o papel era o principal. Enquanto atividade que praticamente não requer nenhum investimento financeiro, tampouco escolaridade ou qualificação profissional — e, ainda, devido a própria disponibilidade do lixo — o trabalho como papelreiro tornou-se uma possibilidade recorrente entre migrantes ao chegarem em Porto Alegre, principalmente daqueles oriundos do interior do Rio Grande do Sul.

No trabalho de Gomes (2002) sobre o comércio de retalhos de tecido em São Paulo, a autora menciona as razões que levaram migrantes do Nordeste do país a trabalhar em tal atividade. Uma dessas razões assinaladas por ela é a baixa escolaridade dos trabalhadores; outra é a exigência de um pequeno capital ou até nenhum, como é o “caso dos catadores de retalhos, que às vezes, nem possuem seu carrinho, trabalhando inicialmente nos depósitos” (2002:189). Contudo, a autora ressalta que as funções que o migrante ocupará no comércio de retalhos dependerão, em grande parte, do capital empregado por ele.

O diário de Carolina Maria de Jesus, o qual teve sua primeira edição em português no ano de 1960 com o título “Quarto de Despejo” — recebendo na sua versão em inglês o nome de “*Child of the Dark*” (1963) — nos fornece alguns elementos, através de sua narrativa, sobre a trajetória de um migrante do interior do país na cidade grande. Com um prefácio escrito pelo tradutor David St. Clair, o leitor fica sabendo que a autora do diário nasceu no ano de 1913 em Sacramento, uma pequena cidade do interior de Minas Gerais. Adotando um tom trágico para contar a trajetória de Carolina e um tom exotizante para falar das favelas, descritas como “pequenas cidades de imundície, perversão e prostituição” (1963:8), o tradutor constrói no próprio prefácio uma história de superação, criando um efeito que instiga até o mais desinteressado dos leitores a percorrer as notas do diário de Carolina⁶².

Ao contrário de muitos migrantes brasileiros, Carolina frequentou a escola durante anos, parando de estudar no segundo grau. Na adolescência mudou-se com a mãe para Franca, uma cidade próxima de São Paulo onde conseguiu emprego em um hospital. Pouco depois, fugiu para cantar em um circo, vendeu bebidas e limpou quartos de hotel. Vagou pela

⁶² Conferir Vogt (1983) sobre o diário de Carolina Maria de Jesus como ponto de estranhamento entre ela e os favelados.

cidade de São Paulo, dormiu pelas ruas até conseguir um trabalho de empregada doméstica numa casa de família, de onde foi despedida porque estava grávida. Desempregada, construiu um casebre numa favela chamada Canindé, e com um filho pequeno tinha menos chances de arranjar um trabalho, pois precisava cuidar da criança. Então, ficou sabendo que lugares como os chamados ferros velhos pagavam por sucata e papel, o que a levou a percorrer as ruas de São Pulo em busca de lixo com seu filho ainda pequeno nas costas. Dessa forma, conseguia também roupas e outras coisas de seu interesse, mas havia dias em que não conseguia nada. E foi escrevendo sobre sua vida para esquecer de seus próprios problemas, que Carolina saiu da favela, publicou seu diário e depois outras obras mais.

No diário, Carolina fala sobre a vida na favela, o dia-a-dia como mãe e dona-de-casa, e sobre como ganhava dinheiro. Caso não tivesse nem mesmo um centavo para comprar pão, lavava algumas garrafas e negociava com o dono da mercearia, que ficava com elas e em troca lhe dava pão. Mas ela também podia comprar fiado. Com o dinheiro da venda do papel, às vezes conseguia uma quantia que alcançava para comprar um pouco de carne, presunto, açúcar e queijo; outras vezes conseguia bem mais. É muito semelhante à rotina dos papeleiros que não têm pontos de coleta, assim como podem ganhar um bom dinheiro, também podem ganhar muito pouco, dependendo do dia.

19 de julho de 1955. [...] Fechei a porta e fui vender algumas latas. Levei as crianças comigo. O dia está quente e eu gosto desses dias para pegar uns raios de sol. Que provação! Carreguei Vera e coloquei o saco na minha cabeça. Vendi as latas e a sucata. Ganhei 31 cruzeiros. Eu estava feliz, perguntei: “Senhor Manuel, o senhor não cometeu um erro?”. “Não, por quê?”. “Porque o saco não pesava o equivalente a 31 cruzeiros. Essa quantidade é justamente o que preciso para pagar a conta de luz”.

Disse tchau e voltei para casa. Fiz um lanche. Enquanto as panelas cozinhavam, escrevi um pouco. Dei um lanche para as crianças e fui à fábrica de papel Klabin procurar papel. Deixei as crianças brincando no quintal. Consegui um monte de papel (Jesus, 1963:23; tradução minha).

20 de julho de 1955. [...] Não pude procurar papel. Vera Eunice não queria dormir e José Carlos também não. [...]

Vendi o papel e ganhei 140 cruzeiros. Trabalhei duro e me senti doente. Tomei algumas “Pílulas da Vida” do Dr. Ross para o meu fígado e deitei (Jesus, 1963:27; tradução minha).

Lendo o diário de Carolina, reconhecemos elementos que também fazem parte dos relatos de alguns papeleiros. A forma através da qual ela começou a trabalhar com papel, inclusive, se parece também com aquelas narradas por eles. Carolina fazia a coleta de papel, latas e sucata com o auxílio de sacos de aniagem, não utilizava carrinho de nenhuma espécie.

Quando dona Paraguaia começou a trabalhar com seus pais juntando papel, coletavam de carroça. Conforme seu Jorge, no “começo do carrinheiro”, início da década de setenta, os carrinhos eram feitos de madeira e confeccionados pelos próprios papeleiros. Alguns anos depois apareceram os carrinhos dos depósitos, feitos de ferro, e com o tempo os carrinhos de madeira foram proibidos de circular pelo centro, “ficava feio para a sociedade”, disse seu Jorge.

1. Papeleiros: da coleta aos coletores

Como dissemos anteriormente, a coleta dos papeleiros é feita através de carrinhos confeccionados especificamente para tal atividade e tracionados por eles mesmos. São compostos por dois pneus de borracha e uma estrutura metálica, podendo custar em média duzentos reais cada um. Há, ainda, uns poucos papeleiros que usam combis ou peruas para facilitar e capacitar uma maior coleta de material. Geralmente, esses são os papeleiros que já atingiram certo grau de estabilidade e, por isso, conseguiram juntar dinheiro para comprar um carro, na maioria das vezes bastante velho e usado. Quando isso acontece, se o papeleiro ainda não tem pontos de coleta bons, que rendam grande volume de material, tratará de consegui-los, pois já dispõe do aparato necessário para isso. Há, ainda, aqueles que coletam com carrinhos de supermercado, bicicletas ou usam formas improvisadas. Contudo, a maioria dos papeleiros do Loteamento trabalha com carrinho. Caso o papeleiro não possua carrinho próprio, terá que usar o carrinho cedido por um depósito.

As formas através das quais os papeleiros conseguem o papel são — lembrando que tal categoria inclui diversos tipos de material e não apenas papel —, principalmente, a coleta nas ruas e calçadas, o recolhimento periódico nos pontos de coleta (estabelecimentos comerciais que guardam o lixo seco que produzem para os papeleiros) e as doações aleatórias que podem ocorrer durante seu itinerário pela cidade⁶³.

⁶³ Neste capítulo não consideramos a Unidade AREVIPA (ver capítulo 2) — cujos trabalhadores também se reconhecem como papeleiros, porém, trabalham unicamente na separação do lixo seco recolhido pela Coleta Seletiva —, mas apenas os papeleiros que trabalham por conta própria, sem vínculos diretos com a Prefeitura Municipal.

1.1 A coleta

Numa tarde quente do abafado verão porto-alegrense, acompanhei Kinho, Elvis e Jonatan quando saíram para puxar carrinho. Elvis (dezesseis anos) e Jonatan (doze anos) são filhos de seu Antônio, Kinho (dez anos) é neto. Quando seu Antônio parou de puxar diariamente para se dedicar mais a AREVIPA não largou seus pontos, Elvis foi quem passou a fazer a coleta em seu lugar. Por isso, naquela tarde fui até o Centro da cidade com eles, onde ficam os quatro pontos de seu Antônio. Aliás, desde que o conheço ele tem pontos no Centro, e alguns ainda são os mesmos.

Do Loteamento até o Centro gastamos por volta de vinte minutos, no ritmo dos guris, com uma caminhada rápida sob um sol tórrido. Ora um deles puxava o carrinho, ora outro, e sempre tinha aquele que pegava “carona”, ia dentro do carrinho. Eles perguntaram se eu estava cansada, se “a tia” queria uma carona. Agradei, e disse que estava “tranquilo”.

Um pouco antes de chegarmos ao primeiro ponto, Jonatan entrou rapidamente em um pequeno restaurante e falou com um homem que estava no caixa. Não ouvi nada, aliás, até então não sabia se aquele era ou não um dos pontos. Em poucos instantes ele saiu de lá com uma sacola cheia de bolinhos fritos. Era por volta de três e meia, quatro da tarde. Aqueles bolinhos provavelmente eram do almoço que devia ter sido encerrado um pouco antes de chegarmos. Eles comeram alguns bolinhos e depois Jonatan pendurou a sacola no carrinho com o que havia sobrado.

Nossa próxima parada foi, finalmente, o primeiro ponto, um edifício comercial. Eu e Kinho esperamos em frente, enquanto Jonatan e Elvis entraram sem o carrinho. Cumprimentaram o porteiro e depois atravessaram uma porta de onde saíram em seguida com vários sacos grandes de lixo, a chamada “sacaria”. Jonatan foi apalpando os sacos e abrindo alguns para conferir o que havia dentro. Seu Salles disse que só de apalpar os sacos e por seu peso o papeleiro “já sabe mais ou menos” o que tem dentro. Em seguida, abriram os sacos e foram separando o que era lixo do que não era. Deixaram o lixo na calçada ao lado de outros sacos, um colchão velho e outras coisas que já estavam lá e que, seguramente, seriam levadas pelo caminhão da coleta municipal ou por algum outro interessado.

Havia uma considerável quantidade de resíduos de pouco valor na sacaria: lixo orgânico, copinhos plásticos e até papel higiênico. A maioria dos papeleiros não trabalha com material orgânico, pois não há um comprador para esse tipo de resíduo, nem com copos plásticos, os quais muitas vezes não são coletados sob a alegação de que valem muito pouco

ou porque “não há mercado”. Em compensação, ouvi seu Salles e outros dizendo que já estão vendendo até o papel higiênico (usado). A qualidade do material coletado, para seu Antônio, está relacionada com o interesse das pessoas que trabalham nos pontos de coleta, algum funcionário da limpeza ou o porteiro mesmo, que pode ficar com a maior parte do material mais valorizado, chamado também por alguns de “filé”, “filezinho” ou “de primeira”, isto é, o papel branco, latas de alumínio e alguns tipos de plástico.

Já dona Paraguaia considerou o fato de que os “papeleiros individuais são muito atrasados, querem pegar só o de primeira, não dão muita importância para o jornal, para o papel misto.” Segundo ela, isso acontece porque os papeleiros trabalham com atravessadores menores, “se eles classificassem todo o material que trazem, sem colocar nada no lixo, ganhariam o dobro”. Se não há compradores para muitos tipos de material é porque os papeleiros não procuram, pois “do papeleiro eles [os atravessadores] não compram o resto [saco de lixo, copo descartável de café, sacola plástica, etc.], mas se o papeleiro deixar pra eles, eles vendem tudo”. Dona Paraguaia disse que os compradores com os quais os papeleiros trabalham “não são atravessadores, são compradores individuais porque vendem para os atravessadores que vendem para a fábrica”.

Ao ver Jonatan desmontando uma caixa de papelão, perguntei se podia ajudar, mas ele não deixou, disse que não gostaria que eu me sujasse. Fomos um pouco mais adiante e paramos numa esquina. De novo pediram para eu esperar. Fiquei com o carrinho que, quando cheio, corre o risco de que outros interessados no material possam roubá-lo. Para seu Antônio, essa não é uma prática freqüente, o mais comum é que outros papeleiros respeitem tanto os carrinhos carregados como o material que fica na calçada sem nenhum dono, aparentemente. Mas não em qualquer calçada, depende do lugar, mais no Centro da cidade, especificamente, onde existem muitos estabelecimentos comerciais que são bastante concorridos como pontos de coleta. Assim, se algum papeleiro pegar sacos de lixo, caixas, enfim, material que esteja em frente de um local que não seja seu ponto, pode estar mal intencionado. Ou, pode estar certo de que o material de fato ainda não tem dono. Não é muito comum que uma grande quantidade de material reciclável fique disponível na rua, sem dono, numa zona tão concorrida pelos papeleiros como o Centro da cidade. O fato de não haver alguém cuidando de perto o material não quer dizer, necessariamente, que este não tenha dono. Por mais que pareça meio abandonado pode ser que haja alguém cuidando de longe, porém, o mais comum é que o material seja entregue diretamente ao papeleiro, havendo em muitos pontos de coleta um controle para que o material seja entregue somente para o papeleiro com quem a coleta foi acordada.

Nas regiões mais residenciais, o código é um pouco diferente: o lixo que fica na rua é manuseado por quem passar primeiro. Se o síndico de algum prédio ou morador quiser dar seu lixo seco para algum papelero, especificamente, precisa entregá-lo diretamente para esse. Nas zonas residenciais da cidade ainda existe pouca relação ponto-papelero, em parte devido à qualidade do lixo que se encontra nessas regiões. Esse, além de conter diversos tipos de materiais pouco valorizados no universo da reciclagem, apresenta na maioria das vezes um volume consideravelmente menor do que os resíduos produzidos por um estabelecimento comercial.

No segundo ponto por onde passamos a quantidade de material era menor, mas a qualidade melhor: somente caixas de papelão e papel. Depois desse, seguimos para o penúltimo ponto. Dali em diante precisávamos apenas aguardar a hora desse ponto liberar o material. Percebi, então, que o momento da espera é o que pode fazer a jornada do papelero mais longa. Normalmente os pontos têm hora certa para entregar o material, podendo ser depois do expediente ou não.

Ainda não era nem quatro e meia da tarde quando chegamos em frente ao local onde teríamos que aguardar até às seis horas. Exatamente ao lado desse ponto fica a Casa de Cultura Mário Quintana, um centro cultural com salas de cinema, bibliotecas, teatro, etc. Pois os guris costumam esperar em frente à Casa de Cultura, quando não lá dentro, na biblioteca infantil, onde me levaram os dois menores enquanto Elvis cuidava o carrinho.

Na hora esperada, justamente, o penúltimo ponto liberou o material, deixando-o na calçada por funcionários do próprio estabelecimento. Em seguida, os guris começaram a carregar o carrinho. No entanto, ainda faltava cerca de duas horas para que o último ponto liberasse o material. Elvis disse que nesse prédio só ele entrava e que voltaria para casa somente por volta de dez horas da noite. Meu papel de acompanhante encerrou-se por aí, eu tinha que partir. Alguns dias depois voltei acompanhando Jonatan que, dessa vez, estava sozinho, Elvis apareceu só mais tarde. Praticamente tudo se repetiu: a ordem dos pontos, a espera em frente à Casa de Cultura e antes de Elvis passar no último ponto eu já estava indo embora.

Passado o verão, Jonatan voltou para o colégio, estudava de manhã e à tarde conseguiu uma ocupação. Elvis não frequenta o colégio, não tem interesse em estudar, acha melhor trabalhar e ganhar dinheiro⁶⁴. Seu Antônio disse que “o guri está aí, bem forte e com

⁶⁴ De acordo com Sarti, o trabalho do jovem abre “a possibilidade de conquistar um espaço de liberdade na tentativa de ter acesso a bens de consumo e a padrões de comportamento que definem as marcas do jovem urbano: tênis, jeans, jaqueta, som, etc.” (Sarti, 2007:105).

saúde, e enquanto está trabalhando não está pensando em bobagem”. Seu Antônio também admitiu sentir dores nas pernas, algo que, para mim, nunca havia dito até então. Isso não o impede de trabalhar, mas pensa que se o filho não estuda, está saudável e pode ajudar, então deve fazê-lo.

Seu Antônio parou de puxar diariamente há pouco mais de três anos, na época em que ele e todos os moradores foram removidos da Vila para as casas de passagem, cuja localização era distante do Centro, tornando mais difícil a tarefa de puxar carrinho. Devido à distância, a maneira que muitos papeleiros encontraram para seguir trabalhando foi deixar o carrinho no galpão da Paraíba, localização muito mais favorável por estar próxima do Centro da cidade. Por volta da mesma época seu Antônio passou a se envolver mais com a AREVIPA e, como um dos seus coordenadores, precisa “fazer suas caminhadas”. Chama assim as diligências rotineiras, como reuniões com a prefeitura para demandar e estabelecer questões sobre a AREVIPA, o Loteamento, etc. Seu Antônio e dona Paraguaia se dedicam também a conseguir “parcerias” com empresas privadas que funcionem como grandes pontos de coleta para AREVIPA, evitando, dessa forma, que o trabalho da Unidade não dependa exclusivamente da Coleta Seletiva e, conseqüentemente, do DMLU.

Embora em menor número, as mulheres também puxam carrinho. É mais comum que os homens puxem e as mulheres classifiquem o material. Entretanto, se a mulher não tiver marido, filho ou irmão que possa puxar, elas mesmas desempenham a tarefa. Portanto, não é a força física, a qual é ligada principalmente ao estereótipo da masculinidade, que determina quem puxa um carrinho de até trezentos quilos. Primeiro, depende de algumas circunstâncias e, segundo, é necessário possuir certas habilidades, as quais são aprendidas na rotina do próprio trabalho. Não se trata de força, segundo disse um papeleiro, e sim de um “treino”, de um jeito apropriado. Seu Antônio diz que “o segredo é distribuir o peso” quando se carrega o carrinho. O peso tem que estar atrás “empurrando” o carrinho, se estiver na frente o carrinho fica mais pesado.

Um aspecto importante relacionado à etapa da coleta é aquele que diz respeito ao que é coletado. Por isso, é preciso levar em conta o que os papeleiros falam sobre aquilo que coletam. De acordo com as considerações de seu Salles, seu Adão e seu Antônio, o lixo passa a ser outra coisa no momento da coleta, ou seja, aquilo que colocam no carrinho já é o “material”, e não o lixo, que até pode ser coletado se estiver na sacaria misturado com o material. A denominação lixo é utilizada pelos papeleiros para designar, sobretudo, matéria orgânica: casca de frutas, restos de comida, etc. Contudo, alguns tipos de materiais recicláveis com os quais os papeleiros não costumam trabalhar, também podem ser chamados

por eles de lixo, “resto”, “o que não serve”, “o que vai fora”: copos descartáveis, sacolas de plástico, embalagens *tetra-pak*, isopor, alguns tipos de latas, etc. “Antes nós éramos chamados de lixeiro, agora nós somos catadores de material reciclável”, disse seu Jorge.

Dona Paraguaia disse algo um pouco diferente. Para ela aquilo que é coletado permanece sendo lixo até ser classificado, a partir da sua classificação é que vira “material”. No entanto, afirmou que trabalha com lixo e que desde pequena ouvia seus pais dizendo: “vamos sair pra rua pra catar lixo”. E completa: “para o DMLU é que mudou o nome, hoje em dia falam muito em resíduos sólidos, mas para mim continua sendo lixo. O nome mudou foi para a sociedade, mas não para os papeleiros”. Fez considerações semelhantes sobre a denominação papeleiro, dizendo que “antes só se falava em papeleiro”, e atualmente se fala muito em reciclador: “isso é para eles, isso é para a sociedade, a sociedade mudou o nome de papeleiro para reciclador. Agora, para nós não, nós vamos ser sempre papeleira e vamos morrer papeleira”. Por conta disso, declarou que às vezes discute com Jairo que diz: “agora tu é coordenadora de uma reciclagem”. E dona Paraguaia responde: “Tira isso da tua cabeça Jairo, eu trabalho com pessoas que trabalham com papel, com lixo”.

1.2 A coleta como forma de independência

A etapa da coleta é muito significativa no dia-a-dia do papeleiro, tanto que entre os motivos explicitados por muitos para não trabalhar na Unidade AREVIPA estão, por um lado, algumas vantagens que podem ter acesso através da coleta e, por outro, as desvantagens que percebem na prática do modelo de autogestão. Esses papeleiros tomam como exemplo outros casos de cooperativas e associações que conhecem e seus resultados. Tal perspectiva dos trabalhadores era vista pela Prefeitura Municipal como uma concepção mais “individualista” de trabalho, que devia ser superada em favor de um “espírito cooperativo” (DMLU, 1993:2), e de acordo com Jairo continua sendo vista da mesma forma (ver capítulo 2). Para muitos papeleiros, uma forma de trabalho mais cooperativa não se desenvolve na prática tal qual foi idealizada, havendo sempre a possibilidade de algumas pessoas trabalharem mais do que outras. Por essa razão consideram “injusta” a divisão dos lucros entre todos em partes iguais, vislumbrando também o risco de se engendrar certos vícios como, por exemplo, o consentimento de privilégios e benefícios para apenas alguns membros do grupo.

É no exemplo do papeleiro que “trabalha por conta”, coletando seu próprio material, que os trabalhadores em desacordo com o modelo da Unidade fundamentam sua posição: aquele que trabalha por conta própria ganha conforme trabalha, se trabalhar mais ganha mais. Entre as vantagens que integram o repertório diário desses, está a relativa autonomia que possuem em relação ao horário e modo de trabalho, bem como o surgimento de outras possibilidades de serviço: “carretos”, “limpeza de garagem”, “limpeza de pátio”, etc. É na paradoxal possibilidade de contarem com a sorte que parece residir uma das facetas mais atraentes da atividade de papeleiro, pois está entre aquelas que propiciam o aparecimento de outras tarefas, o que é visto pelos trabalhadores como algo vantajoso.

Sobre esse tema, Silva (1971) que designa, por oposição, “mercado formal” e “mercado não-formalizado”, afirma que o trabalhador por conta própria dispõe de certo grau de “independência” no mercado em relação aos seus “patrões”, à sua rede de “contatos” (1971:42). Para o autor, os contatos incluem desde o “simples conhecimento até a amizade” e, como uma característica do próprio mercado não-formalizado, podem ser amplamente estendidos pelo trabalhador (1971: 32,34). O trabalhador mais independente possui uma posição mais vantajosa devido às suas habilidades profissionais e posse dos instrumentos de trabalho, o que leva a uma situação de “alto grau de estabilidade” dessa categoria, onde o nível da renda é em muitos casos superior ao dos chamados “empregos regulares e permanentes” (1971:42-43).

Barbosa (2000:62-63), em seu trabalho sobre empregados de edifício e empregadas domésticas, menciona a possibilidade de “execução de serviços extras” — como consertos hidráulicos e faxinas em dia de folga — se apresentar como uma “ampliação de recursos” ou “complemento salarial” para tais empregados.

Uma espécie de previsão daquilo que podemos chamar de sorte, porém é claro, sem meios de quantificá-la inteiramente, se manifesta para os papeleiros na fase da coleta de material. O que pode ser previsto é a possibilidade de se ganhar diversos tipos de coisas e, principalmente, de se encontrar objetos e artigos valiosos em meio ao lixo. Tudo o que se ganha, e o que se acha, consiste na própria sorte de cada um.

Mas a imagem de que o lixo produz riqueza, através do já acontecido com seus “ex-colegas” também é alimentada pelo mito do tesouro escondido. Correm histórias fantásticas de descobertas de jóias, talheres de prata, dinheiro, etc., entre os restos do lixo doméstico. A ascensão social, possível e individual, rotineiramente compõem o referencial que permite, trabalhando num setor como esse, compensar o caráter de “serviço sujo” pelo milagre, pelo inusitado (Fischer, 1989:43).

Mas há também uma outra espécie de previsão, aquela que é feita a partir de certa experiência, e não exatamente da sorte. A tensão entre previsibilidade (planejamento) e imprevisibilidade (sorte) parece estar relacionada, pelo menos em parte, ao caráter informal da atividade. Contudo, informal não significa necessariamente instável, pois na rotina do papeleiro surgem outras formas que se aproximam de uma estabilidade em termos de ganhos, mas que não incluem direitos e garantias desde o ponto de vista de uma legislação trabalhista.

Essa previsão de ganhos, ou aquilo que mais se aproxima dela, depende principalmente dos pontos de coleta. Através da regularidade do trabalhador em tais estabelecimentos, é que se torna possível estimar a quantidade de material coletada por semana e, conseqüentemente, os ganhos semanais e mensais. Isso é o que modifica um pouco a relação desses papeleiros com a “organização do amanhã”, pois essa era para os catadores dos lixões a céu aberto, segundo Fischer (1989:40), “no máximo, a manutenção de uma rotina onde o imprevisível pode acontecer”.

Então, os papeleiros que trabalham com pontos de coleta são os que possuem uma maior estabilidade justamente porque dependem menos da sorte, perdendo o ponto só em caso de abandono: vários dias seguidos sem comparecer ou dar notícias são suficientes para que isso aconteça. Um dos aspectos mais salientados pelos trabalhadores nessa relação é o tipo de acordo que se desenvolve entre as duas partes: os responsáveis pelo ponto não entregam o material, em hipótese alguma, a outro papeleiro, “ninguém se atravessa” como disse seu Nei. Da mesma forma como o papeleiro, a partir do momento que consegue um ponto de coleta, tem um “compromisso”, uma “responsabilidade”. Independente de qualquer coisa ele tem que comparecer no dia e hora marcados. Em caso de imprevisto precisa avisar com antecedência que mandará outro em seu lugar, caso contrário, “se tu não apresentar a pessoa para o gerente ele não dá [o material]”.

Seu Nei, papeleiro experiente, considera que essa relação com os pontos de coleta “é uma coisa bem feita”. Em certos lugares o papeleiro tem até que “usar crachá” e “se tu mandar alguém no teu lugar e essa pessoa roubar alguma coisa, eles vão em cima do papeleiro” porque ele tem acesso a determinados lugares que só os funcionários do estabelecimento têm.

Além dos vínculos com os pontos de coleta permitir alguma previsão de rendimentos para os papeleiros, o estabelecimento de laços entre esses e as pessoas que trabalham nos

pontos resulta, às vezes, em uma relação que seu Antônio descreveu como de “afinidade quase familiar”. Com base em relações desse tipo, acontecem trocas de presentes em datas comemorativas e outras formas de trocas que, como nos casos descritos por Barbosa (2000:67), “expressam um caráter pessoal na relação trabalho” podendo ser entendidos também como “contraprestação de serviços”. O autor afirma que apesar dos presentes possuírem “um valor mais simbólico do que econômico [...] não deixam de ter uma certa significação econômica” principalmente para quem ganha pouco.

Para Silva (1971:31), “os laços de clientela” são importantes porque proporcionam ao trabalhador vantagens como “pequenos empréstimos, alimentos, roupas, etc.”, o que pode ser encarado como “fonte subsidiária de remuneração”. Da mesma forma, as redes de contato e as relações de clientela são importantes para o trabalhador do mercado não-formalizado porque é através delas que ele pode chegar a ter um controle mínimo sobre sua segurança (1971:56).

Seu Antônio não se desfez de seus pontos porque o material obtido nos pontos é considerado “melhor”, por grande parte dos papeleiros, se comparado ao material coletado na rua. No entanto, há diferenças entre os próprios pontos, alguns disponibilizam material de mais qualidade do que outros. Seu Nei disse que nos bancos, por exemplo, “o que é lixo é lixo, vem tudo separado, só papel bom”.

Em função dessas diferenças é que alguns pontos podem adquirir muito valor e serem negociados. Seu Nei falou que um ponto bom pode valer cem, duzentos, trezentos ou até mil reais. Um sobrinho seu comprou um ponto por trezentos reais e “foi se virando” até comprar uma combi de dois mil e quinhentos reais, um carro grande que possibilita uma coleta maior e, conseqüentemente, rendimentos maiores. O valor do ponto depende muito dos ganhos que ele pode proporcionar. Os pontos também podem ser herdados, trocados, e conseguidos de outras formas: o papeleiro vai a um estabelecimento e pergunta se precisam de alguém para recolher o lixo, ou, espera que o lixo vá para a calçada e pergunta se pode recolhê-lo e, de tanto fazer isso, se transforma em ponto, com dias e horários pré-estabelecidos.

É importante dizer que nem todos os estabelecimentos comerciais estão dispostos a dar ou guardar material reciclável para os papeleiros, senão que isso depende de uma série de variáveis. Aqueles que o fazem, geralmente vêem como lixo aquilo que é material para os papeleiros. Já algumas redes de lojas e supermercados fazem sua própria triagem de material reciclável para, posteriormente, vendê-lo. Contudo, quando se trata de um estabelecimento pequeno, vender pode não valer a pena, pois é preciso juntar muito material para se conseguir

um bom preço e, às vezes, também depende do espaço disponível para o armazenamento dos resíduos.

No trabalho de Gomes (2002:99) encontramos referências sobre a valorização dos materiais recicláveis, os quais foram, por muito tempo, desvalorizados, jogados no lixo ou amontoado nas esquinas. Assim, em São Paulo catadores com carrinho “recolhiam o material, tal qual fazem, na atualidade, os catadores de papel e sucatas”. Segundo a autora, isso aconteceu até 1960, “período em que os comerciantes de resíduos ganharam muito dinheiro com a atividade” porque a “matéria-prima saía de graça”. Diferentemente da época em que realizou sua pesquisa, quando os resíduos eram “vendidos por um preço mínimo por muitas confecções ou doados para os ‘catadores’”, dependendo do “tamanho do resíduo, do volume envolvido, do tamanho da própria indústria de confecção”. Se fosse um volume pequeno o resíduo era desprezado para a venda, mas havia casos em que o proprietário da confecção deixava esses resíduos para seus funcionários, “como um incentivo”, uma “complementação salarial” (2002:103).

Darci, servidor do DMLU que também trabalhou no depósito da Paraíba na época do galpão diferenciado, assim como Cléia, disse que já viu papeleiro “tirar quase três mil reais por quinzena”, mas papeleiro que tinha vários carrinhos, quatro ou cinco. Portanto, desse dinheiro tinha que pagar o pessoal que puxava para ele (em torno de duzentos reais para cada um), mas “é aí que vem a diferença”, aqueles que têm mais carrinhos têm a chance de ganhar mais. Para Darci a afirmação dos papeleiros de que “o papel tá fraco”, “o preço do papel caiu” é “conto deles”, se fosse tão ruim mudavam de trabalho. No entanto, remeteu-se há dezesseis anos atrás quando “o nosso lixo não tinha importância”.

Existia a catação, mas era...um nível bem...menor [...]. Mas aí com o nível do desemprego, que foi aumentando bastante, o pessoal: “olha, não tem emprego, vou pegar um carrinho e vou sair por aí”. Muito material era dado porque as empresas não tinham interesse. Agora, só não é maior o lucro dos carrinheiros porque as empresas também vendem. Os próprios funcionários dos edifícios, condomínios, já vão separando material e pegam o filé. Despertou muito interesse: “porque eu vou guardar para dar para o carrinheiro se eu também posso ganhar?”. O interesse no papel, no material reciclável é muito grande hoje em dia. Isso é o que enfraquece o papeleiro (Darci).

Dona Paraguaia, em suas tentativas de estabelecer convênios entre grandes empresas e a AREVIPA, disse que “a maioria dos empresários estão vendendo [os resíduos] diretamente para os atravessadores para festas, festa de fim de ano, essas coisas, porque aí é dinheiro para os funcionários que não sai do bolso deles”. Por esse motivo, “porque o lixo,

o material serve para eles também” é que muitos “não doam para os papeleiros, não negociam”. Mas há, também, aqueles que ainda não sabem que o lixo “dá dinheiro, que tem serventia”, e esses são os que doam. Dona Paraguaia disse que “não alerta o lobo”, vários até perguntam: “Dona Paraguaia, mas vale a pena?” Eu digo que para família de baixa renda é um dinheirinho, dá para comer uma carinha...eu não digo que é um material com preço razoável”.

Atualmente, em comparação com “o tempo do centavo”, como quando dona Paraguaia começou no papel, os preços aumentaram. Naquele tempo “era tudo um centavo, dois centavos”. Agora, o quilo do *pet* branco e do verde custa um real, o do papel branco cinquenta centavos e o do jornal vinte centavos. “Aumentou o valor e aumentaram os interesses, eles não pensam mais em doar para ninguém, vendem diretamente para o atravessador”, disse dona Paraguaia. No período de uma semana, relatou que a Unidade AREVIPA pode lucrar cerca de três mil reais: “pensa bem como é que um empresário vai perder um dinheiro desses”.

Além dos baixos salários oferecidos pela maioria dos empregos com carteira assinada, outro fator levado em conta por aqueles que exercem a atividade de papeleiro é o pouco investimento que a atividade requer. Sem necessidade de qualificação profissional ou nível de educação formal elevado, o papeleiro pode começar a trabalhar sem nenhuma reserva financeira. Para executar seu trabalho, o papeleiro que puxa carrinho, morando numa região bem localizada, não gasta com combustível ou com qualquer tipo de transporte. Entre seus possíveis gastos está a manutenção do carrinho ou, mais especificamente, dos seus pneus. O preço do carrinho, em média duzentos reais, é um valor consideravelmente alto para quem está começando. Por isso há papeleiros que não possuem carrinho próprio. Outros não têm carrinho por “falta de capricho” mesmo, como disse seu Salles. No entanto, ser ou não ser dono de um carrinho influencia diretamente na condição e status do papeleiro, ponto que será desenvolvido mais adiante.

O fato dos papeleiros não comprarem aquilo que vendem é outro motivo que se apresenta como central para alguns, pois “o lixo não vai acabar nunca”, “lixo sempre vai existir”. Entretanto, existe também a questão das disputas diárias em torno da apropriação do lixo. Seu Mussum diz que “o papel está fraco”, antigamente o papel era mais fácil de ser conseguido. Mas nem por isso deixa de ser papeleiro, gosta do que faz, gosta de sair todos os dias para buscar seu papel. Como tem vários pontos de coleta que só ele “mexe”, seu “papel é garantido”. Declarou que até gostaria de conseguir um outro trabalho, talvez de vigia, mas “o meu papel eu não largo”, porque “no meu papel eu tenho certeza que o meu serviço é

garantido. Porque no meu papel se eu faltar... se eu ficar um ano [fora], eu deixo um ano alguém puxando no meu ponto. Aquele tá ganhando pra ele, mas tá cuidando dos meus pontos”. Disse que é “independente”, vende seu papel para quem quiser, e apesar disso, faz mais de dez anos que vende somente para seu Chico. Seu Salles também disse que depois que ganhou um carrinho do seu Ademar ficou “independente”, podendo vender para quem quiser, mas a preferência é de seu Ademar.

Seu Mussum disse que “trabalhar de empregado não compensa”, a vantagem que vê trabalhando como papeleiro é que se considera “uma pessoa livre”. Se quiser parar um dia, “guarda o carrinho”, “não tem aquele compromisso com todo mundo, tem compromisso contigo mesmo”.

Uma característica dos rendimentos dos papeleiros é sua frequência, a maioria trabalha com ganhos semanais, assim como no caso dos trabalhadores da cana estudados por Garcia (1983) e dos trabalhadores de Leeds aos quais Hoggart (1973) faz referência. Da mesma forma que Hoggart afirma que a “vida é vivida no dia a dia” sendo quase impossível para os trabalhadores poupar uma quantia considerável para quando surjam necessidades, no loteamento as coisas parecem suceder de forma parecida. Para alguns papeleiros os ganhos semanais significam uma vantagem que não pode ser alcançada em um emprego formal. Gerenciar as despesas da casa com recursos semanais torna-se uma tarefa mais fácil do que se os recursos fossem mensais, pois as possibilidades de endividamento das famílias diminuem. Entretanto, o papeleiro pode vender seu material diariamente se preferir, o que pode ser menos rentável porque os volumes são menores.

Seu Antônio trabalhou em banca de flores, antes trabalhou em banca de frutas, vendeu *churros* no litoral do Rio Grande do Sul, etc. Era assalariado e quando não deu mais para manter a família com seu salário ingressou nas atividades informais. A vantagem que vê nesse tipo de atividade é que ele tem a possibilidade de ter dinheiro no bolso todos os dias, pode até ganhar menos do que um empregado, mas sempre tem algum dinheiro. Para ele “quem começa a trabalhar no informal acostuma a ter dinheiro todo dia, pois os gastos são diários, em trinta dias não dá para se manter”. “Nós somos diferentes”, disse seu Antônio, não conseguem esperar trinta dias para receber e acabam pedindo emprestado. Assim, quando recebem já estão endividados, devendo mais do que recebem. Para ele, uma das grandes vantagens de trabalhar com material reciclável é que “sempre temos alguma coisa para transformar em dinheiro”.

Se para alguns há desvantagens em uma forma de trabalho cooperativa, para outros há desvantagens puxando carrinho, mesmo que seja próprio, sendo o trabalho formal, “de

carteira assinada”, aquele que de fato pode garantir condições básicas de alimentação e moradia, dar estabilidade e ser mais vantajoso⁶⁵. Dóia, papelreira, mãe de nove filhos, acha que “aquele dinheiro que sempre vai ter no fim do mês” é melhor que o dinheiro do papel, porque “o dinheiro do papel não dá” para comprar roupa e comida para todos os seus filhos, mas se ela ganhasse um salário mínimo fixo daria. Dóia tem carrinho próprio há cerca de dois anos, o que ela considera “bem melhor”, depois de ter trabalhado muito tempo com carrinho do depósito. Ela tem “bem pouquinho” pontos, ou seja, precisa sair “catando na rua”: “Eu peço, apito nas casas, entro em loja e pergunto se tem papel e se tem eles me dão”. Mas “é difícil, às vezes as ruas tão ruim e como é muito papelreiro... Eu não tiro muito, eu tiro pouco”. Dóia falou que mesmo por um salário mínimo largaria o papel, já que em um emprego com carteira assinada quem trabalha ganha, e em sua rotina como papelreira isso nem sempre acontece. Outra desvantagem que ela vê em trabalhar no papel é que se alguém ficar doente perde dinheiro se não tiver uma pessoa que puxe em seu lugar. Dóia não sabe ler, disse que sua mãe a colocou num colégio interno em Rio Grande (RS) e depois, quando foram para Porto Alegre, a mãe não a colocou novamente no colégio. Dóia, às vezes, conta com a ajuda do marido ou do filho que não está estudando.

Sim, eu tava separada do meu marido, e agora ele voltou... se...é...eu tenho ele mas ele não é um marido fixo, sabe? I: Entendi. D: Ele não é um marido fixo comigo, sabe? I: Companheiro? D: Não, não é por companheiro, companheiro ele é. Só que ele fica comigo uma semana... só um mês... aí quando eu vejo ele vai embora, aí ele trabalha pra outro depósito sozinho e não me ajuda com as crianças, aí eu me viro sozinha, nesses casos. E o meu filho me ajuda. I: Tu tem um filho grande também? D: Tenho. I: Que puxa também? D: Trabalha no papel. Ele não é um marido fixo, aí quando ele vai embora ele não manda um quilo de arroz, não manda nada pra as crianças, aí eu é que me viro sozinha. I: então ele tá aqui, de repente ele já não tá, daí ele volta... D: Não dá pra confiar muito nele. Eu confio mais em mim do que nele. Porque bem dizer quando ele não tá, quem sustenta os filhos dele... Eu tenho quatro filhos com ele, e agora se eu tiver grávida vai ser o quinto com ele. I: E mais quantos? Ao total são quantos? D: Dá dez. I: Vai pra dez? D: Se eu tiver grávida, o resultado eu vou saber amanhã, mas se eu tiver grávida é dele (Dóia).

Seu Flávio disse que faz cerca de dez anos que trabalha como papelreiro. Enquanto foi morador das Ilhas do Delta do Jacuí⁶⁶, teve uma carroça e trabalhou como carroceiro, mas

⁶⁵ É a percepção descrita por Teixeira (1979:212), de que o trabalho com carteira assinada é uma forma de assegurar de maneira mais efetiva condições mínimas de sobrevivência, ainda que com o acesso a pelo menos um salário mínimo mensal, e o ingresso obrigatório ao INPS também é considerado relevante desde o ponto de vista da consecução das necessidades mínimas.

⁶⁶ O Bairro Arquipélago é composto pelas Ilhas do Delta do Jacuí, bacia hidrográfica que tem como porta de entrada o Guaíba. Sobre o trabalho de papelreiros e catadores nas Ilhas, conferir Devos (2007).

parou quando não teve mais dinheiro para manter o cavalo. “Trabalhar de carroça é mais perigoso” do que de carrinho, disse Flávio, pois “se um carro vier por cima, a gente solta o carrinho e se joga pra um lado”. Seu Flávio tem mais dois irmãos que também são papeleiros e moram no Loteamento.

Depois de trabalhar numa transportadora e na construção civil, seu Flávio ficou desempregado e “o que apareceu foi isso”. “Mas como apareceu?”, perguntei, “o senhor poderia haver feito outras coisas como, por exemplo, vender flores, balas...”. Seu Flávio respondeu: “Mas aí eu teria que andar a cidade inteira para vender algumas flores e, além disso, precisaria de dinheiro para comprar as flores, e o papel não, se consegue em qualquer lugar”. Disse que trabalha como papeleiro não porque “quer, ou goste”. Se aparecer outro trabalho ele larga o carrinho. Pode ser em construção, empresa, para ele o carrinho está em segundo plano. Se conseguisse um “emprego fixo” não estaria no papel, só que por sua idade, quarenta e seis anos, é mais difícil conseguir emprego. Seu Flávio estudou até a sexta série e não tem profissão, mas faz “qualquer trabalho que não precise de profissão”: “Se tu chegar agora e pedir para eu abrir uma valeta ali, eu já vou pegando a pá, eu faço qualquer coisa, não tenho preguiça para nada”. Às vezes, consegue algum trabalho, um bico, mas quando acaba, volta para o papel. Já teve alguns pontos, mas largou porque o ponto implica numa relação de compromisso, como foi dito, e para poder privilegiar essas oportunidades que aparecem seu Flávio ficou apenas com um ponto. Assim como Dóia, disse que é mais difícil a vida do papeleiro que não tem ponto porque na rua é preciso procurar, “bater perna”, “zanzar” pela cidade. Ao perguntar se via alguma vantagem no trabalho como papeleiro, respondeu que não, “a única coisa é que não se está roubando, mas trabalhando dignamente”, pois “nós que fomos educados, ensinados para trabalhar... não dá para ficar parado, sem trabalhar ou na malandragem”.

Conforme alguns relatos, o que se pode perceber é que os papeleiros mais satisfeitos com seus rendimentos são, geralmente, aqueles que contam com o material fornecido pelos pontos de coleta. Ao contrário dos papeleiros que não têm pontos, que ficam mais vulneráveis sob a sorte das ruas.

Contudo, mesmo que o papeleiro não conte com pontos de coleta fixos, há ainda aqueles que digam que “sabendo viver do papel dá bem”, independente se o papeleiro tem ponto ou não. Seu Nei, que atualmente não tem mais pontos, explica que tem que “controlar o dinheiro, colocar no banco, pagar as contas e guardar o que sobrar. Se pegar o dinheiro e fizer festa... até essa época que eu vivi [do papel] não tenho queixa. Tem que controlar”.

2. Dos saberes do ofício

Outros “saberes” relativos ao trabalho são revelados por seu Larri, seu Antônio e seu Jorge quando falam de trabalhar “bem” e “saber trabalhar”. Seu Larri diz que quando alguém lhe chama para “limpar uma garagem”, por exemplo, “não adianta tirar só o que interessa, é preciso também tirar o lixo” porque assim é que aumentam as chances de o chamarem para outro trabalho. Seu Jorge também disse que quando trabalhava puxando carrinho “ganhava muita coisa” quando “limpava garagem”, ou seja, quando “tirava o que não servia para eles [para quem encomendou a limpeza]: ferro, alumínio, fios, mais utensílios, TV, ventiladores, panelas...”. Assim mobiliou uma casa. Seu Antônio afirma que “tem coisas que não cobra” como, por exemplo, no caso de uma limpeza onde o que é considerado lixo por quem solicita o serviço é considerado por ele um “bom” material. Outras vezes faz o serviço e cobra o que acha “justo”, quando não cobra é porque já está ganhando. Dessa maneira, acha que está aumentando a possibilidade de voltar a prestar um serviço no mesmo lugar ou para a mesma pessoa.

Na tese de doutoramento de Rabossi (2004), que inclui trabalhadores do comércio de rua em Ciudad del Este (Paraguai) como parte de seu objeto de pesquisa, o ato de vender ou não vender surge como algo indissociável do vendedor. Nesse contexto, o segredo é saber vender, assim, se consegue sustentar a família.

Ostrower (2007) mostra que no caso dos vendedores ambulantes em ônibus no Rio de Janeiro, além da dimensão daquilo que não pode ser previsto, os vendedores se remetem também a uma outra dimensão crucial para o desempenho de sua atividade, a qual é traduzida pela noção de uma “*expertise*”, uma “destreza que deve estar associada a determinadas técnicas e táticas de atuação”. Essa consiste em um “saber-fazer”, “um conhecimento adquirido com a experiência na rua, com as trocas cotidianas. O aprendizado está diretamente relacionado com suas atividades diárias, seu esforço, esperteza e paciência” (2007:38). O mesmo vale para o papeleiro, pois a experiência diária da rua proporcionada pelo exercício da atividade está diretamente relacionada ao seu êxito profissional.

Marie-France Garcia também faz considerações nesse sentido em seu trabalho “Feira e trabalhadores rurais”, afirmando que “o aprendizado do negócio se faz na vivência do próprio negócio. O elemento principal para aprender a negociar é estar na feira, quer comprando, quer negociando, passeando, olhando, prestando determinados serviços” (1984:173). Não apenas os diferentes saberes apreendidos nessa experiência diária como

também a ampliação de sua rede de relações pessoais e as interações que dela derivam, são importantes para seu trabalho. A autora afirma que igualmente importante é aproveitar sua rede de relações sociais: “Enfim, para levar à frente a atividade do negócio é preciso criar ou reforçar uma rede de relações pessoais” (1984:177).

Um dos motivos que faz seu Antônio ainda puxar carrinho, às vezes, é principalmente o lado ruim que vê em parar de puxar diariamente. Elvis ainda não tem as manhas da rua, de conversar com as pessoas, de “puxar papo”, de “fazer amizade aqui e ali”, “falar com um e com outro”. Para seu Antônio, disso tudo é que surgem muitas coisas, material, presentes, etc., são os “contatos” de acordo com Silva (1971). Assim, o papelheiro vai conhecendo outras pessoas e através delas uma porção de oportunidades podem se apresentar. Seu Antônio disse que quando ele é quem sai para puxar, volta com o carrinho cheio, “abarroado”. Quando é o Elvis isso não acontece porque “ele passa nos pontos, pega o que tem que pegar e vai embora”. Então também é preciso saber fazer contatos para que as possibilidades de rendimentos se ampliem.

Em campo, surgiu uma diferenciação entre os papelheiros e aqueles que vendem material reciclável ocasionalmente. Esses últimos exercem a atividade de forma intermitente ou esporadicamente, dependendo das circunstâncias como, por exemplo, os “moradores de rua” e aqueles que exercem diariamente várias atividades ao mesmo tempo: guardam carro, trabalham de ambulante, vendem artigos de segunda mão, fazem carretos, etc. O que não quer dizer que os papelheiros não possam fazer isso também, aliás, muitos deles também fazem. No entanto, os que os próprios papelheiros dizem é que há uma diferença na forma como vêm o trabalho. Quem vende material reciclável de vez em quando, ou vende “para tomar cachaça”, não é trabalhador como o papelheiro. Entra em jogo uma questão de “interesse”, segundo seu Mussum. Aqueles que usam carrinho de supermercado além de estarem em desvantagem em relação aos papelheiros que trabalham com carrinho, que estão mais qualificados para o trabalho, demonstram um certo “desinteresse” ao não investirem na compra de seu próprio carrinho com o passar do tempo.

[...] Depois que apareceu esses carrinhos de mercado, são umas pessoas que só pegam pra beber cachaça. Vão ali e vendem um pouquinho e sentam na esquina e bebem cachaça... A gente vende no Cabeleira ali, o meu depósito é aqui, mas eu vendo só o plástico no Cabeleira. A gente entra ali e é uma tristeza de carrinho de mercado, eles já chegam ali e já vão direto no atacado ali do lado, e diz que o homem já colocou até uma lei: “menos de vinte quilos não compro”. I: Porque se não qualquer um junta aí numa esquina um pouquinho e vai ali e vende... E o senhor acha que isso acaba prejudicando ou... M: Prejudica, prejudica muito. Apesar de

que todo mundo merece ganhar...mas prejudica muito. Às vezes eu tô dizendo pra um deles: faz uma batalhazinha e arruma um carrinho, compra uma carcaça. Duma carcaça compra um pneu, depois já compra outro pneu, e monta um carrinho (seu Mussum).

O fato de sustentarem a família com a atividade e permanecerem anos na mesma atividade demonstra seriedade na relação como o trabalho e uma maior experiência como papeleiro. Estar cadastrado na AREVIPA — com isso o papeleiro pode fazer sua “carteirinha”, com foto e dados pessoais, um documento que comprova sua condição de trabalhador —, possuir uma rotina como papeleiro, sustentar a família com o trabalho são algumas formas usadas pelos papeleiros para reforçar sua condição de trabalhador e não apenas diferenciá-los dos coletores ocasionais, mas também daqueles que “roubam”, “assaltam”, que não trabalham honestamente. A identidade de trabalhador além de distinguir o papeleiro do mendigo e do vagabundo (Duarte, 1987), coloca-se também em oposição à identidade de bandido (Zaluar, 1986).

3. Da dimensão moral do trabalho

Essa afirmação de um status de trabalhador, muito usual na interação com não-papeleiros, pode ser visto como uma “técnica de defesa moral” como aquelas encontradas por Ostrower (2007) entre os vendedores ambulantes nos ônibus do Rio de Janeiro. A autora chama atenção para um potencial de tais trabalhadores para a desqualificação social, engendrando um discurso “insistente e sensibilizador sobre o valor de sua experiência. [...] Uma situação que poderia ser motivo de desaprovação aos olhos dos outros e aos próprios, na medida em que é relatada vai ganhando contornos positivos de orgulho e satisfação” (2007:44). Ostrower também mostra o quão importante é reforçar um status de trabalhador para esses ambulantes construindo, assim, um distanciamento do “bandido”, “malandro” ou “vagabundo”.

O perigo de ser confundido com algum ‘mau elemento’ ou pessoa moralmente mal avaliada pelos passageiros é um fator constante pelo qual os vendedores se sentem pressionados. Diante de uma situação de desemprego e carência material, ao invés de você ‘ficar em casa, sem fazer nada, é melhor trabalhar de camelô’. Diante da iminência do ilegal ou do injusto, eles optam por uma condição que acreditam seja mais digna, a de trabalhador (Ostrower, 2007:31).

Segundo Sarti (2007), em sua pesquisa sobre a “moral dos pobres”, a categoria “trabalhador” outorga dignidade ao trabalhador que “dá seu suor e reclama a contrapartida do respeito, o que se traduz na exigência do reconhecimento de que ele faz a parte que lhe cabe” (Sarti, 2007:92).

A dimensão da dignidade aparece também com relevância para os camponeses argelinos descritos por Bourdieu em “O desencantamento do mundo”, os quais migravam para a cidade encontrando trabalho, muitas vezes, apenas na execução de pequenas atividades ou “falsos ofícios” como, por exemplo, o de vendedor ambulante (1979:64). Segundo o autor, entre tais camponeses a reivindicação da dignidade nunca estava ausente, senão pelo “imperativo do trabalho a qualquer preço” (1979:62). Entre os papeleiros parecem surgir formas de não perder a dignidade mesmo quando trabalhando “a qualquer preço”, mesmo com a rotina próxima ao lixo e a expectativa de rendimentos que podem ser, por diversas vezes, demasiado escassos. Assim, os papeleiros reforçam a imagem do trabalhador honesto.

Em relação à outra afirmação de Bourdieu (1979:62), de que entre os argelinos “os mais desprovidos têm de escolher entre a fome e o desprezo”, pode-se dizer que entre os papeleiros, por sua vez, não se escolhe nem a fome tampouco o desprezo. Parece ser justamente contra essa escolha forçada que lutam ao reafirmarem constantemente seus status de trabalhador. O ponto que lhes interessa ressaltar está mais para um “trabalhador a qualquer preço”. Para seu Jorge, por exemplo, “a dignidade a gente não perde nunca, nem o respeito por si próprio”.

Outra forma de afirmação da dignidade encontra-se na conexão feita por parte de alguns papeleiros entre o trabalho que realizam e um repertório de referências ambientalistas, que agem como uma espécie de purificadores do lixo, o qual passa a ser “material reciclável”, “resíduo sólido”, revertendo-se, assim, o motivo causador de estigma em atributo, em uma qualidade positiva. Dessa forma, os próprios papeleiros transformam seu trabalho com resíduos em um argumento a seu favor, que associado a uma temática ambiental atribui elementos positivos àquilo que pode ser visto de uma forma predominantemente negativa. Podemos notar a intenção de certos trabalhadores, principalmente aqueles que ocupam um papel de liderança, como seu Antônio, dona Paraguaia e seu Jorge, em reverter qualquer apreciação negativa sobre o trabalho do papeleiro quando o associam a uma faceta ambiental.

Ao afirmar que é com o exemplo de pequenos comerciantes ambulantes que compreende o trabalho fora de uma lógica estritamente econômica, Bourdieu (1979) considera que a função desses falsos ofícios — dentre os quais quiçá incluisse o papeleiro —

encontra-se principalmente na procura de uma justificação perante o grupo e para si mesmo. A lógica desse tipo de justificação estaria no fato de que entre os argelinos, ganhar a vida trabalhando mesmo que por uma renda ínfima era muito diferente do que estar desempregado. Os lucros, evidentemente, eram contabilizados, mas isso não seria suficiente, segundo o autor, para explicar a proliferação desse tipo de ofício.

A partir dos relatos dos papeiros, a forma como encaram o trabalho mostra que esse está para além dos lucros. Os rendimentos logicamente são importantes, mas o trabalho diz respeito a outras questões. O trabalhador precisa gostar do que faz, o trabalho deve garantir que não falte nada à sua família, se tiver, e também deve ser honesto e digno para que não tenha motivos de se envergonhar.

A noção de uma função ou finalidade não só para si mesmos como para “a sociedade” é uma idéia expressa pelos próprios papeiros, que não encaram seu trabalho como um falso ofício no sentido de Bourdieu. Ao contrário, se esforçam para mostrar que se trata de um “trabalho digno”, “como outro qualquer”, o qual tem sua importância não apenas para eles e suas famílias, mas para a sociedade e para o meio ambiente.

De acordo com Ostrower (2007:94), os vendedores ambulantes nos ônibus “procuravam afirmar certa ‘função social’ de sua atividade: como inibidora de assaltos nos ônibus, como opção ao desemprego ou ainda como sustentadora de toda uma dinâmica comercial urbana, ‘pois movimenta um mercado enorme’”.

Sobre essa dimensão moral do trabalho encontramos referências também no trabalho de Sarti: “[...] a noção de ser trabalhador dá ao pobre uma dimensão positiva, inscrita no significado moral atribuído ao trabalho”, o qual “compensa as desigualdades socialmente dadas” (2007: 89). A autora afirma, ainda, que “o valor do trabalho se define dentro de uma lógica em que conta não apenas o cálculo econômico, mas o benefício moral que retiram dessa atividade” (2007:90). Para a autora, trata-se de uma “dimensão positiva do trabalho” que mistura “fundamentos morais e religiosos aos econômicos”, legitimando “um lugar de respeitabilidade” aos trabalhadores que “articula-se também na dimensão política” (2007:92). Mesmo que o trabalho dos pobres “socialmente seja ‘desqualificado’ ou ‘não-qualificado’”, para eles “seu trabalho tem qualidades, definidas em termos morais, ainda que dificilmente sustente as aspirações que o mundo capitalista oferece” (2007: 95).

Outro ponto indicado por Sarti (2007), é que os trabalhadores partem de um “princípio relacional”, e não igualitário, de que cada um tem sua parte a cumprir, cada trabalhador possui uma função, um papel na sociedade. Esse seria, no caso dos papeiros, o de ajudar a cuidar da natureza e limpar a cidade.

Bourdieu afirma que antes de chegarem a uma “verdadeira” e “própria profissão”, a maioria dos camponeses argelinos que migravam para a cidade conhecia muitas ocupações sucessivas, quase sempre com muitos padrões (Bourdieu,1979:56). Entre os papeleiros a trajetória ocupacional também é diversificada (“fazer tudo”) até chegarem a essa ocupação onde precisam reivindicar outro estatuto que se sobreponha ao “fazer tudo”. Quando se é/está papeleiro, por mais que haja um caráter temporário da atividade para alguns, é preciso marcá-la como algo mais próximo a uma “profissão verdadeira” ou “própria” do que afirmá-la como uma espécie de falso ofício. Dessa forma, a atividade de papeleiro pode apresentar um caráter ambíguo desde o ponto de vista expresso por Bourdieu, situando-se entre o falso ofício e a profissão verdadeira. Isso devido à necessidade de reivindicação de um status de profissão verdadeira para um falso ofício, aos olhos de outros, já que o desprezo não consiste em uma escolha para tais trabalhadores.

Antes de serem papeleiros, os trabalhadores geralmente desempenharam diversas atividades e ocupações⁶⁷ e apesar de existir uma compreensão, por parte de alguns, do trabalho do papeleiro como um ofício e até uma profissão, com suas especificidades, o que fica mais enfatizado nas narrativas é a compreensão de si mesmos como trabalhador. Tal compreensão também aparece em Zaluar (1985), onde a autora afirma que a população da maioria dos bairros operários do Rio de Janeiro identifica-se “primeiro como trabalhadores e não como profissionais ou operários”⁶⁸.

Os papeleiros enquanto trabalhadores que exercem uma atividade relacionada ao lixo são possuidores de experiências de trabalho singulares diferenciadas de outros trabalhos, o que atribui certa dignidade e reconhecimento social aos trabalhadores ao mesmo tempo que os distingue de outros. As especificidades do trabalho ajudam a construir uma rede de relações sociais que auxiliam na construção do ethos do grupo (Duarte, 1987).

A noção de trabalho e trabalhador entre os papeleiros aponta para a articulação de um discurso que acompanha a direção da superação de um estigma. Esse é derivado não só da simbologia negativa do lixo, mas estava relacionado às suas condições de moradia e pobreza, e à própria noção predominante daquilo que é entendido como trabalho pelas pessoas em geral.

⁶⁷ No trabalho de Gomes (2002:128) também encontramos a informação de que uma parte do grupo de migrantes com mais de quarenta anos, em média, “declarou que exerceu as mais diversas atividades quando eles chegaram em SP, mas sempre no setor econômico mais precarizado, que exigia pouca qualificação, como: vendedor de pipocas, de sorvete, de papelão, balconista, motorista, empregada doméstica, caminhoneiro, metalúrgico, bancário, etc.”

⁶⁸ A autora afirma que entre os trabalhadores a identidade social varia de acordo com o necessário, o que pode ser relacionado à consideração de Duarte (1986), de que é preciso levar em conta a dimensão situacional, dinâmica e relacional das identidades, pois suas definições são estabelecidas nos momentos específicos.

A partir da experiência de Cléia com as Unidades de Triagem, ela considera que “o catador é uma figura invisível”, que só se torna visível quando “atrapalha o trânsito”, “a maior parte da sociedade não enxerga essas pessoas”. A reflexão de Cléia a respeito disso continua: “há duas coisas aí: são trabalhadores que estão fora [do mercado formal de trabalho] por ‘n’ razões, e que por vários fatores, a questão da escolaridade, idade, eles provavelmente não vão mais entrar. E por outro lado, acabaram sendo jogados para os resíduos como única alternativa”. Contudo, “ao mesmo tempo que eles começam a executar esse trabalho, eles acabam legitimando-o e formando uma nova categoria de trabalho. Muitos têm consciência do trabalho ambiental que executam”.

Podemos trazer algumas das considerações dos próprios papeleiros sobre trabalho⁶⁹. Um dos pontos salientados durante as conversas com alguns trabalhadores diz respeito à diferença entre trabalho e profissão. Para esses, muitos moradores do Loteamento Santa Terezinha trabalham, mas nem todos possuem uma profissão. O trabalho é o que garante ganhos para o sustento da família e da casa entre outros, e profissão é sapateiro, marceneiro, mecânico, costureira, eletricitista, etc. A atividade de papeleiro pode ser um trabalho, mas não exatamente uma profissão. No entanto, outros afirmaram que o trabalho como papeleiro é uma profissão.

Para seu Salles “trabalho é para sobreviver, sem trabalho a gente não sobrevive honestamente”. “Profissão cada um tem uma diferente: é predeiro, carpinteiro, obreiro, e papeleiro também é uma profissão”.

Seu Adão disse que papeleiro tinha que ser uma profissão porque colabora muito para a limpeza da cidade. Diante de sua afirmação, perguntei se achava que o papeleiro era visto como o gari e se achava que esse também era discriminado. Ele disse que “o gari é diferente porque ele tem seus direitos reconhecidos, ganha seu salário”.

Seu Antônio disse que “o trabalho é uma fonte de vida. Sem trabalho não há comida, não há roupa... o trabalho é tudo. Puxar carrinho é um trabalho muito digno, sem trabalho a gente não é nada”.

Seu Mussum disse ter certeza de que ser papeleiro é um “trabalho”, pois a pessoa “não se mantém parada”.

Eu digo assim: não é uma profissão... Eu acho que é um...uma feição que a gente se apegou naquilo ali. I: Uma feição? M: É que eu me apeguei mesmo no papel...é o que eu construí até agora. [...] I: O que é uma feição seu

⁶⁹ Seguindo um pouco da ênfase de Weber (1989) sobre a necessidade de estarmos atentos para como os próprios trabalhadores definem trabalho.

Mussum? M: uma feição é quando a gente pega...esses quadrinhos pra fazer. Tipo, tô na feição três: a minha feição é aquela ali, é o que eu tô fazendo, tô colocando o parquet... Mas isso é complicado. [...] Eu acho isso, porque hoje em dia fica parado quem quer. Por isso que eu digo, o papeleiro não é uma profissão porque tu não vê esses carrinhos tipo de mercado aí? Qualquer um tem um carrinho de mercado, vai ali junta seu papelão, vai ali e vende. Se é um cara mais interessado, “não, aí vou fazer uma carrinho pra mim”, arruma um par de pneus. Aí o cara já se destaca mais... (seu Mussum).

Nem todo papeleiro é igual, existem diferenças entre eles. Há os mais “interessados” e também os mais “atirados”. Seu Mussum, por exemplo, é daqueles mais interessados, tem seu próprio carrinho e na medida em que teve oportunidade foi comprando outros carrinhos. Nunca trabalhou com carrinho de supermercado, “nem sei trabalhar com esse troço”, disse ele. O seu trabalho é importante porque se considera como um “daqueles papeleiros que não gosta de andar atirado, porque tem os papeleiros atirados”.

[Os papeleiros atirados] São uns caras que não têm uma mente evoluída, que já pegam o carrinho e já deitam ali mesmo, já chegam em casa e já deitam do jeito que tão. É uma pessoa que não pensa em si própria... Eu sou um que pego, chega no fim de semana...eu me destaco total e saio. Eu danço meu som todo o fim de semana, e tem lugar que eu vou que nem acham que eu sou papeleiro. [...] Tem uns que se julgam atirados mesmo: “Ah, eu sou papeleiro”. É aonde, às vezes, a gente que é nossa... porque a nossa raça tá desmoralizada é por causa disso. Pô! Vê um papeleiro atirado no chão, barbudo, sujo... chinelo pé dum pé d’outro...eu mesmo já vi gente assim...[...] é onde todo mundo se apega no exemplo daquela atiração de um pra julgar os outros. Aí eles igualam todo mundo (seu Mussum).

Seu Jorge disse que a importância do trabalho do papeleiro é que além dos trabalhadores não estarem usando drogas nem se prostituindo, ainda tem um lado ambiental, “cada fardo de material poupa quantas árvores?”, “é um trabalho humilde, que não é bem reconhecido, mas de grande importância”. Dessa forma, os papeleiros estão “fazendo bem para os próprios filhos e também para o meio ambiente”. Para ele o trabalho “significa tudo: dignidade, liberdade, tudo aquilo que é bom, que o ser humano pode ter na vida; sem trabalho não se tem perspectiva de vida”. O trabalho como papeleiro “tá todo dia”, não depende de “patrão”, “tu sabe que não vai sumir nunca, só depende de ti e o lixo sempre vai existir”.

4. Das diferenças entre os papaleiros

Para a compreensão do universo de trabalho dos papaleiros torna-se necessário descrever as diferenças de status entre eles. Rabossi (2004) em sua tese de doutoramento que inclui trabalhadores do comércio de rua, em Ciudad del Este (Paraguai), como parte de seu objeto de pesquisa, aborda as “diferenças horizontais e verticais que estruturam a rua, definidas em geral pela propriedade da mercadoria. Ou se é patrão de si mesmo ou se trabalha para outro. [...] trabalhar com as mercadorias de outra pessoa já significa uma mudança de status: se trabalha para um patrão” (2004:154).

Entre os papaleiros existem aqueles que trabalham pra si mesmo e aqueles que também têm um patrão. Seu Antônio contou que “antes diferenciava os papaleiros de três formas”:

O lixeiro: aquele que não tem ponto, que sai nos lixos a catar, que pega tudo; o catador: aquele que pega dos pontos certinhos; e aquele que tem patrão, não procura no lixo, que tem ponto, mas que ganha por dia ou por semana um valor fixo, o que interessa pra ele é chegar com o carrinho cheio, não interessa se tem lixo ou se tem material (seu Antônio).

Nesse último caso, seu Antônio disse que de vez em quando “o patrão se estressa: Pô! Tu só traz lixo”. E se tem “material bom, eles desviam”. O problema é que “quando o patrão descobre tira o carrinho dele”.

Além das diferenças entre os papaleiros mencionadas por seu Antônio, podemos também apontar outras. Antes da construção do conjunto habitacional, as diferenças de status entre os trabalhadores estavam relacionadas principalmente a dois fatores: carrinho próprio e moradia própria. Esses interferiam diretamente na aquisição dos resíduos ou na “propriedade da mercadoria”.

Os papaleiros moradores da Vila vendiam, geralmente, os resíduos coletados para depósitos, também chamados de galpões, localizados na própria vila. Um dos motivos era o preço, mesmo que fosse pouco mais baixo do que em outros depósitos compensava pelo fato de não precisarem se deslocar, já que a triagem do material era feita em suas próprias casas ou nos seus arredores.

Entretanto, papaleiros não moradores da vila também vendiam resíduos nos depósitos situados na Vila por causa do preço, ou, por causa de arranjos de trabalho estabelecidos entre eles e os donos dos depósitos, como no caso de não possuírem carrinho próprio para coleta.

Diante de tal situação, o dono do depósito que, frequentemente, possui vários carrinhos, cedia um deles e, em troca, o papelheiro se comprometia em dar todo o material coletado a ele. Esse tipo de acordo não configura exatamente uma venda, mas estabelece que os resíduos não são de quem os coletou, e sim do dono do carrinho — acordo freqüente, ainda hoje, entre os depósitos e aqueles que trabalham como papelheiros sem carrinho próprio. Quem os coletou recebe apenas uma quantia por dia, ou por semana, para realizar tal tarefa. Essa coleta pode ser feita nos pontos de coleta e nas ruas. Esses seriam os papelheiros dependentes de terceiros para trabalhar e não residentes na Vila.

Havia, ainda, aqueles papelheiros moradores da Vila que dependiam de terceiros para trabalhar e também para morar. O mesmo dono de depósito que cedia o carrinho cedia também uma casa ou uma “peça” de sua propriedade para o papelheiro, relação essa que implicava em mais uma contrapartida do trabalhador. Antes da urbanização da Vila, casebres de madeira e papelão eram erguidos com facilidade, o que, por um lado, ajudava a propiciar esse tipo de relação de trabalho. E finalmente, havia também os papelheiros independentes, que trabalhavam com mais autonomia para decidir onde vender o material coletado, pois possuíam tanto carrinho como casa própria⁷⁰.

Sobre a relação entre trabalho e moradia, partiremos das reflexões de Barbosa (2000). O autor se propõe a “investigar alguns dos tipos de ocupações que, se não específicos da mão-de-obra migrante, são absorvedoras em potencial dessa força de trabalho” (2000:14). Barbosa afirma que em sua pesquisa o trabalho “aparece como princípio lógico da migração, não só por questão de sobrevivência, mas também em razão de ascensão social”, o que faz com que a condição de migrante não esteja dissociada da condição de trabalhador, senão que “ambas estão presentes e incorporadas como estratégia de avaliação da possibilidade da migração” (2000:17). Barbosa afirma que um dos pontos influentes para a “constituição e definição do [seu] objeto de estudo está relacionada à singularidade da existência, nessas ocupações absorvedoras de mão-de-obra migrante, da articulação casa e trabalho” (2000:20).

A inserção dos migrantes nesses tipos de trabalho e de moradia implica na constituição de “uma dupla condição: a de trabalhador e a de morador, sendo que esta última

⁷⁰ Entre os catadores de retalho (Gomes, 2002) também há aqueles que possuem e aqueles que não possuem carrinho. Os catadores que trabalham com carrinho podem ser seus donos ou podem trabalhar com o carrinho de um depósito. Se esse for o caso, precisam dividir sua coleta do dia com o depósito. Os catadores recorrem ao “trabalho das crianças, cuja tarefa é guardar aqueles amontoados nas calçadas até o final da tarde, por volta das 17:00 horas. Nesse período, realiza-se com os interessados, a negociação” (2002:115). As crianças tomam conta dos resíduos (rejeitos das confecções) até as ruas e/ou caminhões passarem para efetuar a compra. “Cada ‘catador’ tem seus pontos de coleta fixos nas confecções” (2002:116). Eles podem se especializar em catar retalhos, ou diversificar, catando papelão e outros materiais recicláveis, o que é muito freqüente (2002:118).

está subordinada à primeira, pois é em razão à condição de trabalhador que se constitui a condição de morador” (Barbosa, 2000:20-21). Para Barbosa, essa dupla condição gerada pela relação entre casa e trabalho traz “diferenciações”, “hierarquizações sociais”, “condições de sujeição e subordinação”⁷¹ (Barbosa, 2000:21). E dos fatores que contribuem para a utilização dessa estratégia por parte dos migrantes, de se inserirem em ocupações que articulam casa e trabalho, se destacam a questão da “habitação, a reciprocidade na relação de parentesco e amizade, a inexistência de exigências de instrução de especialização para o trabalho”⁷² (Barbosa, 2000:31).

No caso dos papeleiros na época da Vila, o grau de dependência do trabalhador também estava relacionado ao fato do trabalhador ocupar uma moradia que não fosse sua, de trabalhar com um carrinho que não fosse seu, resultando em um duplo controle; mas existia, ainda, uma outra forma de dependência: o crédito no armazém. Os trabalhadores podiam comprar fiado no “bar” do dono do depósito com o qual trabalhavam, o que aumentava ainda mais sua dependência. Na Vila dos Papeleiros havia alguns bares, os quais pertenciam àqueles que estavam mais capitalizados, que podiam instalar certos aparatos (freezer, fogão, geladeira...) em um casebre e revender algumas mercadorias (azeite, arroz, leite, enlatados, doces, bebidas, etc.). Assim, havia donos de depósito que eram também donos de bar.

No contexto atual do Loteamento Santa Terezinha ainda existem papeleiros que não trabalham com carrinho próprio. Vários são os casos em que os trabalhadores começam com um carrinho que não é seu, como foi mencionado, mas de um dono de depósito ou de um amigo ou parente, trabalhando para juntar dinheiro até conseguirem comprar seu próprio carrinho. E há aqueles que permanecem anos trabalhando com o carrinho de um dono de depósito. No início, essa parece ser uma relação de “empregado” e “patrão”. O papeleiro não tem liberdade para fazer o quiser com o carrinho, seu compromisso consiste em coletar material para o dono do carrinho. Com o passar do tempo, se o papeleiro trabalhar “direitinho”, tal configuração vai se modificando e a confiança vai dando margem para uma maior flexibilidade daquele acordo. Se alcançada essa fase, onde há confiança estabelecida entre as duas partes, o papeleiro passa a poder usar o carrinho do patrão para seus próprios interesses, podendo fazer carretos e, às vezes, até puxar para si e vender para outro comprador que pague mais. Porém, tudo feito com o consentimento do patrão. Essa é a

⁷¹ Sobre a questão da articulação entre casa e trabalho, mais especificamente sobre vila operária, a qual é capaz de assegurar a assiduidade dos operários, exercendo um duplo controle, ver Lopes (1978; 1979).

⁷² Gomes (2002) também menciona uma grande procura do nordestino pelo negócio próprio e relaciona sua “inserção no comércio de retalhos” devido às redes sociais que eles possuem e à sua baixa escolaridade e qualificação profissional.

diferença do papelheiro que desenvolveu uma relação de confiança com o patrão. Aquele que não estabeleceu com seu patrão esse tipo de relação também pode fazer tudo isso, mas sem o patrão saber. O dia em que é descoberto é como seu Antônio falou, “tiram o carrinho dele”. É importante dizer que nos casos em que o papelheiro trabalha durante anos com o mesmo dono de depósito, já não se fala em empregado e tampouco em patrão. O mais comum é os papelheiros falarem: “trabalho com”, “trabalho para” ou “trabalho com o carrinho do”.

5. Comprando e vendendo

Devido às transformações urbanísticas que transformaram a Vila dos Papelheiros em Loteamento Santa Terezinha, não existe mesmo qualquer depósito ou espaço para armazenamento de resíduos no Loteamento. Ou seja, não existe nenhum comprador negociando no próprio Loteamento, porém, no depósito da Rua Paraíba ainda há alguns dos ex-donos de depósitos da Vila que permaneceram trabalhando como pequenos atravessadores. Os papelheiros que trabalham diariamente no depósito da Rua Paraíba fazendo a triagem do material coletado podem negociar com eles diretamente, com a vantagem de que nem precisam sair do depósito para isso. Os atravessadores, por sua vez, vendem o material comprado dos papelheiros para depósitos grandes que vão até lá buscar as cargas. Vale lembrar que ao contrário dos atravessadores que trabalham com a AREVIPA — os quais preferem não ser chamados dessa forma, pois associam à palavra um sentido de ilegalidade e, justamente por isso, não gostam dela, porque trabalham legalmente, pagando impostos, etc. —, os pequenos atravessadores do depósito da Rua Paraíba não cumprem exigências legais, mas é provável que seus compradores sim.

Seu Viana é um dos ex-donos de depósito mais conhecidos no Loteamento, residiu na Vila dos Papelheiros por anos e, por isso, ganhou casa no Loteamento. No DMLU, disseram que ele é o maior atravessador da comunidade atualmente. Além dele, há seu Ademar e outros atravessadores menores que também são moradores do Loteamento. Nas proximidades existem vários depósitos de particulares, sendo que um deles é do seu Chico, ex-morador da vila que aluga um prédio antigo, aparentemente com problemas estruturais, onde também reside com sua família. Os papelheiros moradores do Loteamento que vendem material para seu Chico ou aqueles que trabalham com carrinhos dele freqüentam seu depósito diariamente, tanto para guardar seus carrinhos como para classificar o material.

A questão do espaço, já mencionada anteriormente, é de grande importância no exercício da atividade não apenas para os donos de depósitos — locais que devem ser amplos com capacidade para abrigar grandes volumes de material —, mas também para os papeleiros, que necessitam de um local para classificar e armazenar os resíduos coletados. Por esse e outros motivos, depois do conjunto habitacional e das regras que o acompanharam, tornou-se cada vez mais importante para os trabalhadores manter o depósito da Rua Paraíba (o qual não dispõe de lugar para todos os papeleiros da comunidade), e conseguir outros lugares como os depósitos particulares.

O armazenamento em si e o manuseio dos resíduos são facilmente vistos pelas pessoas em geral como algo arriscado, inseguro e perigoso, o que significa que nem todo lugar é considerado apropriado para se realizar as tarefas necessárias para o exercício da atividade de papeleiro. As ruas, dependendo da localização e dos moradores do entorno, constituem-se em uma alternativa para os papeleiros que não contam com outro espaço. Entretanto, sem um lugar para guardar os resíduos, os papeleiros precisam vendê-los diariamente, o que interfere no valor do material. Por isso, os papeleiros que trabalham sempre com o mesmo comprador têm a chance de conseguir um espaço com ele, normalmente, no mesmo espaço de trabalho dele.

De acordo com Cléia, a percepção dos servidores da PMPA em relação aos donos de depósito que faziam parte da comunidade, foi mudando pouco a pouco depois da experiência do galpão diferenciado. Antes, os papeleiros eram vistos como “subjugados” aos donos de depósito e isso era compreendido pela PMPA como uma relação de “exploração”. Com a convivência na comunidade, os servidores foram percebendo que esses pequenos atravessadores também eram trabalhadores e moradores da Vila que tinham direito a casas no conjunto habitacional. Muitos haviam puxado carrinho e, com o tempo, juntaram recursos até conseguir seu pequeno depósito. É certo que esses depósitos eram muito precários e seus donos não eram como os “micro-empresários”. Entretanto, naquele contexto essa mudança de status acarretava muitas diferenças entre eles e os outros trabalhadores, conforme mencionado.

Encontramos esse tipo de diferenciação também entre os retalheiros (catadores de retalhos) (Gomes, 2002). Aqueles que acumularam um certo capital, adquiriram um local para depositar o resíduo e realizar sua comercialização, Gomes denominou de “retalheiro com depósito”. “Muitas vezes, ele trabalhou como catador e arrastou muito carrinho, conseguindo, posteriormente, alugar um ponto, para formar o seu próprio depósito. Assim, o depósito representa uma pequena ascensão social dentro desse universo” (2002: 121). E

como no caso dos papeleiros, esses depósitos são localizados nos locais que oferecem aluguéis mais baratos e são usados para classificação e embalagem do material.

Para Cléia, após a convivência com os papeleiros, tornou-se visível a importância do papel desempenhado pela figura dos atravessadores na comunidade, vistos como aqueles em quem os papeleiros podiam contar em caso de necessidade. Cléia disse que a razão pela qual os atravessadores permaneceram no Loteamento foi o respaldo não só de seu Antônio, mas da própria comunidade, principalmente daqueles que trabalham com eles.

Quando o incêndio aconteceu, nós os levamos para a Paraíba, onde não tinha nada, só aquele galpão que servia de garagem [...]. Na verdade foram feitos vários convênios para essa Unidade de Triagem entre o governo do estado, governo federal e prefeitura, foram feitas várias negociações. A ONG Cidadania e Moradia da Caixa Econômica, a ONG dos servidores da caixa, participou também dando a sua contribuição... Eram vários parceiros trabalhando juntos pra que eles tivessem esse espaço de direito para exercer o seu trabalho. E aí a gente tinha uma grande dúvida, uma grande crítica porque, o quê que a gente fez? A gente juntou num mesmo espaço todas as categorias de trabalho informal, que eram os catadores propriamente ditos, aqueles que não são atravessadores, pois esses são os donos de galpão. E o quê que aconteceu? Naquele espaço foram parar: os catadores individuais, os que trabalhavam para famílias, os atravessadores, porque os atravessadores, muitos deles, também perderam tudo... Também moravam na Vila. E eram muitas críticas, mas na verdade eles estavam todos destituídos de tudo, entendeu? Estavam todos no mesmo patamar. A única coisa que os outros tinham era a idéia de poder, que eles tinham antes do incêndio (Cléia).

Segundo Cléia, “os atravessadores, todos eles, tinham uma relação de parentesco ou de compadrio, a mesma relação da sociedade, aqui de fora, e eram muito respeitados na Vila”. Mas enfatiza que eles também não eram “heróis”. Cléia disse que, “por exemplo, o sujeito quando chega do interior, ele ia pra vila e já ganhava um carrinho pra trabalhar. Aí um desses líderes, eles forneciam o alojamento, a conta do bar...”. No entanto, para eles isso “tá dentro da normalidade”, não era visto por eles como uma forma de submeter os outros, como se estivessem “fazendo um mal”.

O momento em que o papel é pesado para a efetuação da venda passa por uma relação de confiança ou algo parecido. Assim como no caso da Unidade AREVIPA, os papeleiros também afirmam que, às vezes, pode acontecer de um comprador pagar mais por um determinado tipo de material, mas roubar na balança. Segundo alguns relatos o que se pode concluir é que, como na AREVIPA, a idéia entre esses papeleiros é de que compensa mais trabalhar com um só comprador o maior tempo possível, mesmo para aqueles que possuem carrinho próprio. “Não adianta ficar pulando de galho em galho”, segundo seu Mussum, já

que é na consolidação da relação com os compradores que os papelheiros podem alcançar algum nível de estabilidade e formas de garantias — seja através do adiantamento de pagamentos (o “vale”) para as despesas emergenciais, seja com a chance do comprador “fazer um preço” melhor para aqueles com quem pode contar. Seu Mussum vende o plástico para o Cabeleira e todos os outros tipos de material para o seu Chico, ou seja, para dois depósitos diferentes. Contudo, trabalha há muitos anos com seu Chico, estabelecendo com ele uma relação de amizade e confiança.

I: O senhor vende no sábado?

M: No sábado. Mas...eu não vendo no sábado agora, agora eu tô vendendo na sexta, mas eu gosto sempre de vender no sábado. Mas eu não sei o que tá acontecendo... Na sexta se a gente não for obrigatoriamente entregar, no sábado a gente não vê dinheiro. Bah! Aí era uma briga.

I: Porque seu Mussum?

M: Não sei, eu sei é que falta dinheiro, quando vem, vem com cheque... O homem é bom, mas chega sábado não pode contar com dinheiro.

I: Então o mais garantido é na sexta?

M: Mas eu tenho outro box ali na reciclagem, na Paraíba. Ali eu tenho o meu box. É que deu uma desavença aquela vez que iam desmanchar tudo ali pra o DMLU tomar conta, e eu me desnorteei também, sabe? Eu disse: “eu não vou ficar na rua, vou arrumar um lugar pra trabalhar”. Aí eu fui falar com o Chico.

I: Mas o carrinho é seu?

M: Os carrinhos são meus.

I: Os dois carrinhos? O senhor tem dois?

M: Tenho quatro carros.

I: E tem gente que puxa pro senhor?

M: Dois carrinhos. Tem três trabalhando.

I: Tem três trabalhando com o senhor.

M: Aí o Chico me deu um apoio, disse “vem pra aí”. O Viana disse: “Olha Mussum, quando quiser voltar, volta aí”. Que lá já é mais vantagem pra trabalhar.

I: Na Paraíba?

M: Lá a gente trabalha até...o horário que a gente quer...até as dez da noite lá dá pra trabalhar.

I: E aqui no seu Chico não?

M: Aqui não, aqui já é... Ele é cheio de coisa...já apaga a luz... Ele meio rígido. Mas por frescura porque a gente tá ali dentro pra trabalhar, tem que deixar a gente trabalhar.

I: Que horas ele costuma fechar?

M: Sete horas, sete e meia. Ele fica aberto, mas não deixa ninguém trabalhar. Não deixa luz acesa, apaga tudo.

I: Por quê? Por causa da conta de luz, será?

M: Não sei, a senhora sabe que até agora eu não entendi, não dá pra entender. O homem é assim difícil de entender, que é meio estranho. Isso aí prejudica a gente... [...].

I: Faz tempo já que o senhor vende pro seu Chico?

M: 15 anos.

I: 15 anos! E o senhor acha que tem que ter, assim, uma pessoa fixa, tem que ficar meio que... [...] tem que enraizar, o senhor acha?

M: Não, não é isso. É que o meu papel, eu sendo dono dos meus carrinhos, eu vendo pra quem eu quero.

I: Eu sei disso, mas porque o senhor vende há 15 anos, por exemplo, pro seu Chico?

M: Porque ele é um cara que apóia muito a gente. O que precisar a gente [...] é um lugar, um depósito que eu me sinto bem também...

I: O senhor fechou ali?

M: Fechei mesmo. Eu trabalhava na reciclagem ali com o Viana, mas vinha vender pra ele, há 15 anos trabalhando com ele.

I: E ali na Paraíba o senhor só escolhia?

M: Só escolhia. Na Paraíba eu tinha duas gurias lá que trabalhavam muito tempo comigo. Depois casaram, ganharam nenê, e aí largaram o papel.

I: Mesmo se tiver um preço maior, mais alto, o senhor continua vendendo pro seu Chico?

M: Continuo vendendo. Mas aqui na volta quem tá pagando mais alto é ele. Mesmo assim... Fez uma pergunta boa... Mesmo assim se aparecer outro não vendo... É como tu fez na pergunta, é que a gente se enraizou ali, sabe?

I: Já tem uma amizade...

M: Amizade...e o que precisar⁷³.

Seu Antônio formulou um exemplo para explicar um pouco a relação que desenvolveu com seu Viana: o material que Elvis coleta seu Antônio vende para seu Viana, mas se um dia resolver parar de vender para ele, vai avisar com uma semana de antecedência porque seu Viana está contando com o material que ele entrega todas as semanas. As vendas são semanais, e o preço de cada tipo de material depende da sua quantidade. Para esses com quem seu Viana pode contar faz vale, busca o gás, dá uma carona, etc. O comprador é a pessoa que pode garantir, em alguma medida, esse tipo de coisa para os papeleiros. E ao mesmo tempo, cada papeleiro pode garantir ao comprador que sempre vai ter o que vender. Durante a explicação, seu Antônio fez questão de enfatizar uma relação de troca de favores entre eles, de “ajuda” mútua porque considera que a “necessidade” é mútua.

Numa tarde de sexta-feira acompanhei seu Antônio e Ione até a reciclagem da Rua Paraíba, onde venderiam o material. Seu Antônio está vendendo de quinze em quinze dias porque acha que assim dá menos trabalho. Seu Hélio não estava, Elvis era quem estava arrumando tudo, empilhando, amarrando as pilhas de jornal e revistas, fechando as caixas, deixando tudo preparado para a hora de pesar. Ione o ajudou um pouco. Havia muito volume, dois sacos grandes da altura de um metro mais ou menos, e uma ou duas caixas grandes, cheios de papel, fora algumas pilhas de revista e jornal. Nesse dia eles não venderiam o

⁷³ Para Elizabeth Bott (1976:279) tanto o parentesco como a amizade “são os tipos mais importantes de relação social primária. Os vizinhos e as associações voluntárias são importantes, em grande parte, porque fornecem uma rede de amigos potenciais e podem se superpor às categorias de parentesco e amizade”.

plástico. Ione disse que parecia muita coisa, mas que seria necessário triplicar aquela quantidade de material para dar um bom dinheiro.

Depois de tudo arrumado, buscaram um carrinho especial, usado especificamente para carregar os volumes, caixas e sacos. Com esse carrinho seu Antônio levou todo o material para perto da balança de seu Viana, que ficava do outro lado do galpão. Cada trabalhador tem seu lugar demarcado no galpão, o qual é chamado por eles de “box”. Seu Viana pesou tudo, volume por volume, e foi anotando o peso de cada um num pequeno caderno. Todo o procedimento, desde carregar tudo até pesar tudo, levou de trinta a quarenta minutos. Além dos procedimentos anteriores à pesagem demorar um pouco, também pode ser necessário esperar que seja finalizada a pesagem de outro papeleiro. Sexta e sábado são os dias em que a maioria dos papeleiros vende o material, por isso o depósito pode estar bem movimentado.

Nesse mesmo dia, Seu Viana estava vendendo seu material para um atravessador. Um caminhão estava estacionado bem próximo da prensa e da balança. Um rapaz prensava o material, outros três pesavam os fardos e os quatro carregavam o caminhão. Seu Antônio disse que a prensa usada por seu Viana é emprestada do depósito com o qual ele trabalha.

A venda do material de seu Antônio rendeu duzentos e cinco reais. Dessa quantia, ele tinha que pagar cinquenta para seu Hélio (que recebe cinquenta por semana para separar), e mais cento e cinquenta de um vale que já havia feito com seu Viana, o qual foi descontado no mesmo momento. Assim, seu Antônio precisou fazer outro vale de cinquenta reais para não ficar sem dinheiro. Mas ainda tinha o dinheiro do plástico que venderia nos próximos dias e o dinheiro da partilha da reciclagem. Sem contabilizar os pequenos serviços que podem aparecer e as coisas que pode ganhar.

Para seu Antônio, seu Viana é seu “banco particular”, disse que “trabalhar com uma pessoa por anos... vai se enraizando e criando uma relação de confiança”. O mesmo vale para a “seletiva” (outro nome usado como sinônimo de reciclagem e Unidade), que “se enraizou com o Lagartixa [apelido do dono do depósito para o qual a AREVIPA vende seu material]; o cara nos facilita em alguma coisa e assim a gente está presente”.

Conforme Silva (1971) “a característica ‘típica’ das relações de trabalho no mercado não-formalizado é a substituição da proteção legal pelas tentativas de estabelecimento de laços de clientela com o maior número possível de patrões”. Só que os papeleiros independentes parecem preferir estabelecer esses laços com poucos, quando se trata da venda de material, até porque a relação não é de empregado-patrão. Os papeleiros que trabalham com um carrinho de depósito, exatamente por isso, são levados a estabelecer uma relação de clientela com esse. Agora, quando se trata dos laços de clientela que se

estabelecem entre papeleiros e seus pontos de coleta, podemos dizer que, em geral, os papeleiros tentam firmar relações de clientela com o maior número possível de pontos, que também, nesse caso, não são padrões⁷⁴.

Quando se trata de “fazer um preço”, um dos elementos em jogo é a confiança entre as duas partes, o que está diretamente relacionado com a pessoa com quem se negocia. O aspecto pessoal é inteiramente levado em conta, como também ocorre no caso dos ambulantes de Ciudad del Este (Rabossi, 2004). Considerando tal aspecto é que Rabossi afirma que:

Apontarmos para a dinâmica das vendas na rua nos permitirá observar o funcionamento concreto de um mercado no qual vendedores e compradores não são abstrações, mas pessoas distinguidas a partir de um conjunto de clivagens que operam correntemente e que estão na base, por exemplo, da formação dos preços (2004:123).

Para Rabossi o que há não é exatamente um mecanismo auto-regulado, mas sim o fato de que os preços estão relacionados com as pessoas envolvidas nas transações. Tal dimensão, que leva em conta a pessoa, aparece também entre os papeleiros e aqueles que compram o material reciclável por eles coletado. Não apenas no momento de se fazer um preço, mas também no momento de conseguir um adiantamento, ou indicar alguém para trabalhar, as relações parecem ser extremamente personalizadas até quando as pessoas não se conhecem. Nesse caso, a confiança passa por um terceiro, quem conhece as duas partes e faz a mediação. Seu Viana, por exemplo, só permite trabalhar com seus carrinhos os papeleiros que conhece ou os que têm indicação. Se seu Viana não conhece a pessoa, mas seu Antônio que trabalha com ele há três anos a conhece, seu Viana cede o carrinho, mesmo que a pessoa não tenha experiência como papeleiro, “ele experimenta ela um tempo”, disse seu Antônio.

Esse tipo de relação também aparece no trabalho de Barbosa, onde o “uso de redes sociais para se obter um emprego está apoiado na história da relação existente entre o empregador e aquele que indica o empregado”. Isso se fundamenta na “confiança” e na “reciprocidade, [...]. Ou seja, a inserção acontece em razão da disposição de relações que proporcionam informações sobre os empregos disponíveis e as recomendações para esse emprego” (2000:47).

⁷⁴ Gostaria de abrir um pequeno parêntese aqui e problematizar a relação de clientela entre papeleiros e depósitos, e também, entre papeleiros e pontos de coleta. Dependendo da forma como as relações são vistas, neste contexto os clientes podem ser tanto aqueles que compram como aqueles que vendem, e tanto aqueles que doam como aqueles que ganham.

Marie-France (1984) fala de uma dimensão semelhante, a do “nome da praça”, onde para se “negociar em melhores condições é preciso que exista um reconhecimento dos fornecedores potenciais da honestidade de um vendedor e de sua capacidade de honrar seus compromissos, ou seja, é preciso ter nome na praça”. Esse está diretamente relacionado com uma “noção de honestidade que se restringe aos compromissos assumidos, e que só se consolidam na medida em que estes são honrados” (1984:179). A autora afirma que “dentro da própria feira é indispensável desenvolver relações com os diversos vendedores, compradores e fiscais, especialmente com os primeiros, para enfrentar a permanente falta de liquidez” (1984:178).

Além da relação entre papelheiro e comprador há também a relação entre o papelheiro e a pessoa que trabalha com ele, quando necessário, seja puxando carrinho (se o papelheiro tiver mais de um ou se preferir escolher em vez de puxar, situação menos comum), seja separando o material. Alguns papelheiros oferecem “tudo” para a pessoa que trabalha com eles, como foi o caso de seu Antônio com Gisele. Para ele esse “tudo” inclui comida, casa e até cigarro, “tudo o que precisam”, além do pagamento em dinheiro por semana. Gisele morava em Viamão, era amiga de Ione. Quando começou a trabalhar com seu Antônio, Gisele permanecia a semana na Vila e aos finais de semana voltava para Viamão para ver seus familiares. Segundo seu Antônio, por diversas vezes ficou sem dinheiro ao pagá-la: “às vezes, ela ganhava mais do que eu”. No entanto, nessa época, ele não dispunha de nenhum familiar que pudesse lhe ajudar, e Gisele fazia seu trabalho com habilidade e rapidez, uma qualidade necessária para quem classifica. Se um papelheiro possui pontos bons, precisa de alguém que faça a triagem com agilidade, pois sem material separado não há o que vender no final de semana. Em último caso, pode até vender o material sem estar classificado, porém o valor é bem menor. A classificação atribui mais valor aos resíduos. Alguns papelheiros selecionam o próprio material, mas geralmente aquele que coleta não classifica.

Seu Mussum disse que pagar alguém para escolher o material “não compensa”. Enquanto sua filha não tivesse prática, até pagava alguém para escolher, mas depois que ela aprendesse não pretendia continuar pagando outra pessoa, e se precisasse, ele a ajudaria. No fim de semana seu Mussum sempre dá um dinheiro para filha, mas disse que “não é um pagamento”⁷⁵.

⁷⁵ De acordo com Silva (1984) é muito comum que os membros da unidade doméstica se engajem em atividades orientadas para o mercado sem serem pagos por elas, como o caso dos filhos que trabalham “ajudando” os pais.

Capítulo 5: Lixo, mercado e meio ambiente

Até o momento, vimos que a Vila dos Papeiros foi transformada no Loteamento popular Santa Terezinha, cuja maioria dos moradores trabalha com coleta e /ou triagem de materiais recicláveis. Entre esses trabalhadores há aqueles que trabalham na Unidade de Triagem da AREVIPA e aqueles que coletam e separam seu próprio material independentemente da Coleta Seletiva municipal, a qual foi implantada na cidade em 1990. O Governo Municipal de então montou um projeto amplo com o propósito de dar conta das diversas facetas daquilo que ele mesmo define como um problema ambiental: a produção de lixo, seu tratamento e seu destino final. Essa não é uma forma inteiramente nova de encarar o problema no sentido de que há muitos anos antes disso, tal perspectiva já havia sido manifesta pelos Governos Municipais anteriores, e formas de tratamento e destinação final do lixo já haviam sido pensadas e, algumas, até implementadas.

Após apontarmos para uma relação entre a atividade de coleta e triagem de resíduos sólidos e uma visão ambientalista, que passa a permear vigorosamente as problemáticas em torno do lixo na cidade de Porto Alegre, podemos nos referir a um processo de “ambientalização” do lixo. De acordo com Lopes (2004:17), tal expressão é um neologismo que designa “um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos [...] das diferentes facetas da questão pública do ‘meio ambiente’”. Essas novas formas de pensar o lixo vão ganhando visibilidade e significados diversos quando revestidas de uma referência ecológica.

Além disso, podemos também indicar uma relação entre o trabalho dos papeiros, o processo de ambientalização do lixo e sua emergência como mercadoria. Então, tentaremos desenvolver algumas conexões entre os três pontos nas próximas páginas.

1. Desde uma justificção

Para abordarmos a relação entre compra e venda de lixo/resíduos sólidos e preservação do meio ambiente, partiremos de um dos aspectos centrais da proposta de Boltanski e Chiapello (1999) em “*Le nouvel esprit du capitalisme*”: trata-se da capacidade que o capitalismo possui de endogeneizar críticas, as quais servem como mecanismos de auto-preservação que permitem a reprodução da economia. Para os autores, essa dinâmica é o que torna possível o fortalecimento do próprio capitalismo, e as “justificações” expressas em

termos de virtude ou de justiça, o que legitima a lógica capitalista. A exigência de justificação está indissociavelmente ligada à possibilidade de crítica, por isso, a justificação é necessária para apoiar a crítica ou para responder a ela quando denuncia o caráter injusto de uma situação.

Aquilo que os autores chamam de “espírito do capitalismo” é a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo. A importância da ideologia consiste em ser suficientemente forte para ser aceita por um grande número de pessoas de forma a conter, ou até superar, o desespero ou nihilismo que a ordem capitalista inspira não somente àqueles que oprime, mas também até àqueles que têm o peso de manter e transmitir valores. Para os autores, o papel da ideologia é fundamental no processo de consolidação do capitalismo, sendo que o próprio “espírito do capitalismo” consiste num “conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar essa ordem, sustentá-la, legitimá-la, assim como os modos de ação e os dispositivos que são coerentes com ele”. Por isso, tais crenças são expressas em termos de virtude ou justiça que sustentam o cumprimento de tarefas mais ou menos puníveis e a adesão a um estilo de vida favorável à ordem capitalista (Boltanski; Chiapello, 1999:46).

O foco de Boltanski e Chiapello (1999) recai sobre as relações entre o capitalismo e suas críticas para, então, lograr interpretar fenômenos como a verificação de uma transformação profunda do discurso administrativo e o uso de justificações da evolução do capitalismo nos últimos anos. Para tanto, propõem um quadro teórico mais geral a fim de compreender as formas através das quais as ideologias associadas às atividades econômicas se modificaram. Por isso, sinalizam que o sentido de ideologia não deve ser remetido ao marxismo vulgar, resultando em um sentido reducionista, mas àquele desenvolvido na obra de Louis Dumont, como um conjunto de crenças partilhadas, inscritas nas instituições e engajadas nas ações. A importância de tal consideração é que a análise é deslocada dos fatores explicativos exteriores aos homens, como aqueles de ordem tecnológica, macroeconômica ou demográfica, para as maneiras pelas quais as pessoas se engajam nas ações, nas justificações e quais os sentidos que dão a seus atos.

Tomando como base algumas idéias de Boltanski e Chiapello, podemos relacionar a legitimação pública de um “argumento justo”, nesse caso o da preservação do meio ambiente, à formação de algo identificado como um mercado de materiais recicláveis, cujos integrantes se engajam e justificam de diversas maneiras, significando um avanço da fronteira do capitalismo em um espaço onde antes tinha muito pouca inserção ou se inseria de forma muito diferente.

A relação entre a dimensão estatal, no caso a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e o desenvolvimento de um mercado de resíduos sólidos passa pela idéia do gerenciamento do lixo como uma forma de solucionar um problema de caráter ambiental. Na medida em que o lixo e as problemáticas ao seu redor são abarcados por uma perspectiva ambientalista, algumas soluções vão sendo encontradas a partir da classificação de uma parte do próprio lixo como “reciclável”. Tal denominação, além de estar associada a uma dimensão ambiental, passa a designar um valor econômico, pois os resíduos enquadrados nessa classificação passam a ser encarados como mercadoria pela própria dimensão estatal, o que não quer dizer que já não fossem considerados como tal antes disso (vimos o caso de pessoas que trabalham como papeleiros há mais de vinte, trinta anos). No entanto, não podemos deixar de considerar que, paralelo a isso, surgem mais interesses e interessados em obter, adquirir, conseguir, dispor, comprar e vender os diferentes tipos de materiais recicláveis. E, cada vez mais, as transações de compra e venda se configuram como um “negócio”, ou um mercado, se preferirmos, no sentido de que aparecem mais “empresários do papel”, depósitos legalizados e não legalizados, tabela de preços, concorrência, indústrias de beneficiamento de material reciclável, produtos elaborados com material reciclável, etc. Com isso, podemos dizer que tanto o mercado quanto as práticas que o constituem fazem parte de um processo de construção social e econômico, não sendo derivados do mero desenvolvimento de práticas anteriores (Garcia, 1986).

A formação de toda essa teia, da construção de um mercado e de uma mercadoria, teve um grande impulso com a adoção daquilo que podemos chamar de *justificação ambientalizada*, pois é um “argumento justo” associado a um “processo histórico de construção de novos fenômenos”. Sendo que o próprio meio ambiente, segundo Lopes (2004), possui uma capacidade de ser compreendido como justificação para determinados fins, o que se deve a uma percepção do meio ambiente enquanto uma construção social. Aquilo que é percebido como questão ambiental explica-se pelo caráter polissêmico que o meio ambiente apresenta possibilitando, assim, a transformação de velhas questões em questões ambientais.

Em certa medida, esse efeito pode ser relacionado àquilo que apontam Boltanski e Chiapello (1999) sobre um dos preços a ser pago pela crítica para ser escutada, ou seja, o fato de que uma parte dos valores mobilizados para serem opostos às formas tomadas pelo processo de acumulação é posto a serviço daquela mesma acumulação. Assim, podemos dizer que a formação de um mercado de materiais recicláveis, onde as diferentes pessoas que

atuam nele se utilizam de justificações baseadas em justiça social e ambiental, é um exemplo de incorporação da crítica.

A possibilidade que os empreendedores, principais causadores da degradação ambiental, têm de se apropriarem da crítica, usando-a a seu favor, também é salientada por Lopes como uma das formas de obtenção de lucros simbólicos e materiais que o campo empresarial dispõe ao viabilizar uma “produção limpa e ambientalmente correta”, por exemplo. Mas, além dos empreendedores, trabalhadores e populações atingidas por danos ambientais também passam a utilizar-se da questão ambiental “como repertório de seus interesses e reivindicações” (Lopes, 2006:32).

2. Desde uma motivação econômica

Para pensarmos em termos de uma motivação econômica para as transações feitas a partir dos elementos e materiais encontrados no lixo, nos remetemos ao capítulo “As condições de emergência da categoria econômica” do livro “*Homo Aequalis*” de Louis Dumont (2000). Nesse texto, o autor afirma ocorrer uma mudança ideológica fundamental no período mercantilista, pois, até então, o comércio representava vantagem apenas para um dos lados envolvidos numa transação. Essa idéia predominante era responsável, segundo Dumont, por um desprezo geral pelo comércio e pelo dinheiro, característico das sociedades tradicionais. A mudança fundamental constituiu-se no fato de que a troca passou a ser considerada como vantajosa para as duas partes envolvidas numa transação, marcando, assim, a ascensão da categoria econômica. Entretanto, esta só seria reconhecida se fosse separada não apenas do domínio da política, mas também do domínio da moralidade.

O “traço distintivo” da esfera econômica, o qual legitima e justifica sua emancipação, encontra-se na sua coerência interna “orientada para o bem do homem” (Dumont, 2000:53). Outro pressuposto importante para nutrir a autonomização da esfera econômica foi a idéia da “harmonia natural dos interesses” (Dumont, 2000:54). A partir de então, não apenas os interesses das partes envolvidas na transação estavam presentes, como também o interesse individual coincidia com o interesse geral. O autor ressalta que tal processo não ocorreu sem combate ou contradição.

Além da percepção emergente no século XVIII das transações econômicas como vantajosas para ambos os lados, adicionaremos outra noção essencial para o desenvolvimento deste trabalho: a noção de mercadoria. Na medida em que parte do lixo passa a ser vista

como algo revestido de valor econômico, tornando-se um produto, uma mercadoria, os interesses sobre ele passam também por uma ordem econômica, o que pode explicar, por um lado, o interesse manifesto de diversos agentes sobre os materiais recicláveis. Enquanto mercadoria, o lixo seco passa a compreender um valor que resulta no lucro de ambas as partes envolvidas na negociação, daquele que compra e daquele que vende. Sob essa perspectiva, o papelheiro não se encaixa na imagem de “explorado” ou “sobrevivente”, mas pode ser visto como alguém que realiza um negócio, uma transação e obtém lucros com ela.

Se uma parte do lixo passa a ser vista como algo revestido de valor econômico, podemos falar nessa parte como mercadoria, recorrendo à idéia de construção social da mercadoria de acordo com Kopytoff (1986). O autor aponta para um processo cognitivo e cultural de produção de mercadorias, através do qual apenas algumas coisas disponíveis na sociedade são consideradas apropriadas enquanto mercadorias, podendo variar de acordo com a época. Com isso, podemos estender o pressuposto de Kopytoff para o caso do lixo. Diversos tipos de latas, vidros, plásticos e papéis encontrados no lixo ou classificados como tal por determinadas pessoas em determinadas épocas ou situações são tratados como mercadorias em outros contextos. Por exemplo, desde o ponto de vista dos papelheiros, o lixo é constituído, sobretudo, por matérias orgânicas, compreendendo, portanto, aquilo que é dispensado por ele e não aquilo que eles vendem.

Para Kopytoff (1986), mercadoria consiste numa coisa que tem valor de uso e que pode ser trocada em uma transação por uma contrapartida, e que indica que esta tem que ser de um valor equivalente, sendo tomada também por mercadoria no momento da troca. Contudo, o aspecto central da proposta do autor está na sua percepção das mercadorias não como uma essência ou estado imutável, mas como um processo que o autor chama de “*commoditization*”, ou mercadorização, através do qual aquilo que chama de coisa vai tornando-se, transformando-se em mercadoria.

Conforme Appadurai (1986), a principal importância do modelo elaborado por Kopytoff é a proposta de um modelo processual geral de mercadorização, no qual os objetos podem ser deslocados tanto para dentro como para fora do estado de mercadoria. A perspectiva de que a mercadoria consiste numa fase da vida social de algumas coisas é compartilhada por ambos os autores⁷⁶.

⁷⁶ A discussão sobre mercadoria tem como referência inicial os dois primeiros capítulos de “O Capital” (Marx, 1983), servindo de base, inclusive, para Appadurai e Kopytoff desenvolverem esse tema.

3. Mercadorização, classificação e controle

Para efeitos de reciclagem, a questão da quantidade de material apresenta certa relevância, pois as transações de compra e venda se realizam com base no peso dos diferentes resíduos. Cada tipo de resíduo apresenta um valor diferente, como o papel, por exemplo, classificado como branco e misto. O primeiro tipo é composto apenas por papel branco e possui um preço mais alto do que o segundo tipo, composto por papel colorido. A padronização do material reciclável por parte de quem vende e por parte de quem compra apresenta-se como um princípio organizador fundamental nesse universo. As formas como os resíduos são agrupados, embalados, guardados, separados por cores e classificados a partir de diversas categorias, não devem ser vistas separadamente do seu estatuto de mercadoria. Mas conforme Garcia (1986), justamente nessa dimensão da padronização é que se expressa um “princípio de mercado”.

Além da estreita associação que pode ser feita entre a adoção de um princípio classificador como um princípio de mercado, podemos também nos remeter a Douglas (1976) para pensarmos que nada mais do que o lixo deve ser classificado para que possa ser associado à outra coisa ao invés de “sujeira”. A introdução de um princípio ordenador no universo dos resíduos pode ser vista como um esforço direcionado para uma espécie de desconstrução da sujeira, pois, de acordo com a autora, as noções de sujeira e desordem estão estreitamente relacionadas, ou seja, aquilo que é ordenado torna-se limpo. Para Douglas, a “sujeira ofende a ordem. Eliminá-la não é um movimento negativo, mas um esforço positivo para organizar o ambiente” (Douglas, 1976: 12). Pensar num processo de mercadorização do lixo nos leva a pensar numa ordenação justamente por se tratar de um processo através do qual está tornando-se mercadoria ou *destornando-se* lixo.

As noções de classificação, ordem, organização, agrupamento, no sentido de classificar e também de somar, juntar, aglutinar volume, material, no sentido físico e conseqüentemente em termos de valor, pois, se soma valor, se aglutina, estão todas agindo no dia-a-dia dos papeleiros, catadores, recicladores. Nesse universo, a noção de valor está presente no volume, no conjunto, num agrupamento. Caso contrário, tanto o valor comercial do material, quanto o valor do trabalho, e do trabalhador, no sentido moral, se diluem, são enfraquecidos, tornam-se frágeis. Se existe uma fortaleza do trabalho, do trabalhador e da mercadoria, ela se encontra atrelada à quantidade das qualidades. Cada qualidade, como diz dona Paraguaia, ou cada tipo, cada classe, se fortalece na sua quantidade, seu valor é

diretamente proporcional a ela, porém, as quantidades devem ser/estar devidamente divididas por qualidades.

O próprio papelão é, sobretudo, um ordenador, um classificador desde o momento da coleta, pois realiza a coleta de acordo com uma classificação prévia daquilo que para ele não é lixo ou que, em algum momento, deixará de sê-lo. Além disso, o coletor pode classificar materiais e objetos de acordo com outras categorias como aqueles que podem ser usados, aproveitados, consertados, presenteados etc. O momento da separação ou triagem nada mais é do que uma classificação dos materiais recicláveis em categorias como plástico, papel, papelão, vidro etc, fazendo parte dessa etapa um forte aspecto sensorial: cores, formas e texturas que expressam uma tipologia.

O período entre a coleta e a triagem dos resíduos pode ser visto como um estado de liminaridade, partindo das considerações de que o lixo só se transforma em material quando classificado, como disse dona Paraguaia. Assim, o período entre a coleta e a triagem consiste num espaço de tempo onde os resíduos encontram-se suspensos entre a “pureza” e o “perigo”. A imposição de uma ordem sobre o lixo também consiste numa forma de controle e domínio sobre determinadas matérias que antes estavam predominantemente associadas a uma noção de risco, perigo e ameaça⁷⁷.

4. Diferenciação e valorização

Entretanto, é necessário fazer uma distinção, a partir dos dados empíricos, entre o lixo que é passível de ingressar num processo de mercadorização daquele que não é, para então tecermos algumas reflexões a respeito. A classificação do lixo como “reciclável” ou “resíduo sólido” é o que determina a valorização do material, estando fundamentada em uma perspectiva ambientalista. Essa forma de nominar possui um efeito performativo derivado do “poder estruturante das palavras”, “da capacidade de prescrever sob a aparência de

⁷⁷ Foucault (1977:135) fala da imbricação entre dominação e organização nessa passagem: “A constituição de ‘quadros’ foi um dos grandes problemas da tecnologia científica, política e econômica do século XVIII; arrumar jardins de plantas e de animais, e construir ao mesmo tempo classificações racionais dos seres vivos; observar, controlar, regularizar a circulação das mercadorias e da moeda e estabelecer assim um quadro econômico que possa valer como princípio de enriquecimento; inspecionar os homens, constatar sua presença e sua ausência, e constituir um registro geral e permanente das forças armadas [...]: outras tantas operações conjuntas em que os dois constituintes — distribuição e análise, controle e inteligibilidade — são solidários. O quadro, no século XVIII, é ao mesmo tempo uma técnica de poder e um processo de saber. Trata-se de organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de impor-lhe uma ‘ordem’”.

descrever” (Bourdieu, 1996:118), numa dimensão que envolve os materiais e aqueles que lidam com ele. Ou seja, o que era até então lixo, passa a apresentar uma série de classes diferentes que não foram criadas pelos papeleiros, ou pelos donos de depósito, mas por especialistas com autoridade para enunciar quais substâncias podem ser submetidas a um processo de reciclagem.

Os adjetivos que indicam uma ambientalização do lixo agem, ao mesmo tempo que qualificam, como uma espécie de purificadores de seu significado negativo. Aquilo que era negativo, através de uma espécie de processo de positivação, sofre uma transformação ou um revestimento positivo. Contudo, nenhum dos extremos da polaridade deve ser visto como absoluto ou fixo, mas deve-se compreender a polaridade em sua própria dualidade. Por um lado, se visto como prejudicial para a preservação do meio ambiente, o lixo deve ter seus riscos minimizados. Daí a emergência de uma preocupação e cuidado com o lixo por parte do poder público, por exemplo, controlando sua produção e seu destino final. Por outro lado, uma purificação do lixo ocorre no momento de sua associação a questões ambientais. É essa imbricação que garante a possibilidade de que o lixo seja visto como outras coisas diferentes de lixo e também como uma nova mercadoria.

Essa espécie de enobrecimento do lixo, e do trabalho a partir dele, se estende conseqüentemente aos trabalhadores, passando de um trabalho estigmatizado a uma atividade com crescente valorização, sendo submetido a uma nova discussão enquanto parte de um tema ecológico. Então, a questão de como tratar os resíduos é uma parte importante do futuro do trabalho, de certa forma, pois foi se fortalecendo uma ocupação que já existia, mas não exatamente com as mesmas características. Por isso, alguns trabalhadores apropriam-se de elementos constitutivos das temáticas ambientais com o propósito de realizarem uma conexão entre essas e o trabalho que realizam, apresentando-se ou definindo-se muitas vezes como “recicladores”, pois trabalham com “material reciclável”, “resíduo sólido”. Através dessa operação investem na transformação de um dos motivos causadores de estigma em atributo. Para seu Salles, a palavra “mais bonita” para se referir à etapa da classificação do material é “reciclar”, e para aquele que a realiza é “reciclador”.

Antes o lixo ocupava uma posição muito baixa na escala social e, no entanto, começou a ser valorizado em função da própria melhoria da indústria, que, assim, também começou a fazer economia. A idéia de produção de um mínimo possível de lixo está ligada a um ideal de engenharia ambiental associado à geração de lucros. Isso converge para um ideal de sustentabilidade, de que tudo se aproveita, apresentando um lado utilitário e também um ponto de vista simbólico: são criados novos produtos, como brinquedos, artesanato,

instrumentos musicais, utensílios domésticos, roupas, etc., com novas fontes, novas matérias primas.

5. Uma categoria residual

Partindo das considerações dos próprios papeleiros, percebemos que o lixo surge como uma categoria residual nesse contexto. Tudo aquilo que não tem “serventia” para eles, que não lhes interessa, porque julgam não ter valor ou ter muito pouco, vai para o lixo. O objeto do seu trabalho não é o lixo, mas aquilo que tem um valor econômico, aí encontrado e daí retirado. No entanto, o lixo é tudo que não isso. Assim, a denominação “resíduo” faz muito sentido, pois o resíduo é o lixo. Entretanto isso já estava explícito em uma das formas de denominar o lixo. O que podemos salientar com base no trabalho de campo é que há o resíduo do resíduo, e esse é o que os papeleiros chamam de lixo.

Dessa forma, enquanto categoria residual, o lixo não acaba nunca, como dizem alguns papeleiros, sempre haverá o que se jogar fora, e isso é o lixo. Com uma aposta na reciclagem ou no aproveitamento de resíduos, torna-se evidente a necessidade de se encontrar um *onde* descartar certas coisas, um lixo para o lixo, pois sempre haverá rejeitos, não apenas domésticos como também os resultantes de processos industriais. O lixo até pode ser considerado como aquilo que está fora do lugar (noção expressa pelo DMLU), mas será que todas as coisas têm um lugar, uma classificação exata? O próprio princípio basilar da reciclagem, de que as coisas estão inseridas em um ciclo, que possui diferentes etapas e fases, dá conta de algumas coisas, mas ainda há aquelas que estão fora do ciclo, e também aquelas que talvez nunca estejam dentro, como os resíduos radioativos, por exemplo.

A idéia de sempre existir um lixo se aproxima da noção de uma classificação do tipo “diversos”, uma pluralidade de coisas e substâncias que não têm um lugar exato, uma classificação específica, mas que compartilham com outras a categoria “diversos” ou “geral”, que, de acordo com os papeleiros, é o lixo, o resto. Por um lado, isso serve para pensar que no universo das classificações, dos diferentes tipos de materiais, mesmo sem haver tantas categorias específicas para tudo aquilo que o lixo contém, ainda assim se tem uma categoria. Essa abarca tudo aquilo que não entrou numa classificação específica, num tipo, numa qualidade, numa classe. Então, na categoria lixo se insere tudo o que não tem uma categoria, ou é uma forma de classificar aquilo que não teve classificação antes; para o que não tem nome se dá o nome de lixo, por exclusão. Por outro lado, também há aquilo que antes da

classificação, ou mesmo da coleta, já é classificado pelos papeleiros como lixo. Esse é o caso do material orgânico. Entretanto, sua condição de lixo está associada em parte à sua não valorização. Se os resíduos orgânicos comesçassem a apresentar um valor econômico, talvez deixassem de pertencer à categoria lixo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos dados coletados em campo, gostaríamos de retomar alguns aspectos que aparecem com mais evidência na etnografia. O primeiro deles é o fato de, com a urbanização e construção das novas habitações, surgir um compromisso financeiro para as famílias (as contas de água, luz e a prestação das casas); fato novo nesse universo onde a imprevisão se sobrepunha às formas de previsão, assim como a liberdade se sobrepunha ao compromisso. Desta maneira, as obrigações mensais aparecem com uma conotação paradoxal nas conversas com alguns moradores, pois, como visto no decorrer do capítulo 1, essas mudanças em relação aos compromissos de pagamento de contas podem ser vistas pelos moradores tanto como um aspecto positivo como um aspecto negativo. Também é necessário salientar a origem de grande parte da população do Loteamento Santa Terezinha, migrantes do interior do Rio Grande do Sul que chegam à capital do estado em busca de trabalho, apresentando na maioria das vezes baixa escolaridade e qualificação profissional.

O segundo ponto a ser ressaltado diz respeito à relação estabelecida entre os papeteiros e seus pontos de coleta, os quais permitem ao trabalhador fazer uma estimativa de seus ganhos, possibilitando, em alguma medida, a previsão de sua renda. Os papeteiros que contam com o material proveniente de pontos de coleta apresentam certa satisfação com os rendimentos que a atividade pode propiciar. Já os papeteiros que não têm pontos de coleta consideram a rotina de trabalho “mais difícil”, nas suas palavras, resultando em rendimentos mais escassos.

O estabelecimento de laços entre os papeteiros e os compradores de material reciclável pode resultar em relações que funcionam como uma espécie de segurança ou garantia para ambas as partes quando baseada na confiança, pois o fato da relação não estar sendo mediada por mecanismos legais não implica a inexistência de obrigações entre as partes. Diversas formas de acordo entre os trabalhadores constituem modos de precaução diante da possível instabilidade de seus rendimentos. Também é interessante ressaltar a potencial ambigüidade contida nessas relações desde o ponto de vista do poder público, que as encara, em um primeiro momento, como de dependência ou subordinação e, posteriormente, sem descartar inteiramente a visão anterior, passa a levar em conta a possibilidade de segurança e garantias que tais relações propiciam aos trabalhadores, conforme colocado por um dos servidores da prefeitura.

A importância de um espaço para triagem e armazenamento do material coletado é outro aspecto de extrema relevância para os papeteiros, posto que a valorização dos materiais

recicláveis se dá, em grande medida, por sua acumulação. Com a proibição da triagem no próprio local de moradia pelo DEMHAB, muitos trabalhadores tiveram que encontrar um lugar destinado à classificação e ao armazenamento do material, o que fragiliza as condições de trabalho do papelheiro caso ele não disponha desse espaço à parte. Nesse caso, os papelheiros podem recorrer ao espaço das ruas e vender o material coletado diariamente, devido à impossibilidade de armazenamento, enfraquecendo, assim, os rendimentos. Igual importância tem a etapa da triagem do material para o trabalho do papelheiro, o qual não é finalizado enquanto os resíduos não estiverem devidamente classificados, sendo que a valorização do material reciclável resulta, principalmente, da sua separação por categorias.

A disputa sobre o lixo seco que se estabeleceu entre os papelheiros, Coleta Seletiva municipal e outros interessados é um forte indício de valorização dos diversos materiais recicláveis nos últimos anos em Porto Alegre. Para os papelheiros, a Coleta Seletiva não se coloca apenas como uma concorrência, mas também como uma espécie de regulador das suas formas de trabalho. Papelheiros mais antigos se remetem a um “antes”, “naquela época” ou “de primeiro”, como um tempo em que era mais fácil ter acesso aos materiais mais valorizados, principalmente o papel e seus diferentes tipos. Desde a implantação da Coleta Seletiva e do Projeto de Gerenciamento Integrado dos Resíduos, o papel e tantos outros materiais foram ganhando um preço mais elevado e o número de atores interessados neles também aumentou. Por isso, muitas empresas, ao invés de darem aos papelheiros o lixo seco que produzem, capitalizam, elas mesmas, a venda dos resíduos.

Relacionado a isso está a imbricação do lixo com a questão ambiental, o que estimula a valorização e visibilidade daquilo que era predominantemente considerado como lixo e passa a ser, cada vez mais, visto como material reciclável. Pode-se dizer que parte dessa conexão foi reforçada pela Administração Municipal ao explicitar sua visão sobre o lixo como um problema, em grande parte, ambiental.

Assim, podemos indicar uma relação entre a formação de um mercado de materiais recicláveis, a percepção do lixo como mercadoria e a atividade dos papelheiros. Perceber todas essas dimensões como não isoladas umas das outras possibilita a ampliação de nossa compreensão sobre tais fenômenos. Além disso, a necessidade de inserir um foco na dimensão ambiental, que fundamenta usos e apropriações com fins políticos e estratégicos tanto por parte dos trabalhadores como do próprio mercado e seus empreendedores, possibilita maior clareza a respeito da imbricação das relações apontadas acima.

Sobre as relações de vizinhança entre o Loteamento e o Bairro Floresta, nota-se, considerando o relato de seu Vladimir, as reclamações de moradores durante a reunião da

ACC e algumas colocações do presidente da Associação, uma série de avaliações morais expressas na forma de tensões entre os dois grupos. A perspectiva dos moradores do Bairro sobre o condomínio popular Santa Terezinha e seus moradores explicita-se através de noções como, por exemplo, “o lixão da Paraíba”. Enquanto para os papeleiros esse consiste em um local de trabalho — necessário para guardar carrinhos, bem como classificar e armazenar o material coletado —, para os vizinhos não passa de um “lixão”, remetendo a uma idéia de desordem sob a imagem da precariedade das formas de trabalho. No entanto, vale lembrar, o depósito da Paraíba resultou de um processo de regularização cuja iniciativa partiu da Prefeitura. O propósito era providenciar condições de trabalho e moradia para os papeleiros, evitando a construção de uma paisagem como a da Vila, que misturava perigosamente pessoas e lixo, o que era visto negativamente tanto por moradores do Bairro como pelos próprios moradores da então Vila dos Papeleiros. Por tudo isso, os papeleiros consideram legítimo o uso que fazem do depósito da Rua Paraíba, recusando a possibilidade de se retirar dele, gerando, assim, mais tensões. A fixação de uma população de baixa renda numa região central gerou desconforto aos moradores estabelecidos há mais tempo nas redondezas, constituindo-se, então, uma relação inversamente proporcional: quanto mais confortáveis aqueles se sentem, menos confortáveis ficam os moradores do Bairro.

O emprego de uma terminologia variada e imprecisa para se referir ao trabalho dos papeleiros — que se estende desde, por exemplo, “catadores de lixo” até “recicladores”, seja por pessoas em geral ou pelos próprios papeleiros — está associada à variação de valores que são atribuídos ao trabalho que eles executam. Desde o ponto de vista dos papeleiros, o lixo não consiste no objeto do seu trabalho, pois o lixo é o que é dispensado e não aquilo que os papeleiros vendem. O lixo, para os papeleiros, é composto de restos orgânicos e alguns tipos de materiais com pouco ou nenhum valor de mercado.

Por fim, gostaria de salientar que ao longo desta dissertação busquei descrever o trabalho dos papeleiros e sua condição de trabalhador porque eles próprios manifestavam ser essa a forma como gostariam de ser vistos. Através da ênfase na conexão entre o trabalho do papeleiro e o processo de reciclagem, relação ainda pouco visível para a sociedade segundo os próprios trabalhadores, os papeleiros buscam o reconhecimento do seu trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. Notas sobre a Família num Grupo de Operários Têxteis. In: LOPES, José Sérgio Leite [et al.]. “Mudança social no Nordeste”: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ANDRADE, Jackeline; GUERRERO, Raquel. Unidades de Reciclagem de Porto Alegre. In: FARAHA, Marta Ferreira Santos; BARBOSA, Hélio Batista (Org.). “20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania”. São Paulo: Programa Gestão Pública, 2001.

APPADURAI, Arjun. Introduction: commodities and the politics of value. In: _____ (ed.). “*The social life of things*”: commodities in cultural perspective. Cambridge, NY: Cambridge University Press, 1986.

BARBOSA, Fernando Cordeiro. “Trabalho e residência”: estudo das ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício a partir de migrantes ‘nordestinos’. Niterói: EDUFF, 2000.

BIDONE, Francisco Ricardo Andrade. “Conceitos Básicos de Resíduos Sólidos”. São Carlos: EESC/USP, 1999.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELO, Ève. “*Le nouvel esprit du capitalisme*”. Paris: Gallimard, 1999.

BOTT, Elizabeth. “Família e rede social”. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. “O desencantamento do mundo”: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

_____. “A economia das trocas lingüísticas”: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

BEYNON, Huw. Protesto ambiental e mudança social no Reino Unido. “Mana”: Estudos de Antropologia Social, 5/1, abril, 1999.

BULLARD, Robert D. “*Dumping in dixie*”; race, class and environmental quality. Boulder: Westview Press, 1994.

CLIFFORD, James. *Introduction: partial truths*. In: CLIFFORD, James & G.MARCUS (ed.). *“Writing culture”. The poetics and politics of ethnography*. Berkeley, Los Angeles & London: University of California Press, 1986.

COMERFORD, John Cunha. “Como uma família”: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

COSTA, Telmo Cardoso. “Pequena História da Limpeza Pública na Cidade de Porto Alegre”. Porto Alegre: DMLU, 1983.

DA MATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo, ou como Ter “*Antropological Blues*”. In: NUNES. Edison de Oliveira (Org.). “A Aventura Sociológica”: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DEMHAB. “Projeto de Participação Comunitária”. Programa Habitar Brasil/BID. Porto Alegre, 2002.

DEVOS, Rafael. “A questão ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS”. Porto Alegre: UFRGS, IFCH, PPGAS (Tese de Doutorado), 2006.

DMLU. EQUIPE DE COLETA SELETIVA. “Projeto de Coleta Seletiva do Lixo Urbano”. Porto Alegre, 1991.

DMLU. “Os Caminhos do Lixo”: da origem ao destino final: experiência popular de gerenciamento integrado em Porto Alegre/RS. Trabalhos apresentados no I Simpósio Latino-Americano de Resíduos Sólidos em São Paulo em agosto de 1993. Porto Alegre, 1993.

DOUGLAS, Mary. “Pureza e Perigo”. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUARTE, Luis Fernando Dias. “Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: CNPQ/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986.

_____. Identidade Social e Padrões de Agressividade Verbal em um Grupo de Trabalhadores Urbanos. In: LOPES, José Sérgio Leite. “Cultura e Identidade Operária”: Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

DUMONT, Louis. “As condições de emergência da categoria econômica”. In: Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica. Bauru: EDUSC, 2000.

ELEJALDE, Benito. Saneamento das Cidades. O lixo. In: EGATEA. Revista da Escola de Engenharia (UFRGS). Porto Alegre, vol. II, nº 1, jul/ago. 1915.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. “Os estabelecidos e os outsiders”: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EVANS-PRITCHARD, E.E. “Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande”. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FISCHER, Nilton Bueno. A luta emancipatória entre os catadores de lixo na periferia de Porto Alegre: a provisoriedade da educação pelo trabalho. In: “Educação e Realidade”. Vol. 14, nº 2, jul/dez, 1989.

FOUCAULT, Michael. “Vigiar e Punir”: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRITSCH, Ivânea Elisabete. “Os resíduos sólidos e seus aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais”. Porto Alegre: Fundação Escola Superior de Direito Municipal (Monografia de Especialização), 2000.

GARCIA, Afrânio Raul. “Terra de trabalho”: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA, Marie-France. GARCIA, Marie France. “Feira e trabalhadores rurais”: as feiras do brejo e do agreste paraibano. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, PPGAS (Tese de Doutorado), 1984.

_____. “*La construction sociale d’un marché parfait*”: le marché au cadran de Fontaines-en-Sologne. *Actes de la Recherche en Science Sociales* nº 65, 2-13, 1986.

GOMES, Sueli de Castro. “Do comércio de retalhos à Feira de Sulanca”: uma inserção de migrantes em São Paulo. São Paulo: USP (Dissertação de Mestrado), 2002.

HOGGART, Richard. “As utilizações da cultura”: aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

HOUAISS, Antônio; VILAR, Mauro de Salles. “Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa”. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

JESUS, Carolina Maria de. “*Child of the dark*”: *The Diary of Carolina Maria de Jesus*. Nova York: A Mentor Book, 1963.

KOPYTOFF, Igor. *The cultural biography of things: commoditization as process*. In: APPADURAI, Arjun (ed.). *“The social life of things”: commodities in cultural perspective*. Cambridge, NY: Cambridge University Press, 1986.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). *“Um século de favela”*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *“O Pensamento Selvagem”*. Campinas: Papyrus, 1989.

LOPES, José Sérgio Leite. *“O vapor do diabo”: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Fábrica e Vila Operária: Considerações sobre uma Forma de Servidão Burguesa*. In: LOPES, José Sérgio Leite [et al.]. *“Mudança social no Nordeste”: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. (coordenador). *“A ambientalização dos conflitos sociais”*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.

_____. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *“Horizontes Antropológicos”*, ano 12 n° 25, jan/jun 2006.

MARIN, Maria Cristina de Melo. *Alternativas de Trabalho e Estratégias de Consumo de Operários numa Grande Cidade Regional*. In: LOPES, José Sérgio Leite [et al.]. *“Mudança social no Nordeste”: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl. *“O Capital”*. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. *“A utilização do ‘referencial ambientalista’ como justificção à implantação do sistema de coleta seletiva de lixo em Porto Alegre”*. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Dissertação de Mestrado em Sociologia), 1995.

ONG SOLIDARIEDADE. *“Caminhando para um Mundo Novo”*. Orçamento Participativo de Porto Alegre visto pela comunidade. Petrópolis: Vozes, 2003.

OSTROWER, Isabel Milanez. *“Fazendo do limão uma limonada”: moralidades, estratégias e emoções entre vendedores ambulantes nos ônibus do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, PPGAS (Dissertação de Mestrado), 2007.

PRANDI, José Reginaldo. “O trabalhador por conta própria sob o capital”. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

RABOSSI, Fernando. “Nas ruas de Ciudad del Este”: vidas e vendas num mercado de fronteira. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, PPGAS (Tese de Doutorado), 2004.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornélia. “O tempo e a cidade”. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SARTI, Cynthia Andersen. “A família como espelho”: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. “Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade”. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, PPGAS (Dissertação de Mestrado), 1971.

_____. Estratégias de Vida e Jornada de Trabalho. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “Condições de Vida das Camadas Populares”. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SAYAD, Abdelmalek. Uma pobreza ‘exótica’: a imigração argelina na França. “Revista Brasileira de Ciências Sociais”, n° 17, out.1991.

TEIXEIRA, Amélia Rosa. Notas sobre a Carteira de Trabalho e a Cobertura Previdenciária. In: LOPES, José Sérgio Leite [et al.]. “Mudança social no Nordeste”: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

VALLADARES, Lícia do Prado. “Passa-se uma casa”: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. “A invenção da favela”: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edison de Oliveira (Org.). “A Aventura Sociológica”: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. “Individualismo e Cultura”: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

VOGT, Carlos. Trabalho, pobreza e trabalho intelectual (“O quarto de despejo” de Carolina Maria de Jesus). In: SCHWARZ, Roberto (org.). “Os pobres na literatura brasileira”. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WEBER, Florence. “*Le travail à cotê*”: *étude d’ethnographie ouvrière*. Paris: Ed. EHESS/Ed. INRA, 1989.

WHYTE, William Foote. “Sociedade de Esquina”: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

ZALUAR, Alba: “Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas”. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. “A Máquina e a Revolta”: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FONTES CONSULTADAS

JORNAIS

Diário Gaúcho, 25/04/2001. Porto Alegre/RS.

Zero Hora, 20/03/2004. Porto Alegre/RS.

Zero Hora, 03/04/2004. Porto Alegre/RS.

ACC em Atividade. Porto Alegre, janeiro de 2007.

LEI

Lei 234/90 do Código Municipal de Limpeza Urbana.